

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

MARIA ALVES DE MELO

**A PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ**

JUIZ DE FORA

2015

MARIA ALVES DE MELO

**A PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Orientador(a): Prof. Dr. Manuel
Fernando Palácios da Cunha e
Melo**

**JUIZ DE FORA
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ALVES DE MELO

**A PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DO ESTADO DO CEARÁ**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional, CAEd/FACED/UFJF, aprovada em
12/01/2015.*

**Prof. Dr. Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo
Orientador(a)**

**Prof. Dr. José dos Santos Souza
Membro da banca Externa**

**Profa. Dra. Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello
Membro da banca Interna**

Juiz de Fora, 12 de janeiro de 2015

À minha mãe (in memoriam) pelo exemplo de integridade, persistência, resiliência, e por sonhar comigo com o alcance de voos sempre maiores, sempre acreditando na minha capacidade. A meu pai que, por seu jeito de ser, me ensina a cada dia a importância do exercício da paciência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão maior de minha existência. A cada dia reconheço a minha pequenez diante Dele, e sou infinitamente grata por tudo o que Ele me concedeu até hoje e por me sustentar diante de tantas provas que já tive que passar, saindo sempre fortalecida de todas elas.

A minha família que, apesar de não compreender muito bem a importância de uma etapa como essa do mestrado, vibra comigo por cada conquista que consigo alcançar.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) por me brindar com o financiamento desse curso de mestrado.

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará por me conceder os meios de locomoção até Juiz de Fora, para as aulas presenciais desse mestrado, assim como pela concessão dos dias necessários para tanto.

A todos os professores desse mestrado que, cada um a seu modo, muito contribuíram para apontar caminhos de busca de conhecimentos, através dos quais eu pude ampliar meus horizontes e despertar a curiosidade e o gosto pela pesquisa.

A todos os tutores, pelo acompanhamento responsável de cada uma das disciplinas para os quais os mesmos foram incumbidos.

Aos ASAS, em especial Luisa Vilardi que acompanhou a elaboração desse trabalho no seu nascedouro; Gisele Zaqui pela calma e tranquilidade com que sempre conduziu a orientação da produção desse trabalho, e Leonardo Vilardi que, embora tenha entrado na orientação dessa dissertação após uma certa caminhada, apropriou-se completamente da proposta e muito contribuiu para a produção desse trabalho final que agora apresento à banca.

A Juliana Magaldi, por emprestar seu olhar experiente, contribuindo de forma relevante para o aprimoramento desse trabalho.

Ao professor Manuel Palácios pelas sugestões de condução dessa pesquisa quando do momento da qualificação, mostrando as possibilidades de focos que eu poderia direcionar esse trabalho.

As professoras Rejane Bezerra e Mariana Cassab pelas sábias intervenções no momento da qualificação, que resultaram no aprimoramento desse texto.

Aos estudantes e ao núcleo gestor da EEEP Mário Alencar que tão gentilmente me permitiram realizar a pesquisa naquele espaço.

Aos meus colegas de mestrado, com os quais dividi alegrias, medos, tristezas, e a firme convicção de que chegaríamos ao final, especialmente a amiga Socorro Farias, com a qual dividi as acomodações todas as vezes, assim como as angústias e alegrias ao longo desse período do mestrado, e nos momentos que o antecederam e que o sucederão, pois dividimos o mesmo ambiente de trabalho.

De coração, o meu muito obrigada a todos.

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois
desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa

RESUMO

O presente trabalho investigou como a política de educação profissional em pauta no Estado do Ceará, materializada através da proposta pedagógica praticada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP, é percebida pelos estudantes e as contribuições desse olhar para o monitoramento dessa política. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários junto aos estudantes de uma EEEP localizada na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, assim como uma entrevista semiestruturada com a gestora da EEEP. Foram aplicados questionários aos estudantes das turmas de 1º e 3º anos, num total de 179 sujeitos, somado à entrevista com a gestora. O objetivo era captar a percepção dos estudantes sobre essa proposta, tendo em vista a importância do olhar desses atores para o aprimoramento dessa política assim como para a gestão da EEEP. E a partir desse olhar, antes ausente, desenhar um Plano de Ação que dialogasse mais diretamente com o público para quem a política educacional da EEEP se direciona. Essa pesquisa permitiu-nos perceber os pontos fortes e fracos na implementação da proposta pedagógica e assim propor ações visando corrigir as deficiências, no âmbito da Secretaria de Educação e da EEEP. Destacamos a simetria existente entre as percepções dos estudantes e da gestora como ponto positivo. Assim como ficaram evidenciadas algumas fragilidades que precisam ser superadas pela escola, como a atuação do professor diretor de turma, as ações ligadas ao desenvolvimento do protagonismo juvenil e a carência de ações voltadas para a arte, a cultura e o esporte. Para nortear o referencial teórico da pesquisa tomamos como base autores como Frigotto (2005), Ramos (2005), Ciavatta (2005), Regattieri (2013).

Palavras-chave: Estudantes; Escolas Estaduais de Educação Profissional/CE; Monitoramento de Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present work investigated how professional education policy in the State of Ceará, materialized through the pedagogical proposal practiced in State schools of Professional Education-EEEP, is perceived by students and the contributions that look for the monitoring of this policy. The methodology used was the application of questionnaires together students of an EEEP located in the city of Fortaleza, capital of Ceara, as well as a semi-structured interview with the Manager of the EEEP. Questionnaires were applied to the students of classes 1 and 3 years, for a total of 179 subject, added to the interview with the Manager. The goal was to capture the students ' perception on this proposal, bearing in mind the importance of the look of these actors to the improvement of this policy as well as for the management of EEEP. And from that look, before missing, draw a plan of action that dialogasse more directly with the public for whom the educational policy of the EEEP if directs. This research has enabled us to understand the strengths and weaknesses in the implementation of the pedagogical proposal and propose actions to correct the deficiencies, within the Department of education and the EEEP. We highlight the symmetry that exists between the perceptions of students and the management company as positive point. As was evidenced some weaknesses that need to be overcome by the school, as the teacher class Director, shares linked to the development of youth protagonism and the lack of actions directed to the art, culture and sport. To guide the theoretical framework of research we take based on such authors as Frigotto (2005), Ramos (2005), Ciavatta (2005), Regattieri (2013).

Key words: Students; State Schools of Professional Education/CE; Monitoring of public policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do quantitativo de EEEPs em funcionamento.....	27
Tabela 2: Alunos matriculados, por série e ano, nas EEEPs do Ceará, no período de 2008 a 2014.....	27
Tabela 3: Quantitativo de técnicos formados a partir do ano de conclusão da primeira turma.....	28
Tabela 4: Estudantes aprovados para ingresso nas universidades x inserção no mercado de trabalho.....	28
Tabela 5: Pré-matrícula e matrícula efetivada, de alunos oriundos da rede particular de ensino.....	41
Tabela 6: Objetivos dos estudantes após ingressarem na EEEP.....	65
Tabela 7: Percepção dos estudantes quanto à oferta de educação profissional.....	68
Tabela 8: Motivações dos estudantes para a escolha do curso.....	69
Tabela 9: Principais motivos para a possibilidade de desistência dos estudantes, de acordo com a série.....	71
Tabela 10: Quantitativo de disciplinas nos cursos, por série.....	71
Tabela 11: Percepção dos estudantes sobre o trabalho da EEEP com o Protagonismo Juvenil.....	76
Tabela 12: Percepções dos estudantes acerca do PPDT.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Opções de cursos dos estudantes, caso pudessem fazer uma troca.....	85
Quadro 02: Síntese da ação 1 – Seduc.....	96
Quadro 03: Síntese da ação 2 – Seduc.....	97
Quadro 04: Síntese da ação 3 – Seduc.....	98
Quadro 05: Síntese da ação 1 – EEEP.....	101
Quadro 06: Distribuição de horas do Professor Diretor de Turma.....	103
Quadro 07: Síntese da ação 2 – EEEP.....	104
Quadro 08: Síntese da ação 3 – EEEP.....	106
Quadro 09: Proposta de calendário de atividades.....	108
Quadro 10: Síntese da ação 5 - EEEP.....	109
Quadro 11: Resumo do PAE.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEDET	Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEEST	Célula de Estágio
CEGEM	Célula de Gestão de Materiais
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
COEDP	Coordenadoria de Educação Profissional
CREDE	Coordenadoria Regional de Ensino
EEEP	Escola Estadual de Educação Profissional
ICE	Instituto de Co-responsabilidade pela Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDUC	Secretaria da Educação Básica
SEFOR	Superintendência das Escolas de Fortaleza
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SICE	Sistema Informatizado de Captação de Estágio
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TER	Termo de Realização de Estágio
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
TESE	Tecnologia Empresarial Socioeducacional
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 APROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	20
1.1 Contexto nacional – marco legal	20
1.2 Contexto local.....	26
1.3 A estrutura organizacional da Secretaria da Educação-SEDUC.....	32
1.4 Os atores escolares.....	35
1.5 O modelo de gestão das EEEPs –A Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE).....	42
1.6 A Proposta Pedagógica das EEEPs.....	47
1.7 O monitoramento das EEEPs.....	55
1.8 O recorte da pesquisa.....	57
2 AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DA EEEP E O APRIMORAMENTO DA POLÍTICA.....	61
2.1 O percurso metodológico.....	62
2.2 Apresentação e análise dos dados.....	63
2.2.1 Identificação dos sujeitos e sua motivação inicial ao ingressar na EEP.....	63
2.2.2 O enfoque dado à proposta pedagógica.....	66
2.2.3 A satisfação dos estudantes em relação à proposta pedagógica.....	68
2.2.4 Identificação dos estudantes com o curso.....	68
2.2.5 Percepções dos sujeitos sobre os pontos principais da proposta.....	74
2.2.6 Itinerários formativos.....	83
2.3 Principais questões percebidas nas falas dos atores pesquisados.....	85
3 O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS PARA O APRIMORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA EEEP.....	90
3.1 Principais descobertas no processo de implementação da proposta pedagógica na EEEP.....	91

3.2 Um novo olhar para a implementação da proposta pedagógica: intervenção necessárias.....	95
3.3 Considerações Finais.....	112
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS.....	117
APÊNDICES.....	124

INTRODUÇÃO

As inquietações nos impulsionam a dar passos em busca de investigar o porquê das coisas, na tentativa de compreendê-las, de confirmar, ou não, nossas hipóteses. Às vezes estas se confirmam, outras vezes nos mostram o outro lado da situação que talvez não estivéssemos percebendo.

Foi movida por essas inquietações que me propus a realizar esse trabalho de pesquisa e aqui relato um pouco da minha trajetória acadêmica e profissional no intuito explicar o que me levou a escolher o objeto estudado.

Concluí o curso de licenciatura em Letras, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 1995. No final de 1997 prestei concurso para a rede pública estadual, sendo aprovada e nomeada no ano seguinte. Começa então minha trajetória na educação pública, como professora.

Quando assumi a sala de aula, senti a necessidade de complementar minha formação acadêmica, no intuito de desenvolver um trabalho melhor junto aos alunos. Foi então que ingressei no curso de Especialização em Psicopedagogia, na mesma Universidade que fizera a licenciatura, concluindo-o no ano de 2001. Nesse mesmo período, paralelo a esse curso, entrei como graduada¹ no curso de Pedagogia, também na UECE, concluindo-o em 2004.

Nesse ínterim atuei como professora no ensino fundamental e depois no ensino médio, como coordenadora da área de linguagens e códigos e, em 2005 fiz a seleção para coordenadora pedagógica, no processo de composição dos núcleos gestores das escolas da rede estadual. Assumi a função de coordenadora pedagógica na mesma escola em que estava lotada desde o meu ingresso na rede estadual, em Maracanaú, Ceará.

Por ocasião da minha função de coordenadora, fiz uma Especialização em Formação do Gestor Escolar, na Faculdade Sete de Setembro, fruto de uma parceria da Secretaria da Educação - SEDUC, com a Fundação Lemman.

Após os quatro anos na coordenação, novamente fiz a seleção para a composição do núcleo gestor, para o período 2009-2012. Fui aprovada e

¹ Entrar como graduada é uma das formas de ingresso na Universidade Estadual do Ceará, no caso para quem já possua uma graduação. Como eu já havia concluído a graduação em Letras, optei por essa forma de ingresso e aproveitei algumas disciplinas cursadas na primeira graduação.

permaneci na mesma escola, como coordenadora escolar. Nesse período fiz outra Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Pública, promovida pelo CAEd/UFJF, como parte do processo de seleção/formação dos profissionais que comporiam os núcleos gestores das escolas públicas estaduais, exigência da SEDUC.

Em 2009 deixei o núcleo gestor da escola e fui para a SEDUC, atendendo a um convite para compor a coordenadoria de educação profissional, onde estou até hoje.

As inquietações ao longo desse percurso foram muitas. Trabalhando na Secretaria de Educação, tive a oportunidade de entender como funciona a macroestrutura da política educacional. Ao longo desse período, entre os anos 2009-2014, na Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico, mantemos contato com os gestores das Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEPs e os Orientadores das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDEs acerca das rotinas das escolas profissionais. A questão do desafio de implementar uma proposta de tamanha magnitude que visa formar jovens protagonistas de sua própria história, é sempre relatada pelos gestores. Sempre ouvimos as CREDEs, as escolas (através de seus gestores, coordenadores e mais esporadicamente, os professores), mas não os estudantes. Não sabemos ao certo como estes percebem a proposta pedagógica posta em prática nas escolas. Salvo a Ouvidoria da SEDUC, e as comunidades nas redes sociais (criadas pelos estudantes de algumas EEEPs), não temos um canal de escuta para saber como os estudantes reagem à proposta.

A partir disso é que sentimos a necessidade de investigar como essa política de educação profissional em pauta no Estado do Ceará, materializada através da proposta pedagógica praticada nas EEEPs, é percebida pelos estudantes. E para além disso, investigar como o olhar dos estudantes pode nos ajudar a ajustar essa política de forma a melhor atender ao público para quem se destina. Queremos saber dos próprios estudantes quais são suas percepções acerca da oferta de educação profissional integrada ao ensino médio nas EEEPs. As ações promovidas até aqui, acerca dessa proposta de ensino médio integrado à educação profissional, têm sido sempre a partir do

olhar de gestores, coordenadores e professores. Tendo em vista que todas as reflexões feitas, no intuito de melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas profissionais, têm como foco a aprendizagem dos estudantes, consideramos importante saber como estes compreendem esse trabalho, que se materializa por meio da execução da proposta pedagógica. A intenção é, a partir dos resultados obtidos, estender a pesquisa/consulta aos estudantes das outras EEEPs, senão todos, pela grande extensão, pelo menos quantitativos representativos de cada EEEP. A possibilidade de monitoramento da política por meio do olhar dos estudantes, dentre outros mecanismos, é algo em que acreditamos. A escuta atenta à voz dos estudantes pode nos conduzir à realidade concreta do cotidiano da escola de uma forma simples, sem rodeios, sem vícios.

Acreditamos que a percepção dos estudantes muito contribuirá para nos situarmos em relação à distância entre o que a Secretaria propõe e o que as escolas conseguem desenvolver. A partir daí, pode-se pensar ações que possam contribuir para o trabalho daqueles que executam a proposta pedagógica, especialmente os gestores, que assumem a liderança desse processo. Isso poderá refletir na aprendizagem dos estudantes, na medida em que os gestores e toda a equipe escolar busquem maior aproximação entre o trabalho que executam e as reais necessidades do seu público alvo.

Na mesma medida, o olhar dos estudantes sobre a forma como a oferta de educação profissional é desenvolvida, poderá contribuir para um repensar da própria SEDUC em relação ao que é proposto para as EEEPs implementarem. Entendemos ser importante dar voz aos estudantes para, dentre outros motivos, tentar compreender até que ponto a proposta pedagógica em pauta nas EEEPs atende às necessidades desses jovens para quem a escola se destina.

O objetivo da pesquisa é então investigar o olhar dos estudantes sobre essa política em pauta nas EEEPs e que contribuição estes podem dar para o ajuste da mesma, haja vista a inexistência de um monitoramento dessa política a partir do olhar desses sujeitos.

Como o número de EEEPs é elevado, 104(cento e quatro) atualmente, espalhadas por todo o Estado, atendendo a 40.663 estudantes em 2014, fica

impossível abarcar todo esse universo. Devido às limitações de logística, pela grande abrangência territorial, optamos por restringir nosso universo de pesquisa a uma EEEP localizada na capital.

Fortaleza possui 19 EEEPs, então foi necessário estabelecer alguns critérios para chegarmos até a escola escolhida para ser piloto. Das 19 EEEPs, sete foram inauguradas em 2008 (tendo fechado quatro ciclos²), outras cinco em 2009 (três ciclos fechados), 5 em 2010 (dois ciclos fechados) e mais 2 EEEPs foram inauguradas em 2013. Dentre as sete escolas que fecharam quatro ciclos, somente esta mantém a mesma oferta de cursos há pelo menos quatro anos consecutivos: Enfermagem, Redes de Computadores e Eventos. Dessa forma, os critérios utilizados para a escolha dessa EEEP foram a antiguidade (tempo de funcionamento), a quantidade de ciclos fechados e a estabilidade na oferta de cursos.

Dentre o universo de estudantes dessa escola, escolhemos trabalhar com dois grupos de sujeitos:

- ✓ As turmas de 1º ano, que são três, totalizando 126 estudantes. A intenção é captar a percepção inicial destes ao ingressar na EEEP acerca da prática da proposta pedagógica da escola.
- ✓ As turmas de 3º ano, que também são três, totalizando 112 estudantes. O objetivo é captar a impressão destes, ao longo dos três anos do curso, sobre a prática da proposta pedagógica da escola.

Fizemos as aproximações entre as percepções dos estudantes ao iniciarem seus estudos na EEEP e suas impressões na etapa final, acerca da prática da proposta pedagógica da escola. Sabemos que são públicos diferentes, pois a pesquisa desses sujeitos não é longitudinal, daí não termos a intenção de fazer comparações fechadas, apenas aproximações da visão dos estudantes no 1º e 3º anos de estudo na EEEP. Para tanto aplicamos questionários aos estudantes de 1º e 3º anos da escola escolhida.

Com a finalidade de situar o leitor no universo da pesquisa, assim como no contexto histórico em que a política de educação profissional integrada ao

² Ciclo é o período decorrido para o término do curso técnico integrado ao ensino médio, que é de três anos.

ensino médio se consolida, no Brasil e no Estado do Ceará, traçamos um percurso de contextualização da proposta no capítulo 1. Neste apresentamos o contexto nacional (marco legal), o contexto local, a estrutura organizacional da SEDUC, os gestores das EEEPs, o modelo de gestão das EEEPs (TESE), a proposta pedagógica, a seleção dos atores escolares, o monitoramento das EEEPs, e o recorte da pesquisa.

No capítulo 2 fazemos uma análise da implementação da proposta, a partir da ótica dos estudantes, complementando com as percepções emitidas pela gestora da EEEP pesquisada.

Iniciamos esse capítulo fazendo a descrição do percurso metodológico feito para a obtenção dos dados no campo de pesquisa, junto aos atores pesquisados – estudantes das turmas de 1º e 3º anos do ensino médio integrado à educação profissional, e a gestora escolar.

Na sequência apresentamos os dados coletados na pesquisa e fazemos uma análise sobre os mesmos à luz das indicações teóricas de autores como Frigotto (2005), Ramos (2005) e Ciavatta (2005), combinando o olhar dos estudantes e o da gestora da EEEP pesquisada.

Finalizamos o capítulo esboçando uma síntese dos principais pontos encontrados na pesquisa.

No capítulo 3 apresentamos as principais descobertas sobre o processo de implementação da proposta pedagógica da EEEP, trazidas pela pesquisa realizada junto aos estudantes e a gestora, focando especialmente nos problemas detectados. Na sequência apresentamos as propostas de ação para cada problema elencado, detalhando como pode se dar a implementação das mesmas. O conjunto de ações propostas forma o Plano de Ação Educacional. No final do capítulo esboçamos um quadro síntese das ações e seu detalhamento, fechando com as considerações finais sobre a pesquisa.

1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo faremos uma abordagem da educação profissional situando-a no contexto nacional, resgatando seu marco legal a partir da Constituição Federal de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), Decretos Federais Nºs 2.208/97 e 5.154/2004.

A partir do contexto nacional, fazemos uma contextualização do Estado do Ceará que, pelo ritmo de seu crescimento econômico sinaliza para a necessidade de mão-de-obra qualificada, impulsionando assim a adesão do Estado ao Programa Brasil Profissionalizado, como forma de apoio ao financiamento para a oferta de ensino médio integrado à educação profissional.

Na sequência apresentamos a evolução da implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Estado do Ceará (EEEP), do seu início no ano de 2008 até maio de 2014. Nesse contexto, trazemos a estrutura da Secretaria Estadual de Educação, destacando o papel da Coordenadoria de Educação Profissional como apoio a essas escolas.

Como forma de situar o leitor quanto ao funcionamento das EEEPs, apresentamos os atores escolares, abordando a forma de ingresso de cada um deles e seu papel na instituição; o modelo de gestão adotado – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE); a proposta pedagógica; e o monitoramento dessas escolas.

Por fim, expomos o recorte da pesquisa – a primeira EEEP inaugurada, situada na cidade de Fortaleza, cujos estudantes das turmas de 1º e 3º anos, assim como sua gestora, serão os sujeitos que darão voz a essa pesquisa.

1.1 Contexto Nacional – Marco Legal

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, reconhece a educação como um direito de todos, conferindo-lhe um caráter de universalidade:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96) reconhece o ensino médio como etapa final da formação básica, sendo esta, parte de um processo de escolarização que visa o desenvolvimento do indivíduo, assegurando a este uma formação indispensável para o exercício da cidadania, provendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, conforme o artigo 22 da LDB (Lei 9.394/96). Além de reconhecer o ensino médio como etapa final da Educação Básica, o artigo 36, em seu parágrafo 2º, diz que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Ainda em seu artigo 36, parágrafo 4º, diz a mesma Lei:

A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (BRASIL, 1996)

A partir do exposto acima, percebemos que a LDB sugere a articulação do ensino médio com a preparação para o trabalho, inclusive com a possibilidade do desenvolvimento da habilitação profissional nessa etapa de ensino. Porém, o Decreto nº 2.208/97, ao regulamentar a educação profissional, tornou inviável qualquer perspectiva profissionalizante no ensino médio. A impossibilidade de ofertar educação profissional articulada com o ensino médio, na forma integrada, está registrada no art. 5º do referido Decreto: *“A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”*. Tratava-se de uma medida que ia de encontro ao que preconiza a LDB, já que a Lei maior da educação sugeria a articulação desse nível de ensino com a educação profissional.

Nesse cenário, a educação profissional situava-se numa posição descolada em relação ao sistema educacional, visto que não se vinculava a nenhum nível de ensino. As políticas de formação para o trabalho passaram a ser orientadas para os programas de capacitação de massa, ou seja, formar o maior número de pessoas. As escolas técnicas deixaram de oferecer ensino

médio profissionalizante para oferecer cursos técnicos concomitantes (para os estudantes que estavam cursando o ensino médio), ou subsequentes (para os estudantes que já haviam concluído o ensino médio).

No pensamento de educadores como Gaudêncio Frigotto (2005) e Maria Ciavatta (2005), que se empenharam pela revogação do Decreto Nº 2.208 e a consequente promulgação do Decreto Nº 5.154/2004, era preciso fazer um resgate dos fundamentos que vinculam a educação profissional aos processos educativos. Na publicação do MEC “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica – proposta em discussão (2004)” está posto que:

Sem a estreita relação com a educação básica, a educação profissional corre o risco de sempre se tornar mero fragmento de treinamento em benefício exclusivamente do mercado e dos interesses isolados dos segmentos produtivos (BRASIL, 2004, p.12-13).

Era imprescindível então uma integração da educação básica, especialmente o ensino médio à educação profissional, como já preconizava a LDB. Essa estreita relação da educação básica com a educação profissional seria um caminho para a integração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional. E o objetivo dessa aproximação seria o aumento da escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem e adulto trabalhador.

Nesse percurso, a educação profissional foi regulamentada, na própria LDB, como modalidade própria de ensino, independente dos níveis escolares, porém com eles articulados. Na sequência foram publicados o Parecer CNE/CEB Nº 15/98 e a Resolução CNE/CEB Nº 3/98³, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

No ano de 2004 acontece então a revogação do Decreto Nº 2.208/97 pelo Decreto Nº 5.154/2004, resgatando a possibilidade de articulação do ensino médio com a educação profissional, na sua forma integrada.

³O Parecer CNE/CEB Nº 15/98, foi redigido pela professora Guimar Namó de Mello, para o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, cujo assunto dizia respeito às Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. A Resolução CNE/CEB Nº 3/98 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

De acordo com o Documento Base (2007), “foi a partir dessa convergência mínima entre os principais sujeitos envolvidos nessa discussão que se edificaram as bases que deram origem ao Decreto nº 5.154/04”(p.24). A convergência mínima a que o Documento se refere trata-se da ideia expressa por Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005, p.43): “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade”.

A revogação de um Decreto com a publicação de outro não garante, necessariamente, que tudo o que foi reivindicado pelo grupo de pessoas que elaboraram o Documento Base, sinalizando indicativos de se instituir uma educação profissional articulada com a educação básica, numa concepção emancipatória dos sujeitos que dela se beneficiariam, se concretizasse na sua integralidade. Eram necessárias ações conjuntas, emanadas do Governo Central, para que isso acontecesse. Nessa direção, tornava-se imprescindível a publicação de diretrizes curriculares que fortalecessem a nova concepção pedagógica proposta pelo Decreto nº 5.154/2004. Posteriormente, a proposta do Decreto Nº 5.154/2004 de articulação entre a educação básica e a educação profissional, nas formas integrada e concomitante, foi incorporada à LDB, por meio da Lei Nº 11.741/2008.

O crescimento da economia nacional, assim como da economia cearense, especialmente a partir do século XXI, traz consigo novas exigências no que diz respeito à escolarização dos trabalhadores. Esse crescimento pode ser observado não apenas na economia formal, mas também no setor informal. Essa realidade impõe aos jovens mais uma responsabilidade: que aprendam a empreender, além da necessidade de dominarem um amplo repertório cultural e estarem preparados para o mercado de trabalho.

De acordo com estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece (2010), o Estado do Ceará representa a 12ª economia do país, e 3ª da região Nordeste. O PIB cearense representa 1,96% do PIB brasileiro e 14,5% do PIB nordestino. Sua economia está sustentada nas atividades ligadas a Serviços (70,2%), Indústria (23,6%), e Agropecuária (6,2%).

Bezerra e Barbosa (2010) indicam que entre os anos 2002 e 2009 o PIB cearense cresceu mais que o PIB brasileiro. Enquanto o Estado apresentou taxa de crescimento acumulado de 35,2% (um aumento médio anual de 3,8%), o Brasil acumulou, no mesmo período, 27,6% (uma taxa média anual de 3,1%). De acordo com as mesmas autoras, o saldo líquido acumulado (admitidos – desligados), de 2002 a 2009, no Ceará, chegou ao valor de 290,75 mil empregos. O setor de Serviços foi o que mais contribuiu para esse crescimento (100,79 mil postos de trabalho), seguido da Indústria de Transformação (81,05 mil vagas) e Comércio (75,23 mil vagas). Esse ritmo de crescimento tem sido contínuo, de acordo com o Boletim Regional do Banco Central.

Esse cenário de crescimento econômico do Estado do Ceará estimulou a demanda por mão-de-obra qualificada para atender aos novos postos de trabalho que iam surgindo. Daí a necessidade de oferta de qualificação profissional de forma a facilitar a inclusão dos jovens cearenses no mundo do trabalho.

Até então, a oferta de educação profissional e tecnológica no Ceará era provida, de forma ainda tímida, por instituições vinculadas às instâncias administrativas do Estado, da União e mantenedores privados. No âmbito do sistema estadual, de acordo com o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará (2008), a oferta de educação profissional era realizada pelo Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, a Escola de Saúde Pública e algumas poucas escolas vinculadas à Secretaria Estadual da Educação. Essas instituições, somadas aos Institutos Federais de Educação (na época Centros Federais de Educação) e Sistema S, ofertavam 4.630 cursos de formação inicial e continuada, 115 cursos técnicos e 57 tecnológicos. De acordo com o Plano Integrado, a matrícula de educação profissional de nível técnico, em 2005, atendia a 14.606 jovens e adultos, representando apenas 3,5% dos alunos matriculados no ensino médio.

O cenário estadual evidenciava a necessidade de desenvolvimento de uma política de educação profissional articulada com o ensino médio, que dialogasse com o mundo do trabalho, ampliando as possibilidades de qualificação dos jovens estudantes não só para a ocupação desse mercado crescente, mas também para a continuidade dos estudos no nível superior. Eis

o desafio que se apresentava ao Estado: “a oferta de ensino médio integrado à educação profissional de nível técnico, como estratégia de melhoria da qualidade do ensino médio com a oferta de profissionalização” (CEARÁ, 2008).

A oportunidade de tornar essa ação possível, não só para o Estado do Ceará, mas para todos os Estados do Brasil, surge com a publicação do Decreto Federal Nº 6.302/2007, que institui o Programa Brasil Profissionalizado, visando estimular a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, promovendo a formação de um ser integral, com ênfase numa base humanística. O Programa oferece assistência técnica e financeira a fim de ampliar e qualificar a oferta de educação profissional de nível médio nas redes públicas estaduais e do Distrito Federal. Para participar do Programa, os Estados teriam que primeiramente assinar o Compromisso Todos pela Educação (Decreto no. 6.094/97) e seguir os passos indicados pelo Ministério da Educação, através de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec).

O Programa Brasil Profissionalizado destina recursos, oriundos do Governo Federal, para ações como construção, ampliação, reforma, aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos, mobiliários e materiais didáticos diversos. Além desse recurso, o Governo do Estado complementa as despesas.

Nessa pesquisa procuramos identificar como os estudantes percebem a implementação dessa política, materializada por meio da proposta pedagógica praticada pela EEEP, e através desse olhar de quem se beneficia dessa política buscar contribuições para o aprimoramento da mesma. Acreditamos que o olhar desses sujeitos pode ser um importante instrumento para o monitoramento da política, na medida em que enriquece nossa visão sobre a implementação da proposta, nos permitindo enxergar detalhes que não seria possível perceber por meio de outros segmentos escolares. Isso justifica nosso interesse em dar voz a esses atores, haja vista a inexistência de ação como essa no Estado.

No próximo tópico, apresentamos o contexto em que se deu a implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará. Também é possível acompanhar a evolução histórica do quantitativo de

EEEPs, cursos ofertados, municípios atendidos e alunos matriculados, entre os anos 2008 e maio de 2014.

1.2 Contexto Local

A legislação emanada da esfera federal favorecia a oferta do ensino médio articulada à educação profissional. Inclusive a condição para o financiamento dessa modalidade de ensino nos estados, através do Programa Brasil Profissionalizado, era a sua oferta de forma integrada ao ensino médio, prioritariamente.

Apresentava-se então uma grande oportunidade para o Estado do Ceará implantar a rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, objetivando responder à necessidade de formação profissional dos jovens, ampliando sua escolaridade e criando a oportunidade de inserção destes no mercado de trabalho.

É nesse contexto que nascem as primeiras 25 (vinte e cinco) Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, no ano de 2008, através da Lei Estadual Nº 14.273/2008. Nesse primeiro momento foram atendidos 20 dos 184 municípios cearenses: Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba, Iguatu, Cedro, Sobral, Pacajus, Quixadá, Tauá, Barbalha, São Benedito, Redenção, Jaguaribe, Senador Pompeu, Crato, Itapipoca, Santa Quitéria, Tabuleiro do Norte, Crateús e Brejo Santo, contemplando 4.181 alunos. De início foram ofertados quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio: Enfermagem, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho e Informática.

Desde então, este quantitativo de escolas tem se multiplicado, chegando em 2014 (até o mês de maio) a 104 escolas inauguradas e em funcionamento, ofertando 53 cursos técnicos nos diferentes eixos tecnológicos, definidos de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. A perspectiva do Governo do Estado é de ampliação dessa rede de escolas, assim como a oferta de novos cursos, até o final do ano de 2014, quando finda a atual gestão. O Quadro 1 apresenta a evolução do número de escolas em funcionamento, de 2008 a 2014 (até o mês de maio), acompanhado da evolução do quantitativo

de cursos ofertados, bem como o número de municípios atendidos e a matrícula a cada ano.

TABELA 1 – Evolução do quantitativo de EEEPs em funcionamento

ANO	ESCOLAS	CURSOS	MUNICÍPIOS	MATRÍCULAS
2008	25	4	20	4.181
2009	51	13	39	11.279
2010	59	18	42	17.342
2011	77	43	57	23.753
2012	92	51	71	29.958
2013	97	51	74	35.522
2014	104	53	82	40.663

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Ceará/2014

Através da tabela 1, pode-se ver que 44,6% dos 184 municípios cearenses contam com pelo menos uma escola estadual de educação profissional, numa oferta de cursos crescente que abrange praticamente todos os eixos tecnológicos especificados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos publicado pelo MEC.

A tabela 2 apresenta a distribuição de matrículas em cada uma das três séries, no período compreendido entre 2008 e 2014.

TABELA 2 – Alunos matriculados, por série e ano, nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, no período de 2008 a 2014.

Série/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º ano	4.181	7.625	7.259	10.804	13.766	14.142	15.931
2º ano		3.654	6.753	6.653	9.983	12.195	13.108
3º ano			3.330	6.296	6.209	9.185	11.624
TOTAL	4.181	11.279	17.342	23.753	29.958	35.522	40.663

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Ceará/2014

Comparando os dados da tabela 1 com os dados da tabela 2, é possível perceber que houve uma relativa diminuição do número de estudantes da primeira turma (2008-2010): Dos 4.181 estudantes matriculados inicialmente, apenas 3.330 conseguiram concluir o curso, ou seja, 851 não se formaram.

A formação da primeira turma foi difícil, por ser um projeto novo, e pelo fato das EEEPs terem iniciado o ano letivo já no segundo semestre. Não houve

tempo para os estudantes passarem por uma adaptação a esse modelo, de tempo integral e com o acréscimo de uma formação profissional, já iniciaram os estudos nas EEEPs somente no segundo semestre de 2008. O primeiro semestre foi cursado nas escolas regulares, que não funcionam em tempo integral, nem trabalham com educação profissional. Não há um estudo específico sobre as causas dessa queda no quantitativo final de alunos, mas é possível que a ausência de um primeiro semestre propício para uma adaptação tenha contribuído para esse resultado.

A tabela 3 apresenta o quantitativo de técnicos formados a partir do fechamento do primeiro ciclo de funcionamento das EEEPs (período de três anos para a conclusão de um curso), que se deu no ano de 2010.

TABELA 3 – Quantitativo de técnicos formados a partir do ano de conclusão da primeira turma.

ANO	Nº DE TÉCNICOS FORMADOS
2010	3.330
2011	6.131
2012	6.054
2013	9.243

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Ceará/2014

Na tabela 4 apresentamos o quantitativo de estudantes das EEEPs aprovados para ingresso nas universidades comparado com o quantitativo de estudantes que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, nos três últimos anos.

TABELA 4 – Estudantes aprovados para ingresso nas universidades x inserção no mercado de trabalho

ANO	APROVAÇÃO NAS UNIVERSIDADES	INSERÇÃO NO MERCADO
2011	557 (16.9%)	916 (27.7%)
2012	1.616 (26.4%)	1.729 (28.2%)
2013	2.192 (35.6%)	1.550 (25.2%)

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Ceará/2014

É possível perceber um acréscimo no quantitativo de estudantes que conseguem aprovação nas universidades, em detrimento daqueles que conseguem inserção no mercado de trabalho, particularmente no ano de 2013. Este movimento deve gerar uma reflexão acerca dos rumos tomados pelas

EEEPs. É certo que esse projeto de educação profissional no Estado do Ceará objetiva não somente facilitar o acesso dos jovens estudantes ao mercado de trabalho, mas também contribuir para que estes deem continuidade aos estudos. Mas ao mesmo tempo, dado os altos investimentos na formação profissional, coroada com um estágio que lhes permite vivenciar as situações reais de trabalho, com uma carga horária bem superior ao que é exigido, chama atenção a trajetória dos alunos egressos.

Na tabela 4, chama a atenção o fato de o número de estudantes aprovados para o ingresso nas universidades ultrapassar o quantitativo relativo aos que conseguem ingressar no mercado de trabalho, no ano de 2013. A diferença entre os dois quantitativos é da ordem de 10%. Ou seja, um quantitativo cada vez maior de estudantes que está saindo das EEEPs não ingressa no mercado de trabalho, mas consegue entrar na universidade.

A conclusão de um curso técnico não é garantia de inserção no mercado de trabalho, assim como não o é a conclusão de um curso superior, pois há muitos outros fatores que concorrem para isso, como a própria disponibilidade do mercado. No entanto, somos levados a refletir acerca das reais motivações dos estudantes ao ingressarem nas EEEPs: O que será que os estudantes mais fortemente procuram nas EEEPs, a possibilidade de ingresso na universidade, ou a inserção no mercado de trabalho? Qual seria sua motivação primária ao matricular-se numa EEEP? E ao final do curso, o pensamento inicial permanece, ou a trajetória que estes percorrem ao longo dos três anos de curso os faz pensar diferente? Será que o movimento presente na escola tem incentivado os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho ou para a vida acadêmica? Essas são perguntas que tentaremos responder no decorrer da pesquisa, que visa buscar no olhar dos estudantes para a realidade vivenciada na EEEP, possíveis caminhos para o aprimoramento da política em questão. Acreditamos que a ausência de voz dos estudantes impede a percepção de algumas falhas da política, que somente seria possível através daqueles que a vivenciam, como beneficiários desta. Isto é o que nos motiva a buscar, através da percepção dos estudantes, os problemas apresentados na implementação da proposta pedagógica da EEEP, e consequentemente os

caminhos para a resolução destes, assim como o fortalecimento das práticas que se mostram exitosas.

A oferta da educação profissional integrada ao ensino médio era exigência do Programa Brasil Profissionalizado, o qual financia essa modalidade de ensino na rede estadual cearense. O Governo do Estado, pensando em ir além do que propunha o Programa, decidiu por ofertar o ensino médio integrado à educação profissional em tempo integral, com uma proposta educacional diferenciada, visando à elevação da escolaridade, à formação para a cidadania, à preparação para o trabalho e ao prosseguimento dos estudos.

As EEEPs, oriundas da adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, do Governo Federal, tem como proposta a formação dos jovens de forma integral e têm como base os quatro eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, propostos pela UNESCO: Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver; e Aprender a ser, pautados na obra de Jacques Delors. Sua preocupação vai além de uma formação meramente técnica, mas que os jovens sejam capazes de assumir uma postura crítica, com uma visão dos processos e não apenas do produto.

É importante destacar que as EEEPs se orientam pelas premissas que fundamentam a Tecnologia Empresarial Socioeducacional – TESE, modelo de gestão adotado nestas escolas, através de parceria com o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação – ICE, do Estado de Pernambuco.

A título de esclarecimento, a TESE

foi modelada de acordo com a TEO, tomando-se como parâmetro seus princípios, conceitos e critérios. Estes foram agregados às quatro aprendizagens fundamentais contidas no Relatório de Jacques Delors e denominadas de pilares do conhecimento, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.”(Manual Operacional da TESE, pag. 7)

Sabe-se que, por princípio, a escola pública se ancora no direito de aprender dos alunos. No caso do ensino médio integrado à educação profissional esse princípio se amplia, na medida em que este se propõe a uma minimização das diferenças sociais tão fortemente presentes em nossa sociedade. A redução das desigualdades inicia-se com o acesso às

oportunidades de trabalho, de continuidade dos estudos, do exercício da cidadania enfim. O acesso à escolarização fortalece a perspectiva dos jovens quanto à possibilidade de inserção social, como nos coloca Peregrino (2011):

[...] a expansão escolar não tem apenas efeito sobre os processos de certificação escolar, com alteração dos números e do valor dos certificados escolares. Sabemos também que a frequência à escola afeta o conjunto de disposições sociais acumuladas pelos sujeitos, ampliando suas expectativas de inserção social (PEREGRINO, 2011, p.275).

Para a concretização dessas oportunidades, pela via da educação, os gestores precisam compor junto com seu corpo docente, uma gestão que tenha zelo aos princípios e finalidades de educação propostos. Como afirma Arroyo (2007),

A preocupação deverá ser como ampliar o direito dos educandos ao conhecimento, inclusive ao conhecimento de suas vivências do trabalho e também da negação do trabalho. Discutir com os educandos as formas de exploração no trabalho de que milhões de crianças, adolescentes e jovens padecem. (ARROYO, 2007, p. 28)

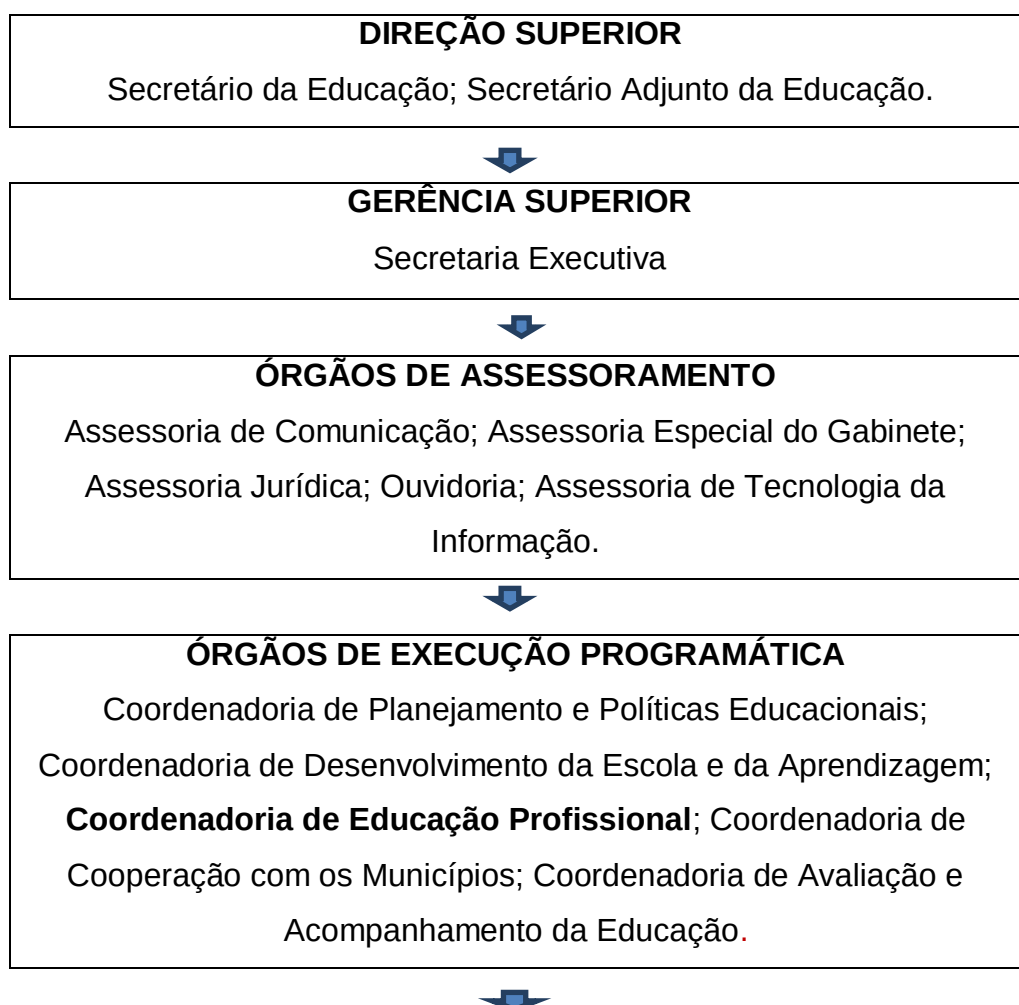
A ampliação do direito dos educandos ao conhecimento, enxergando-os como iguais diante dos saberes e a capacidade de aprendê-los, superando, portanto, uma cultura escolar calcada pela desigualdade destes perante o conhecimento, é essencial para dar início à redução das desigualdades presentes em nossa sociedade. Diante de um cenário cada vez mais competitivo de acesso às oportunidades de trabalho, o conhecimento representa papel fundamental para dar condição aos jovens estudantes de se inserir nesse universo de forma digna, com a garantia do direito ao exercício da cidadania.

Na próxima seção apresentamos a estrutura organizacional da SEDUC, com a finalidade de levar o leitor a entender como funciona a macroestrutura, em termos hierárquicos, até chegar ao nível da escola. O propósito é situar o leitor dentro dessa macroestrutura, destacando a importância da criação da Coordenadoria de Educação Profissional na implementação dessa política de educação profissional em pauta nas EEEPs.

1.3 A Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação (SEDUC)

Como forma de situar o leitor acerca da organização da SEDUC, julgamos importante apresentar a estrutura organizacional desse órgão. É de lá que emanam as diretrizes que norteiam a implementação da proposta curricular nas EEEPs, objeto de estudo apresentado nesse trabalho. As EEEPs estão diretamente subordinadas à Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP, que é um dos órgãos de execução programática que compõem a SEDUC.

De acordo com o Decreto Estadual Nº 31.221, de 03 de junho de 2013, a estrutura organizacional da SEDUC atualmente está assim disposta:



ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO REGIONAL E LOCAL

20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede); Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR 1,2 e 3).



ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

Coordenadoria de Gestão de Pessoas; Coordenadoria Administrativa; Coordenadoria Financeira.

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Ceará/2014

É importante destacar que as Células⁴ que compõem a Coordenadoria de Educação Profissional foram criadas em 2009, e naquele momento estava vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola, já que não havia sido criada ainda a Coordenadoria de Educação Profissional. É somente em 2010, através do Decreto Nº 30.282, de 04 de agosto de 2010 que a SEDUC altera sua estrutura organizacional, incorporando a Coordenadoria de Educação Profissional - COEDP.

A criação dessa Coordenadoria fortaleceu a instituição da política de educação profissional no âmbito do Estado, possibilitando o acompanhamento, no decorrer dos anos, por uma equipe com funções e responsabilidades específicas, potencializando seu incremento com certo nível de qualidade.

Os estabelecimentos de ensino público do Estado são distribuídos em quatro categorias: Escola de Ensino Regular; Centro de Educação de Jovens e Adultos; Escola Indígena; Escola Estadual de Educação Profissional.

A Secretaria da Educação tem como missão garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno. São valores desta Secretaria: qualidade, transparência, ética, equidade, eficiência e participação.

A Coordenadoria de Educação Profissional (COEDP), que foi criada com o objetivo de cuidar diretamente das EEEPs, é composta por três Células: Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico (CEDET); Célula de Estágios (CEEST) e Célula de Gestão de Materiais (CEGEM).

⁴ As Células correspondem aos setores em que estão divididos a Coordenadoria de Educação Profissional.

Assim como muitas vezes se diz que “o pedagógico é o coração da escola”, analogamente pode-se dizer que a CEDET é o coração da COEDP. É através dessa Célula que são feitas as articulações para a formatação do currículo implementado nas EEEPs. As questões pedagógicas inerentes às EEEPs são de responsabilidade da CEDET. Isso envolve desde as intermediações com o Conselho Estadual de Educação (CEE) para o credenciamento das EEEPs e aprovação de funcionamento dos cursos técnicos ofertados nas mesmas; elaboração de orientações pedagógicas; elaboração de matrizes curriculares e planos de curso; articulação para formação dos superintendentes, gestores, coordenadores e professores das EEEPs; articulação com as demais coordenadorias da SEDUC para a elaboração e publicação de Portarias que orientam o processo de matrícula dos alunos, bem como a lotação dos professores; dentre outras questões.

A CEGEM desenvolve atividades meio. É de sua incumbência providenciar os recursos necessários para o funcionamento das EEEPs, tais como: equipamentos, mobiliários, laboratórios, insumos, material didático, uniformes e alimentação dos alunos, logística para a realização dos eventos promovidos pela COEDP (Formações, encontros, reuniões, etc.), dentre outros.

A CEEST cuida das articulações relativas ao estágio, que faz parte do projeto pedagógico de cada curso, integrando o itinerário formativo dos estudantes e se pauta pela Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Esse trabalho envolve garantir 100% da inserção dos alunos em campo de estágio; realizar formação com os responsáveis pelo estágio em cada EEEP; orientar sobre a prática do estágio; monitorar o estágio em cada escola por meio do Sistema Informatizado de Captação de Estágios – SICE; e toda a parte burocrática que envolve o estágio, como: o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), Termo de Realização do Estágio (TER), acompanhamento jurídico, financeiro e pedagógico do estágio; dentre outros.

Levando em conta que a Coordenadoria de Educação Profissional – COEDP tem o papel de pensar a proposta pedagógica desenvolvida nas EEEPs, assim como a rotina pedagógica a ser seguida por estas, a questão que esta pesquisa investiga está diretamente relacionada a esta Coordenadoria. O objetivo é investigar como tem se dado a implementação da

proposta pedagógica das EEEPs, na perspectiva dos estudantes, para, a partir daí, pensar, no âmbito dessas escolas, os meios de melhor aproximar essa proposta à realidade do público a que atende. Nessa questão, o olhar dos estudantes sobre esse processo será de grande importância, pois através destes acreditamos ser possível observar o que está dando certo, assim como as possíveis falhas na implementação da proposta pedagógica, a partir da ótica daqueles para quem essa política se destina. Dessa forma será possível a abertura de um canal de monitoramento que contribuirá para a correção dessas possíveis falhas, aprimorando a proposta praticada pela EEEP.

1.4 Os Atores Escolares

Dividiremos essa seção em três subitens a fim de melhor explicitarmos o papel de cada um dos três principais atores escolares: gestores, professores e estudantes. A forma de seleção desses nas escolas estaduais de educação profissional também será aqui tratada.

1.4.1 Os gestores

Os gestores dessa rede de escolas são introduzidos no modelo de gestão (TESE), aplicado nas EEEPs através de treinamentos promovidos pela Secretaria Estadual de Educação. Os primeiros gestores, que iniciaram suas atividades nos anos de 2008 e 2009 foram treinados diretamente por representante do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação-ICE⁵. A partir de 2010 eles têm sido treinados através de seus pares, gestores mais experientes. Seu papel é de fundamental importância para a implementação da proposta curricular de ensino médio integrado à educação profissional. Eles

⁵O Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE) é uma entidade sem fins lucrativos que visa a melhoria da qualidade da educação pública. O Instituto iniciou suas atividades em 2000, no Estado de Pernambuco, com base em um conjunto de ações que agregaram um núcleo de empresas da iniciativa privada em torno da recuperação do centenário Ginásio Pernambucano, criado em 1855, e que faz parte do conjunto de edifícios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. O Governo do Ceará fez uma parceria com o ICE, em 2008, para a implantação da TESE, bem como para a aplicação de avaliações para nivelamentos dos alunos das EEEPs, durante o 1º semestre destes. Atualmente a SEDUC não mais mantém a parceria com o ICE.

são os mobilizadores e formadores de sua equipe: coordenadores, professores, funcionários.

A experiência, reforçada pelo que a literatura especializada em gestão escolar⁶ expressa, tem mostrado que as características do exercício do papel do gestor apresentam uma correlação importante com a possibilidade de condução adequada do processo pedagógico para se alcançar certa qualidade na aprendizagem dos estudantes. De acordo com Heloísa Lück:

A compreensão da visão, missão, valores e princípios assumidos pela escola, assim como dos seus objetivos e metas, constitui-se em condição para o estabelecimento da unidade entre as diferentes ações educacionais, de modo a dar o sentido de continuidade entre elas e obter resultados mais amplos e consistentes (LÜCK, 2010, p.84).

É necessário que o gestor deixe clara a função de cada componente da equipe escolar, que acompanhe o desempenho de cada um destes e que verifique se a aprendizagem dos alunos está acontecendo de fato. O desempenho dos estudantes é monitorado frequentemente pelas avaliações externas e pode ser um dos indicadores de qualidade, assim como a inserção destes no mercado de trabalho. Como bem nos coloca Davis e Grosbaum (2005):

A presença de liderança, de coordenação, é indispensável na vida de uma equipe: alguém que tenha uma visão global da situação e que saiba aonde se quer chegar, incentivando o grupo a pensar e a “pôr a mão na massa” para executar o que foi previsto; que aponte a direção do trabalho, apoiando o grupo durante sua execução e levando cada um a superar suas dificuldades (DAVIS e GROSBaum, 2005, pág. 24).

A compreensão da proposta pedagógica implementada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, por parte do gestor e seu corpo docente é determinante para que esta seja efetivada concretamente. De acordo com Machado (2006),

⁶ LÜCK (2009); LÜCK (2010); SOARES (2002); SEB/MEC (2010); GIRLING, KEITH, FREITAS & LÜCK (2005); POLON & BONAMINO (2011); DAVIS & GROSBaum (2005) .

Nenhuma proposta pedagógica é estática; sua concretização e avanços dependem dos progressos e dos conhecimentos teóricos, mas, sobretudo, dos níveis de consciência dos sujeitos que a concebem e implementam que se originam e expressam nos avanços concretos obtidos no plano da prática educativa (MACHADO, 2006, p.55).

Acreditamos que a percepção dos estudantes no que diz respeito à implementação da proposta pedagógica na EEEP poderá contribuir para a gestão escolar, na medida em que representa um retorno direto de quem vivencia a política como beneficiário desta. Estes poderão apontar indicativos das ações que estão dando certo, assim como daquelas que apresentam falhas, contribuindo assim para o melhoramento dos processos cotidianos da escola. A escuta aos estudantes de forma sistemática pode ser, assim, um bom canal para o monitoramento da política, fornecendo indicativos para o seu aprimoramento.

Sabemos que a implementação de uma proposta pedagógica depende de muitos fatores, internos e externos à escola. Dentre esses fatores, acreditamos ser o papel do gestor de fundamental importância como colaborador para o sucesso ou fracasso na implementação da proposta. A forma como este conduz os trabalhos, como se relaciona com sua equipe, como exerce sua liderança profissional enfim, são determinantes. Especialmente no modelo de gestão adotado nas EEEPs, no qual um dos conceitos fundamentais que o sustentam é a delegação planejada, onde o gestor é “formador de novos líderes e referência para os liderados” (Manual Operacional da Tese, p. 16). Para delegar atribuições de forma a envolver a todos, é necessário que o gestor perceba o grau de maturidade de seus liderados, podendo assim conceder maior ou menor grau de autonomia. Essa atitude exige a maturidade dele próprio, em todos os aspectos.

Por se tratar de escolas que possuem um formato diferenciado das demais escolas da rede, a seleção de seus gestores também é diferenciada. No próximo tópico apresentamos, então, o detalhamento do formato de seleção adotado para a seleção dos gestores das EEEPs.

1.4.1.1 A seleção dos gestores

Os gestores das EEEPs, diferente dos demais diretores da rede estadual, passam por um processo de seleção que compreende provas de conhecimentos específicos, prova de títulos, análise comportamental feita por uma equipe de psicólogos e, após essas etapas é realizada uma entrevista que confirma ou não a escolha destes. A Universidade Federal do Ceará (UFC) é a instituição contratada para fazer a primeira fase da seleção. Essa fase, de caráter eliminatório e classificatório, é composta por provas objetivas, com questões de Língua Portuguesa, Educação Profissional, Gestão Pública e Gestão da Educação.

A segunda fase, organizada pela SEDUC, é composta por três etapas: Curso de Fundamentação, Avaliação Comportamental e Entrevista. O Curso de Fundamentação, intitulado “Novos Paradigmas para a Gestão Escolar”, tem como objetivo apresentar ao candidato as linhas que orientam a proposta de gestão e de políticas educacionais do atual governo, bem como prepará-lo para a participação nas provas situacionais da segunda etapa. A Avaliação Comportamental é realizada por um grupo de psicólogos contratados pela Secretaria de Educação, e visa observar o comportamento dos candidatos frente às situações para estes colocadas. A Entrevista objetiva consolidar as observações obtidas na Avaliação Comportamental. Ao final desse processo forma-se um banco de candidatos aptos a assumirem o cargo de gestão. Antes de assumirem a função os candidatos passam por mais uma entrevista, dessa vez com o secretário executivo e a coordenadora da Educação Profissional.

1.4.2 Os professores

Para serem lotados nas EEEPs os professores da formação geral passam por uma seleção pública simplificada específica para este fim. Fazem parte desse processo de seleção a análise de currículo e a entrevista. Podem participar da seleção os professores efetivos da rede estadual de ensino, ou professores contratados temporariamente (independente do professor ser

efetivo ou não, esse processo de seleção é obrigatório). O processo de seleção desses professores é feito pela própria escola, sob a liderança de seu gestor.

Os professores selecionados passam por uma formação acerca da filosofia de gestão da escola. Após isso assinam um termo de adesão no qual indicam estar cientes do trabalho a ser desenvolvido na escola e sua consequente aceitação do proposto.

Percebe-se que a grande maioria dos professores lotados nas EEPPs não pertence ao quadro de efetivos do Estado. Em geral, os professores que compõem os quadros funcionais dessas escolas são admitidos via contrato temporário, que o Estado lança mão através da Lei Complementar Nº 22, de 24 de julho de 2000. Essa Lei dispõe sobre a contratação de docentes, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas escolas estaduais. Isso envolve não somente as escolas de educação profissional, mas todas as escolas da rede estadual. Atualmente, 63% do quadro docente das EEPPs é composto por professores temporários, segundo dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE, da SEDUC.

Vale ressaltar que os professores efetivos da rede têm a opção de se lotar nessas escolas, através da participação no processo de seleção que é realizado como requisito para a admissão de professores. Mas o que se percebe é que não há uma quantidade expressiva destes entre os professores que procuram essa seleção. Talvez pelo fato da exigência de dedicação das 40h semanais numa mesma escola, o que compromete o dia inteiro, sem flexibilidade de horário. Enquanto que nas demais escolas da rede, os horários dos professores podem ser distribuídos entre os três turnos, numa única escola ou em mais de uma, gerando maiores possibilidades de horas livres durante os horários diurnos. Mas não há um estudo específico sobre isso. Essa suposição baseia-se na própria fala de alguns professores, relatada pelos gestores.

Na fala dos gestores é recorrente a expressão de sua preferência por professores temporários, que segundo estes, são mais “comprometidos”. Esse “compromisso” seria devido ao fato de saberem que poderão ser mais facilmente desligados, caso não correspondam às expectativas da escola? Essa é uma reflexão importante para entender esse movimento de lotação de professores nas EEPPs.

Já os professores da área técnica são selecionados por uma instituição contratada pela SEDUC, via contrato de gestão, que é o Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC. Estes passam por uma prova objetiva acerca dos conhecimentos específicos, de acordo com cada curso técnico, e na segunda fase passam por uma prova didática. Após isso forma-se um banco de professores técnicos e estes são encaminhados às escolas conforme a demanda de cada uma delas.

O formato de seleção dos atores constituintes das equipes de trabalho das EEEPs está previsto na Lei Estadual Nº 14.273, de 19 de dezembro de 2008, e na Lei Estadual Nº 15.181, de 28 de junho de 2012, que altera os Artigos 2º e 3º da primeira Lei.

1.4.3 Os Estudantes

No primeiro ano de implantação das EEEPs não havia nenhum critério específico para o ingresso dos estudantes. Essas escolas iniciaram suas atividades no segundo semestre do ano de 2008, então os alunos da rede estadual já estavam todos matriculados nas escolas de ensino regular. Por se tratar de uma proposta nova e totalmente diferente do que era praticado nas demais escolas da rede, foi necessário um trabalho de conquista desses estudantes para que estes migrassem para as EEEPs.

Nesse trabalho de conquista, os gestores visitavam as escolas de ensino regular, expunham a proposta aos estudantes e convidava-os para experimentar o modelo de ensino médio integrado à educação profissional, numa escola de tempo integral. E assim foram formadas as primeiras turmas das 25 escolas implantadas em 2008.

A partir do ano de 2010, conforme determinação do Ministério Público do Estado do Ceará, houve uma ordenação na distribuição de vagas nas EEEPs: 80% destas são destinadas a estudantes oriundos da rede pública de ensino, e 20% para estudantes da rede particular de ensino. Foi a partir desse ano que a SEDUC incluiu critérios de matrícula para as EEEPs na Portaria de Matrícula, que é publicada a cada ano para regular a oferta de vagas da rede pública estadual. Vale ressaltar que todas as EEEPs precisam seguir as orientações

postas na Portaria de Matrícula, lançada a cada ano. Dessa forma, essas escolas não podem realizar processos de seleção diferenciados, já que os critérios para o ingresso dos estudantes nas EEEPs são iguais para todas elas.

Olhando a evolução da matrícula de estudantes oriundos das escolas particulares nas EEEPs, percebe-se um crescimento significativo em relação à procura destes por essas escolas, como demonstra a tabela 05:

TABELA 05– Pré-Matrícula e Matrícula Efetivada, de alunos oriundos da rede particular de ensino.

ANO	PRÉ-MATRÍCULA	MATRÍCULA EFETIVADA
2009	916	412
2010	1.265	720
2011	1.759	1.020
2012	2.326	1.233
2013	2.867	1.482

Fonte: SEDUC/2013

O que motivaria esses estudantes, oriundos de escolas particulares, e suas famílias, a buscarem ingressar nas EEEPs? Esse é um movimento que não se percebe nas demais escolas da rede estadual. Essa é mais uma pergunta que pretendemos responder no desenvolvimento da pesquisa, que se apoia na percepção dos estudantes sobre a proposta pedagógica desenvolvida na EEEP. Esse retorno, advindo daqueles que vivenciam a política em pauta nas EEEPs, pode ser de grande contribuição para o aprimoramento desta, pois desnuda uma realidade que dificilmente perceberíamos sob a ótica de outros atores.

Além do percentual de vagas para os estudantes conforme a rede de que provém, foi estabelecida uma idade mínima para o ingresso nas EEEPs, que é de 14 anos e meio completos no ato da matrícula para os cursos do Eixo Tecnológico Saúde e Segurança. Já para os demais cursos pertencentes aos diversos Eixos Tecnológicos a idade mínima estabelecida é de 14 anos no ato da matrícula.

Esse critério da idade se dá em função da necessidade do estudante ter 16 anos completos para ingressar no estágio, que acontece a partir do mês de maio do último ano, para os cursos do Eixo Saúde e Segurança, e no 2º semestre do último ano para os demais cursos. Essa diferença se dá em

função do estágio para os cursos do Eixo Saúde e Segurança serem de 600h (50% da carga horária teórica da parte técnica), e dos demais cursos ser de 400h (25% da carga horária teórica).

Além desses critérios há ainda a observância das notas obtidas no último ano do ensino fundamental. É feita uma média geral das notas obtidas em todas as disciplinas cursadas para a classificação dos estudantes conforme os resultados obtidos. Ocupam as vagas os estudantes que obtiverem as maiores médias, ficando os demais na lista de espera, caso haja desistência ao longo do primeiro semestre do primeiro ano. A partir do segundo semestre do 1º ano os estudantes da lista de espera não mais poderão se matricular, mesmo que surjam vagas. Isso acontece porque é partir do segundo semestre que se iniciam as disciplinas técnicas.⁷

No caso de haver desistência de estudantes ao longo do percurso formativo as vagas ficam ociosas, já que este é fechado e não oferece possibilidade de permuta ao longo do seu desenvolvimento. Isso pode representar um risco de evasão dos estudantes, caso eles não se identifiquem com o curso escolhido, já que é impossível haver a troca quando se inicia a parte técnica.

1.5 O Modelo de Gestão das EEEPs – a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)

A Tecnologia Empresarial SocioEducativa (TESE) tem por base a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Parte da ideia de que a gestão de uma escola muito se assemelha à gestão de uma empresa, mesmo apresentando nuances de complexidade não encontrada nesta. Dessa forma, espelha-se na experiência de gerência empresarial para desenvolver ferramentas de gestão escolar. Adota o pressuposto de que “quem não planeja

⁷No primeiro semestre é possível receber os estudantes da lista de espera porque estes, embora já matriculados em alguma outra escola de ensino regular, veem as mesmas disciplinas da base nacional comum, não havendo prejuízo, portanto. A partir do segundo semestre do primeiro ano iniciam-se os conteúdos da formação profissional. Então a entrada de estudantes nesse momento traria prejuízo a estes, já que o currículo difere do praticado nas escolas de ensino regular.

não executa; quem não mede não sabe de nada” (Manual Operacional da TESE, pág. 4). De fato, a TESE foi desenhada para levar os conceitos gerenciais para o ambiente escolar, permitindo ao gestor o alcance dos objetivos de forma estruturada e previsível.

Essa tecnologia foi inicialmente utilizada nos Centros de Ensino Experimental, no estado de Pernambuco. Foi apresentada ao estado pelo empresário Marcos Antônio Magalhães, presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, sendo ele ex-aluno do antigo Ginásio Pernambucano, transformado em Centro de Ensino Experimental, em 2004. A tecnologia visa formar uma consciência empresarial humanística, na perspectiva de garantir a excelência do ensino médio público, de acordo com o Manual Operacional da TESE.

Teoricamente, a TESE trata do básico necessário a qualquer gestão – planejamento, monitoramento, presença constante, boa comunicação com a equipe- mas na prática envolve conscientização e disposição para rever paradigmas, assumir uma postura diferenciada, transformando os obstáculos em oportunidades de aprendizado e de sucesso. Não se pode negar que os conceitos⁸ empregados na TESE como ferramenta de gestão das EEEPs, são de cunho empresarial. Como afirmam Silvério e Albuquerque (2012):

Vindos da empresa privada, adota um modelo de gestão para a aprendizagem, embasado nos ditames da produtividade e da eficácia, nem sempre frutíferos num ambiente conflituoso e complexo como o da escola pública que lida com outros parâmetros sócio-cognitivos (SILVÉRIO e ALBUQUERQUE, 2012, p.12).

De acordo com os princípios da TESE, para uma aplicação que gere resultados, a pedagogia da presença (o gestor é um educador que dedica ao liderado/educando, tempo, presença, experiência e exemplo) versus educação pelo trabalho (implica na necessidade de formação contínua dos integrantes da equipe em suas áreas específicas e na arte de compartilhar o conhecimento) e pela delegação planejada (refere-se à formação de novos líderes num

⁸ Os conceitos fundamentais da TESE são: Descentralização (assentada na disciplina, respeito e confiança); Delegação planejada; Ciclo PDCA (Planejamento, Execução, Acompanhamento e Avaliação, Ajuste); Níveis de Resultados ligados ao ciclo de vida da organização como Sobrevivência (produtividade, liquidez, imagem), Crescimento, Sustentabilidade; Responsabilidade Social.

processo de educação durante a própria tarefa) é imprescindível. No entanto, a fala da gestora da EEEP pesquisada em relação à por em prática as premissas da TESE, nos remete a certa dificuldade nesse aspecto: “pontos negativos eu diria apenas que como temos um mapa curricular muito recheado de disciplinas, temos pouco tempo para trabalhar mais com as premissas da TESE com alunos e professores.” O fator tempo apresenta-se, portanto, como um ponto fraco na implementação da TESE na EEEP, na medida em que a sua escassez dificulta a formação contínua dos integrantes da equipe escolar.

A TESE está organizada em módulos que abrangem os princípios que devem ser seguidos pelas EEEPs, a realização de um plano de ação, e a operacionalização dos programas de ação dos professores. Não há como fugir do fato de ser um forte mecanismo de controle, conforme afirmam Silvério e Albuquerque (2012, p.12): “[...] não se pode deixar de ressaltar que a cultura organizacional que pressupõe um modelo gerencial de resultados pode ser utilizada como mecanismo de controle pelas escolas e empresas.”

Acreditamos que esse controle tem seu aspecto positivo na medida em que colabora para a manutenção de uma rotina escolar organizada, assim como pode ser negativa pela possibilidade de tolher a criatividade do professor, quando submete este a seguir uma rotina formatada.

Os princípios da TESE foram agregados aos quatro pilares do conhecimento descritos no Relatório de Jacques Delors (2003): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos (conviver), aprender a ser. De acordo com o Manual Operacional da TESE, para a vivência dessa tecnologia é necessário uma verdadeira desconstrução de conceitos (a função da escola, o papel do professor, o papel do aluno) e paradigmas (o modelo organizacional da escola, a centralidade na figura do diretor) para entender, aceitar e praticar seus postulados. Em síntese, a TESE implica em postura (mais consciência que método); adequação a cada realidade (mais ajuste que cópia de modelo); educação pelo trabalho (valorização da prática). O princípio fundamental é a “educação de qualidade deve ser o negócio⁹ da escola” Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, Manual TESE (2004, p.8).

⁹ Nec otium – negação do ócio; que ocupa a mente sem descanso.

Nesse modelo de gestão a comunicação é essencial. Para o sucesso do negócio, que é a educação de qualidade, a comunicação deve ser o foco do gestor escolar. Quando este perde o foco, põe em risco a sinergia da equipe.

São conceitos fundamentais da TESE, conforme Manual Operacional:

- A descentralização: as decisões, e as responsabilidades que estas acarretam, estão sob a responsabilidade de várias pessoas, mais próximo daqueles que executam. A descentralização assenta-se em três princípios – disciplina, respeito e confiança.

- A delegação planejada: exige do líder o autoconhecimento e o conhecimento do outro. Na medida em que o gestor vai delegando, vai formando as pessoas.

- Ciclo PDCA: Plan/Do/Check/Act (planejar, executar, verificar/avaliar, agir). É um método de gestão que visa controlar e conseguir resultados eficazes e confiáveis nas atividades de uma organização.

- Níveis de resultados: As empresas são criadas por prazo indefinido, para se consolidarem no mercado, de forma perene, por meio da integração sinérgica e produtiva das pessoas que lhe dão vida. Os resultados obtidos são diretamente proporcionais ao ciclo de vida da organização: sobrevivência, crescimento e sustentabilidade. Cada um destes é suporte para o nível seguinte. Estes não são estáticos e estão interligados.

Para a implementação desse modelo de gestão a escola não pode prescindir da elaboração do Plano de Ação, pois é nele que são definidas as prioridades e as estratégias para sua concretização. O Plano é, portanto, a bússola que norteia a equipe na busca dos resultados comuns e, nesse aspecto, a liderança do gestor é determinante. De acordo com o Manual de Operacionalização da TESE, o formato do Plano de Ação segue a seguinte estrutura: é indicado um formato de Plano de Ação que segue a seguinte estrutura:

- ✓ Introdução: traz um relato sucinto onde constam informações acerca do cenário atual e um diagnóstico resumido que indique a caracterização do contexto em que a escola está inserida. Indica ainda os valores da instituição, sua visão de futuro e missão.

- ✓ Premissas: são marcos que representam os princípios básicos, aos quais se conectam objetivos, prioridades e resultados esperados. São as premissas que nortearão a elaboração dos Programas de Ação do gestor e dos educadores. Como pontos de partida, são indicadas cinco premissas: Protagonismo Juvenil (dos estudantes), Formação Continuada (dos professores), Atitude Empresarial (da escola como organização), Corresponsabilidade (todos comprometidos com a qualidade do ensino) e Replicabilidade (viabilidade da proposta).
- ✓ Objetivos: devem expressar o cenário ideal. Precisam ser tangíveis, claros e observáveis ao final do processo.
- ✓ Prioridades: distinguir o que é mais importante, o que deve vir primeiro, o que fará a diferença na obtenção dos resultados esperados.
- ✓ Resultados Esperados: são as metas estabelecidas a partir de acordo entre líder e liderados.
- ✓ Indicadores: precisam ser claros, objetivos e mensuráveis.
- ✓ Estratégias: seria a aplicação dos meios disponíveis com o objetivo de alcançar os objetivos pretendidos.
- ✓ Macroestrutura: é a representação gráfica da escola onde se demonstra claramente o fluxo e o refluxo das decisões tomadas.
- ✓ Papeis e responsabilidades: o objetivo é criar um ambiente colaborativo onde o fluxo de execução das tarefas seja o mais claro possível. Todos devem ser mencionados, deixando-se em evidência a responsabilidade de cada um com o todo (Manual de Operacionalização da TESE, 2008, p. 20-32).

Na operacionalização do Programa de Ação, o gestor e demais educadores elaboram seus Programas de Ação, onde detalham as ações a serem desenvolvidas por cada ator escolar. É o conjunto dos Programas de Ação de cada um deles que materializa as diretrizes traçadas no Plano de Ação. Portanto esse é coletivo e aqueles são individuais. Nos Programas de Ação o primeiro passo é responder à pergunta “qual é o meu negócio?”

Como podemos perceber, esse modelo de gestão é essencialmente calcado numa visão empresarial. A escola é como uma empresa, que por sua

vez tem que gerar lucro (no caso o sucesso do aluno, pela conquista de uma aprendizagem significativa), segundo o Manual da TESE.

A TESE é, portanto, um importante instrumento de gestão que visa otimizar processos desenvolvidos nas EEEPs. Desse modo, pensamos que a aplicação dos princípios da TESE pelo gestor escolar poderá influenciar o modo como se dá a implementação da proposta pedagógica nas EEEPs.

Consideramos importante fazer essa apresentação da TESE para que se possa compreender o modelo de gestão das EEEPs, haja vista que um dos diferenciais destas é justamente seu modelo de gestão. Acreditamos que, por ser um modelo de gestão que se caracteriza pelo controle e monitoramento das ações, isso possa vir a contribuir na implementação da proposta pedagógica. A hipótese é que quanto melhor o nível de organização da escola e o engajamento da equipe na busca de resultados positivos, no caso a aprendizagem dos alunos, maiores são as chances de sucesso na implementação da proposta pedagógica.

A gestora da EEEP pesquisada relata que a TESE é aceita pelos atores escolares, com adaptações às peculiaridades e à cultura da escola. A mesma também destacou pontos fracos e fortes na implementação da TESE.

Estes aspectos relatados pela gestora, combinados com os aspectos percebidos pelos estudantes, como pretende essa pesquisa, poderão compor uma visão da realidade da implementação da política na EEEP que, por abranger dois segmentos importantes, poderá indicar caminhos mais concretos para o aprimoramento dessa política.

Na seção seguinte apresentaremos a proposta pedagógica trabalhada nas EEEPs, na qual se indica o tipo de formação que se pretende oferecer e quais recursos serão utilizados para tanto.

1.6 A Proposta Pedagógica das EEEPs

A proposta pedagógica pensada pela Secretaria visa à formação do cidadão de forma abrangente. A adesão do Estado pela forma integrada do

currículo, dentre as possibilidades de oferta de educação profissional instituída pelo Decreto 5.154/2004¹⁰, é um indicativo dessa intencionalidade. A preocupação da Secretaria é proporcionar a formação integral do estudante, de forma a romper a dualidade formação geral e formação profissional. Gaudêncio Frigotto (2013) nos fala da necessidade desse rompimento

No plano da formação profissional, a cidadania supõe a não separação desta com a educação básica. Trata-se de superar a dualidade estrutural que separa a formação geral da específica, a formação técnica da política, lógica dominante no Brasil, da Colônia aos dias atuais – uma concepção que naturaliza a desigualdade social postulando uma formação geral para os filhos da classe dominante e de adestramento técnico profissional para os filhos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2013, p.2).

Compreendendo que as duas partes da formação são igualmente importantes, a proposta pedagógica procura romper com a ideia de superioridade de uma em relação à outra. Saber a teoria é tão importante quanto ter a capacidade de colocar em prática o que se aprende, ou seja, é preciso ajudar o aluno a desenvolver um raciocínio crítico, com uma visão do todo, mas também dar condições para que ele aprenda a fazer. Os conteúdos da formação geral deverão contribuir para o aprendizado dos conteúdos técnicos e estes deverão contribuir para o aprendizado daqueles. Eles devem ser aglutinados e não sobrepostos.

Com um diferencial, em relação a outros estados, essa modalidade de ensino se dá em tempo integral, com uma carga horária de 5.400 horas para todos os cursos técnicos de nível médio ofertados nas ETECs. O propósito é que, com uma carga horária desse porte e a oferta em tempo integral, seja possível proporcionar aos estudantes uma sólida formação geral, assim como uma boa formação profissional, fundindo as duas vertentes num currículo único, onde as duas partes se entrelacem de modo a inviabilizar qualquer ruptura no sentido da divisão formação geral x formação profissional. O

¹⁰O Decreto 5.154/04 regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. O referido Decreto traz de volta a real possibilidade de integração do ensino médio à educação profissional.

rompimento da dualidade formação geral e formação profissional é o que se pretende.

Essa proposta pedagógica se materializa através da matriz curricular. A mesma é composta por componentes curriculares que contemplam formação geral, formação técnica e parte diversificada, na qual se dá ênfase ao desenvolvimento de temáticas voltadas para o projeto de vida dos estudantes, formação para a cidadania, as relações no mundo do trabalho, o protagonismo juvenil, projetos interdisciplinares, empreendedorismo, entre outros. Para que haja a integração dessas dimensões na formação dos estudantes aposta-se no fortalecimento do planejamento com os professores que trabalham com as diversas áreas, ou seja, um planejamento conjunto que possibilite o diálogo entre as áreas.

A formação geral (base nacional comum) abrange os treze componentes curriculares básicos, e comuns ao ensino médio: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, Inglês, Espanhol, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Física e Química. A carga horária total nos três anos do ensino médio é de 2.620 horas, distribuídas entre os citados componentes curriculares, de acordo com as especificidades de cada curso.

A formação profissional é composta por conteúdos curriculares específicos de cada curso técnico, que obedecem a uma carga horária mínima, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC). As cargas horárias mínimas dos cursos variam entre 800, 1.000 e 1.200 horas. À carga horária de aulas teóricas é acrescida a carga horária mínima relativa ao estágio supervisionado, que é de 50% para os cursos da área de saúde, e de 25% para os demais cursos, conforme a Resolução Nº 413/2006, Art. 20, parágrafos 1º e 2º, do Conselho Estadual de Educação.

As atividades complementares correspondem à parte diversificada do currículo, e objetivam acrescentar à formação dos alunos, o estudo de temas que contribuam para o seu melhor desempenho como cidadãos, tanto no aspecto pessoal como profissional. As cargas horárias variam de acordo com

cada componente curricular, bem como as especificidades de cada curso. Fazem parte das atividades complementares:

- Horário de Estudo: é um momento destinado a desenvolver a autonomia dos estudantes para o ato de estudar. Cada turma tem os seus horários específicos e utilizam o tempo para resolver alguma atividade pendente, ler alguma coisa, estudar em grupo. Nesses momentos há sempre um professor presente, não para ministrar aula, mas para ajudar os estudantes no que for preciso.

- Projeto de Vida: é utilizada uma proposta metodológica que rompe com a forma tradicional de ensino, privilegiando a participação, o diálogo, a relação de permanente troca de aprendizados entre professor e aluno, a contextualização dos temas no cotidiano dos estudantes e a vivência prática dos aprendizados.

- Temáticas, Práticas e Vivências (TPV): visam integrar a formação escolar com a formação em empreendedorismo. Dentro da temática geral são contemplados os tópicos: “Crescendo e Empreendendo”; “Iniciando um Pequeno Grande Negócio”; “Como Elaborar Plano de Negócios”. O propósito é capacitar os estudantes para o desenvolvimento de competências empreendedoras, que contribuem para o planejamento e criação de negócios sustentáveis e com foco em oportunidades identificadas no mercado.

- Mundo do Trabalho: as aulas são voltadas para o contexto das relações de trabalho. São eleitos eixos temáticos de interesse dos estudantes e a partir desses, desenvolve-se um processo de discussão e reflexão onde os conteúdos trabalhados são associados a situações reais, vivenciadas no contexto socioeconômico e cultural dos estudantes. Para desenvolver esse componente curricular os professores são formados sistematicamente, associando-se momentos de estudos, planejamento, vivência de situações pedagógicas, impulsionando um processo contínuo de ação-reflexão-ação.

- Formação para a Cidadania: acontece através do Projeto Diretor de Turma (PPDT), experiência vivenciada pelas escolas portuguesas, e implantado no Ceará em 2008, nas EEEPs. O objetivo é a construção de uma escola que eduque a razão e a emoção. Uma escola que tenha como premissa a desmassificação do ensino, adotando como princípios básicos os quatro

pilares da educação, de Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. A Formação para a Cidadania visa desenvolver a consciência dos estudantes, com o objetivo de torná-los cidadãos responsáveis, críticos, ativos, permitindo-lhes trabalhar suas vivências no plano pessoal e coletivo. São trabalhados temas que envolvem as dimensões escolar, humana, cultural, social e política, buscando potencializar, junto aos estudantes, situações de reflexão, cooperação, expressão de opiniões e sentimentos, confronto de ideias, identificação e resolução de problemas.

- Projetos Interdisciplinares: trata-se de um espaço destinado ao desenvolvimento de projetos das diversas áreas que compõem o currículo. O objetivo é despertar no estudante o senso de curiosidade voltada para a fomentação da pesquisa.

- Língua Estrangeira Aplicada (LEA): é um componente curricular trabalhado nos cursos do eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”. São eles: Guia de Turismo, Hospedagem e Eventos. Atualmente é ofertada a língua inglesa, por ser a mais comum entre os visitantes de nosso Estado. O intuito é contribuir para que os estudantes desses cursos desenvolvam habilidades de leitura, escrita e fala desse idioma.

- Inglês Técnico: visa instrumentalizar os estudantes dos cursos técnicos em Informática e Redes de Computadores. É trabalhado o inglês instrumental, focando nos termos técnicos mais comuns aos cursos antes mencionados.

Além dos componentes curriculares inerentes a cada área de formação, há também o estágio curricular obrigatório. Trata-se de uma atividade supervisionada, comum a todos os cursos ofertados nas ETECs, e tem amparo na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo ser cumprido pelos estudantes.

O estágio faz parte do projeto pedagógico de cada curso e integra o itinerário formativo do estudante, desenvolvendo as competências próprias da atividade profissional. Visa promover o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã, refletindo na sua atuação profissional.

A carga horária total do estágio é de 600h para os cursos do eixo Saúde, e 400h para os demais cursos dos diversos eixos, antecedida de momentos de

aprendizagens práticas, desenvolvidas como atividades complementares relacionadas à prática profissional.

No 3º ano, a prática do estágio ocorre nas empresas e instituições, momento este em que os estudantes de fato adentram no estágio supervisionado. O Governo do Estado tem feito um bom investimento no sentido de apoiar financeiramente os alunos estagiários, provendo-lhes bolsa-estágio, garantia de auxílio-transporte, contratação de seguro de acidentes pessoais e equipamentos de proteção individual. Isso tem resultado em mais oportunidades de campos de estágio já que não há nenhum ônus para as empresas que contratam os estagiários.

As práticas profissionais são acompanhadas pelos professores técnicos, contratados como orientadores de estágio, exclusivamente contratados para dar o suporte técnico-pedagógico aos estudantes estagiários. Como parte integrante da proposta pedagógica do estágio, uma vez por mês os estagiários se reúnem com os orientadores de estágio para o momento da mediação. Nesse momento são socializadas as práticas de estágio, feitas as intervenções necessárias para se corrigir os rumos, caso seja preciso.

A proposta do estágio supervisionado é, portanto, aprimorar o aprendizado das competências técnicas inerentes a cada atividade profissional, pautada no desenvolvimento dos estudantes para a vida cidadã, e para a inserção no mundo do trabalho.

A ideia é que haja a convergência entre as áreas que compõem o currículo, de modo a compor um todo indissociável. E nesse sentido a ação do gestor escolar é essencial. Seu entendimento e aceitação da proposta é que tornará possível a implementação da mesma. A clareza de compreensão da proposta possibilita pensar estratégias que facilitem a sua implementação. A aceitação da proposta é essencial para que o envolvimento se efetive e consequentemente se alcance o sucesso almejado.

O entendimento de questões básicas como as matrizes curriculares em vigência nas EEEPs, a implementação da rotina escolar, a condução dos professores, questões legais, assuntos relativos aos estudantes (como critérios de matrícula, a progressão parcial, diplomação, etc.) dentre outros, são pontos essenciais que o gestor da EEEP precisa dominar. Como membro da equipe

de currículo e questões pedagógicas, tenho acesso aos gestores, coordenadores, superintendentes e orientadores de CREDEs, daí a possibilidade de captar muitas das inquietações por parte dos atores citados, especialmente os gestores das EEEPs. Esses, assim como os demais atores, recorrem à Secretaria via e-mail, telefonemas e também nas reuniões realizadas, trazendo muitas dúvidas. Alguns solicitam a intervenção da Secretaria em várias questões do cotidiano, outros, não questionam tanto, mas muitas vezes é possível perceber que a forma destes tratarem certas questões demonstra possivelmente um não entendimento da proposta, ou não aceitação plena.

Para nortear a execução da proposta pedagógica do ensino médio integrado à formação profissional, a Secretaria elaborou os “Referenciais para a oferta do ensino médio integrado à educação profissional”. O documento contém a proposta de forma detalhada, o marco legal, os limites e possibilidades para a sua execução, dentre outras informações importantes para uma padronização das ações a serem implementadas nas escolas.

No nível da Secretaria, os técnicos da equipe do currículo elaboram a proposta, as matrizes e os planos de curso, juntamente com consultores técnicos e professores das diversas áreas. Estes são convidados a participar e, em geral, são aqueles lotados nas escolas da capital ou de municípios mais próximos da Secretaria de Educação, por uma questão de logística. Mais especificamente, os consultores e representações de professores técnicos de cada curso elaboram a distribuição dos conteúdos técnicos, dentro dos limites de carga horária de cada curso – 800h, 1.000h ou 1.200h, de acordo com o perfil profissional que se espera formar.

Após isso, os técnicos da equipe do currículo inserem os demais componentes curriculares e organizam a matriz curricular de cada curso. Vale salientar que essas escolas iniciam seus trabalhos do zero, portanto os professores e a equipe gestora ao optarem por trabalhar nestas, são conscientizados da proposta a ser implementada e demonstram aceitá-la.

Esse foi o percurso seguido para a preparação das matrizes curriculares, bem como para a elaboração dos planos de curso. Atualmente, não há mais consultores técnicos contratados para o acompanhamento dos cursos. As

atualizações nas matrizes têm sido feitas com a participação de alguns professores coordenadores de cursos, sob a condução de um técnico da equipe juntamente com dois bolsistas (da área pedagógica) contratados pela SEDUC para este fim.

Apesar da participação de alguns professores coordenadores de curso no processo de atualização das matrizes, entendemos que este ainda é muito restrito, visto que não há o envolvimento de um número significativo de professores representantes das áreas de ensino. Em geral, os professores coordenadores de curso participantes desse processo são aqueles que se destacam pelo seu conhecimento técnico, e pertencem a escolas localizadas na capital, por uma questão de logística. Estes são convidados e dedicam parte de suas horas de coordenação na produção desse trabalho de atualização.

Cabe refletir: até que ponto os professores das EEEPs, em geral, se sentem representados por estes que colaboram na atualização das matrizes? É um dado interessante, embora não seja o foco desse trabalho. E os estudantes, que percepção têm acerca da proposta pedagógica da escola? Que compreensão possuem acerca do curso em que estão sendo formados? Será que o escolheram por convicção ou estão no curso por falta de opção? Será que enxergam a EEEP como uma possibilidade de acesso mais fácil à universidade, ou de fato o seu interesse é no curso técnico em si, enquanto possibilidade de formação profissional? Será que estão na EEEP por escolha própria ou cumprem um desejo dos pais? Esses são pontos que pretendemos compreender através dessa pesquisa, cuja questão central é: como a política de educação profissional, em pauta no Estado do Ceará, materializada na proposta pedagógica praticada nas EEEPs, é percebida pelos estudantes? E a partir da contribuição da percepção destes, buscar o aprimoramento dessa política.

A gestora reconhece que a formação continuada dos professores é indispensável para a consolidação do entendimento da proposta pedagógica, e atribui a si própria o desempenho do papel de formadora.

Indagada sobre a possível resistência dos atores quanto à proposta pedagógica praticada pela EEEP, a gestora relatou que esta praticamente não existe, nem por parte dos estudantes, nem pelos professores. Para tornar a

proposta cada vez mais clara a todos os atores escolares, a gestora fala que a escola proporciona reuniões semanais, mensais e bimestrais para estudo, discussão e avaliação do trabalho pedagógico.

Na seção seguinte, fazemos uma explanação acerca do monitoramento das EEEPs. Citamos a relação da SEDUC com as suas Coordenadorias Regionais e que atores são mais diretamente responsáveis pelo acompanhamento das EEEPs. Estes, por estarem mais próximos das EEEPs, através das visitas regularmente realizadas, nos dão um sinal de como está a escola, nos seus vários aspectos. Dentre estes aspectos, podemos citar o rendimento dos alunos, quais as disciplinas consideradas mais críticas, e a partir daí, a possibilidade de pensar em quais fatores estão impulsionando o sucesso ou o fracasso dos alunos.

1.7- O Monitoramento das EEEPs

Nos primeiros anos de implantação das EEEPs, a própria SEDUC fazia o contato direto com estas, sem intermediação das Coordenadorias Regionais de Educação (CREDES), como acontece com as demais escolas do Estado.

A partir do ano de 2013, foi desenhado um modelo de monitoramento através dos Superintendentes Escolares, que são pessoas lotadas nas CREDES com a função de acompanhar as escolas, nos seus aspectos administrativo, financeiro e pedagógico.

A partir de setembro de 2013 foram designados superintendentes para acompanhar exclusivamente as EEEPs. Antes eles acompanhavam escolas regulares e EEEPs, seguindo os mesmos parâmetros. A título de esclarecimento, a Superintendência Escolar foi criada com a missão de acompanhar e apoiar a gestão das unidades escolares, visando fomentar um movimento de reflexão e ação em torno de três eixos principais: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão.

Para fazer um acompanhamento que atenda à realidade das EEEPs, esses superintendentes são formados para desenvolver um olhar diferenciado para essas escolas, haja vista suas especificidades. Até então, como os

superintendentes não acompanhavam especificamente as EEEPs e não havia um mecanismo de monitoramento mais preciso por parte da SEDUC, não se podia afirmar seguramente até que ponto o que a Secretaria pensa como proposta era de fato realizado nas EEEPs. Pode-se dizer que essa ainda é a realidade, já que os superintendentes ainda estão em formação para apurar o olhar para a realidade dessas escolas.

A SEDUC também conta com uma Ouvidoria que, indiretamente nos dá indicativos do que está acontecendo nas escolas como um todo, inclusive as EEEPs. São pais, professores, estudantes, e comunidade em geral, que expressam seu ponto de vista acerca de questões relacionadas ao cotidiano das escolas, dentre tantos outros assuntos.

Nessas escutas via Ouvidoria, nos deparamos com muitos questionamentos de estudantes acerca de procedimentos adotados nas EEEPs que revelam certo distanciamento do que é proposto pela SEDUC. Embora os contatos não sejam em número representativo em relação ao quantitativo de EEEPs, nos sinalizam algumas posturas adotadas nas EEEPs.

O objetivo do presente trabalho, de certa forma, dialoga com essa relação da Ouvidoria com a comunidade em geral, especialmente a comunidade estudantil. Pois nossa intenção é identificar qual a percepção dos estudantes acerca da oferta de ensino médio integrado à educação profissional nas EEEPs, a partir da pesquisa junto aos estudantes de uma escola localizada na capital do Estado.

São questões que pretendemos investigar: como os estudantes percebem os efeitos da implementação dessa proposta? Ao ingressar na EEEP estes são informados sobre os propósitos que norteiam as ações da escola? O que leva os estudantes a procurarem essa escola profissional? Quais suas motivações? O que os motiva a permanecerem lá? As respostas a essas questões nos ajudarão a refletir sobre a implementação da proposta pedagógica e propor um desenho para as rotinas praticadas nas EEEPs, de forma a melhor atender às expectativas dos estudantes que procuram essas escolas. Os atores para quem a política se destina, acreditamos, podem contribuir significativamente com o seu olhar sobre as práticas cotidianas vivenciadas na escola, nos dando uma noção real de como se efetiva a política

no chão da escola. Acreditamos que quando a implementação de uma política dialoga com aqueles que dela se beneficiam, tomando destes um retorno a respeito de como esta atende às suas necessidades, as chances de sucesso dessa política são maiores. A postura dos estudantes diante das ações cotidianas propostas pela escola pode influenciar o desenrolar dessa política, na medida em que aqueles se envolvem ou não nas atividades propostas. E esse envolvimento com a rotina escolar pode se dar na proporção em que os estudantes compreendem seu propósito e percebem uma relação desta com a sua própria vida. Esses atores constituem-se uma espécie de “termômetro” sobre como anda o desenrolar da proposta pedagógica praticada pela escola. Por essa razão, acreditamos que o olhar desses atores é fundamental para entendermos o alcance dessa política em sua vida escolar e, se for o caso, promover os ajustes necessários visando o sucesso da proposta implementada.

1.8 O Recorte da Pesquisa

Tendo em vista a dificuldade em abranger toda a rede estadual de escolas de educação profissional, tomamos como piloto dessa pesquisa uma escola localizada na capital do Estado, Fortaleza, dentre as 104(cento e quatro) EEEPs ativas em todo o Estado.

A escola em questão localiza-se na periferia de Fortaleza, a cerca de 20 km do centro da cidade. Situa-se no bairro denominado Grande Jangurussu, entre os bairros Conjunto Palmeiras e São Cristóvão.

No entorno da escola, como é comum às grandes periferias das cidades, há registros de violência, delinquência juvenil, famílias bastante carentes, desemprego, dentre outros problemas.

A escola possui uma matrícula correspondente a cerca de 440 estudantes, todos oriundos dos bairros adjacentes, como: Conjunto Palmeiras, Parque Santa Maria, Conjunto São Cristóvão, Conjunto Santa Filomena, Conjunto Sítio São João, Cajazeiras, Barroso, Pedras, Conjunto João Paulo II, Messejana, Passaré, Parque Santa Fé, Ancurí, Lagoa Redonda, Alto Alegre,

Parque Itamaraty, Barroão, Almirante Tamandaré, Curió. São comunidades de grande vulnerabilidade social e elevado índice de pobreza.

O quadro funcional da escola é composto pelos seguintes profissionais: 01 diretora, 03 coordenadores escolares, 14 professores da formação geral, 03 bibliotecários, 02 professores coordenadores do laboratório de Informática, 01 professor coordenador do laboratório de Ciências, 01 assessor administrativo financeiro, 08 professores da área técnica, 03 funcionários de secretaria escolar. Com exceção dos professores da área técnica, todos os outros são lotados com carga horária de 40h mês.

O grupo de profissionais registra pouca rotatividade, apesar de não serem, em sua maioria, efetivos da rede estadual. Dos 14 professores responsáveis pela formação geral, nove são contratados temporariamente. Em relação à formação técnica, todos os professores são terceirizados, contratados por outra instituição (Centec), por meio de contrato de gestão existente entre Seduc e Centec.

Quanto à estrutura física, o prédio é relativamente novo, embora não tenha sido construído com o propósito de ser uma EEEP. Por esse motivo, passou por adaptações para oferecer condições de abrigar os estudantes em tempo integral. Possui 10 salas de aula, 01 laboratório de Informática, 01 laboratório de Ciências, 02 laboratórios tecnológicos, 01 quadra de esportes, 01 sala para os professores, 01 secretaria, 01 centro de multimídia, 01 cozinha, 01 área coberta que serve como refeitório, 01 sala para a direção, 02 salas para os coordenadores, 01 almoxarifado, 01 sala para reuniões.

O início das atividades nessa escola se deu em agosto de 2008. Foi a primeira EEEP inaugurada na capital do Estado. No primeiro ano de funcionamento ofertou quatro cursos técnicos: Informática, Guia de Turismo, Enfermagem e Segurança do Trabalho, como todas as outras 25 EEEPs inauguradas nesse ano. Devido à falta de estrutura do prédio e sua consequente inadequação, o curso técnico em Segurança do Trabalho foi extinto em 2011. Os cursos técnicos em Guia de Turismo e Informática foram substituídos pelos cursos técnicos em Eventos e Redes de Computadores, respectivamente, nesse mesmo ano. Essas substituições se deram por iniciativa da própria SEDUC. Desde então a escola mantém a mesma oferta de

curso: Técnico em Enfermagem, Técnico em Eventos e Técnico em Redes de Computadores.

Dentre o universo de estudantes matriculados nessa EEEP, optamos por trabalhar com as turmas de 1º ano, que são três, somando um total de 134, e as turmas de 3º ano, que também são três, num total de 93 estudantes. A escolha das turmas de 1º ano se deu pela possibilidade de captarmos a visão inicial dos estudantes que estão ingressando na EEEP, em relação a como percebem a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, através da prática da proposta pedagógica na escola. Já a escolha das turmas de 3º ano se deu em função da possibilidade de captar a visão dos estudantes que estão concluindo o curso técnico de nível médio.

Nossa intenção é fazer um cruzamento das percepções dos estudantes ao iniciarem e concluírem o curso técnico de nível médio. Essas percepções dizem respeito à prática da proposta pedagógica trabalhada na EEEP, o amadurecimento destas ao longo dos três anos de curso, se o que pensam ao ingressar na EEEP se modifica ao chegarem ao final. Esse olhar dos estudantes acerca do modo como a proposta se desenvolve na escola, suas expectativas (realizadas ou frustradas), nos fornecerão material para reflexões sobre o modo como a oferta de educação profissional se dá nas EEEPs. A partir dessas reflexões poderemos melhorar o modo de operar essa política em pauta no Estado, materializada através da prática da proposta pedagógica das EEEPs. Sabemos que uma única escola é um universo muito pequeno, diante da totalidade dessa rede de escolas, porém, a depender dos resultados que obtivermos, poderemos expandir a experiência de escuta aos estudantes para as demais EEEPs. A escuta aos estudantes poderá servir como canal de monitoramento dessa política.

Temos consciência de que não sendo o mesmo público os sujeitos pesquisados ao ingressarem na escola e os sujeitos que estão concluindo o curso, pois não se trata de uma pesquisa longitudinal, não poderemos chegar a conclusões fechadas. Apenas tentaremos uma aproximação entre a visão de quem está entrando na escola e quem está concluindo o curso.

Para a realização desse trabalho fizemos uma análise qualitativa, aplicando questionário junto aos estudantes de 1º e 3º anos matriculados na

EEEP. Os estudantes do 1º ano são 134, e os do 3º ano são 93, perfazendo um total de 227 alunos. No entanto, no dia de aplicação dos questionários compareceram à escola 179 alunos desse público de 1º e 3º anos, o que representa 78.9% do total da amostra. A ausência dos 48 alunos nesse dia se deu em função de uma greve de ônibus na cidade.

Complementando essa pesquisa junto aos estudantes, realizamos também uma entrevista com a diretora da escola, a fim de captar sua percepção acerca da implementação da proposta pedagógica naquela EEEP e assim podermos combinar as percepções desses dois agentes escolares.

A questão que se tenta responder nessa pesquisa se coloca para a Secretaria de Educação. O que se sabe a respeito da implementação da proposta pedagógica são através das percepções emitidas por quem implementa a política – os gestores das EEEPs, ou através das observações dos superintendentes quando visitam as escolas. Será necessário, portanto, uma maior aproximação com a escola para fazer as conexões entre o proposto e a prática efetiva. A partir da coleta dos dados, através de questionários, assim como a análise de documentos como: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Ação e outros que forem disponibilizados, as propostas de intervenção partirão da Secretaria para as escolas e seus respectivos gestores, assim como para a própria Secretaria. Vale ressaltar que as evidências trazidas por esses documentos prestam-se apenas a complementar as informações obtidas através da interlocução com os estudantes e com a própria gestora da EEEP.

2. AS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DA EEEP E O APRIMORAMENTO DA POLÍTICA

Neste capítulo fazemos uma análise do problema em questão, qual seja, investigar como essa política de educação profissional em pauta nas EEEPs do Estado do Ceará, materializada através da prática da proposta pedagógica, é percebida pelos estudantes. E na medida em que colhemos essas percepções, buscamos enxergar as contribuições destas para os ajustes nessa proposta, contribuindo assim para a melhora da gestão das EEEPs. Entendemos que a ausência de abertura desse canal com os estudantes dificulta o monitoramento da política de forma mais completa, na medida em que, sem o olhar destes, temos apenas uma visão parcial, o que representa um problema.

Iniciamos o capítulo apresentando o percurso metodológico da pesquisa, indicando detalhadamente o caminho percorrido até a obtenção dos dados junto à escola. Os sujeitos pesquisados são estudantes das turmas de 1º e 3º anos e a gestora de uma EEEP localizada na cidade de Fortaleza.

Em seguida apresentamos os resultados, através da exposição e análise dos dados coletados, separados por temáticas como: identificação dos sujeitos, perspectivas dos estudantes após o término do curso, o enfoque dado à proposta pedagógica, a satisfação dos estudantes em relação à proposta pedagógica, identificação dos estudantes com o curso, percepções dos sujeitos sobre os pontos principais da proposta, itinerários formativos, e as ideias, críticas e sugestões dos estudantes em relação à implementação da proposta pedagógica na EEEP.

Como apoio à compreensão dos resultados obtidos, lançamos mão de autores como Frigotto (2005), Ramos (2005) e Ciavatta (2005), os quais nortearão a análise dos dados da pesquisa.

Encerraremos esse capítulo esboçando as principais questões percebidas nas falas dos atores, buscando ver as possibilidades de estabelecer elos entre estas e os possíveis encaminhamentos que serão dados no capítulo 3.

2.1 O percurso metodológico

Para a realização dessa pesquisa, foram aplicados questionários para as três turmas de 1º ano dos cursos técnicos em Enfermagem, Eventos e Redes de Computadores, assim como para as três turmas de 3º ano dos mesmos cursos.

Para os estudantes dos 1º anos o questionário é composto de 22 questões, sendo 20 fechadas e duas abertas. Ao final foi destinado um espaço para que estes manifestassem suas ideias, críticas e sugestões acerca do objeto da pesquisa. Com os estudantes dos 3º anos foi aplicado um questionário de 24 questões, sendo 22 fechadas e duas abertas. Foi reservado um espaço para o registro de ideias, críticas e sugestões sobre a proposta da pesquisa.

Os questionários foram aplicados no mês de junho de 2014, com dia e horário previamente agendados com a direção da escola. O momento da aplicação foi um dia atípico, pois em virtude de uma greve de ônibus na cidade, muitos alunos faltaram à aula. No entanto, dentre o público específico de nossa pesquisa (estudantes das turmas de 1º e 3º anos), a infrequência não comprometeu a representatividade da amostra. Dos 227 estudantes dessas duas séries, no dia da aplicação dos questionários compareceram 179, ou seja, 79% desse grupo de estudantes.

A aplicação dos questionários foi feita pela própria pesquisadora, com a ajuda do professor presente em cada turma pesquisada. Não ocorreu nenhum fato mais relevante durante a aplicação dos questionários que merecesse registro, com exceção da já mencionada ausência de alguns estudantes em função de um problema externo à escola.

Além dos questionários aplicados junto aos estudantes, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a diretora da escola, como forma de ampliar o foco da pesquisa, através da comparação dos olhares dos dois segmentos sobre os mesmos aspectos. A realização da entrevista se deu no início do mês de setembro de 2014, com dia e horário previamente agendado pela diretora da escola.

Após a coleta dos dados junto aos dois segmentos, procedemos à análise dos mesmos, os quais são dispostos a seguir.

2.2 Apresentação e análise dos dados

Neste tópico faremos a exposição dos dados coletados na pesquisa, procurando relacioná-los com as discussões teóricas levantadas pelos autores que referenciam esse trabalho - Frigotto (2005), Ramos (2005) e Ciavatta (2005). Como forma de melhor organizar esse tópico, fizemos uma divisão em subtópicos, nos quais apresentaremos a identificação dos sujeitos pesquisados e sua motivação inicial ao ingressar na EEEP, assim como suas perspectivas após o término do curso. Abordaremos também o enfoque dado à proposta pedagógica, sob a ótica dos estudantes; a satisfação destes em relação a essa proposta e sua identificação com o curso.

Além destes, expomos as percepções dos sujeitos quanto aos principais pontos da proposta pedagógica (projeto de vida, protagonismo juvenil, projeto professor diretor de turma, currículo integrado e formação para a cidadania), assim como os itinerários formativos praticados na EEEP. Em todos os subtópicos fazemos um paralelo entre a percepção dos estudantes e a percepção da gestora da EEEP.

2.2.1 Identificação dos sujeitos e sua motivação inicial ao ingressar na EEEP

O público-alvo da pesquisa é composto, em sua maioria, por estudantes do sexo feminino, majoritariamente proveniente de escolas da rede pública de ensino fundamental. A maior partes dos estudantes, 78%, das turmas de 1º ano, estão na faixa etária compreendida entre 14 e 15 anos, enquanto os estudantes das turmas de 3º ano estão predominantemente na faixa etária entre 16 e 17 anos (86%).

A motivação inicial dos estudantes que procuram a EEEP “Alfa” é a possibilidade de fazer um curso técnico junto com o ensino médio. A predominância dessa motivação inicial, dentre as demais elencadas no instrumento utilizado na pesquisa, é comum aos estudantes de 1º e 3º anos (65% dos alunos dos 1ºs anos e 69% dos alunos dos 3ºs anos assim se manifestaram). Nossa hipótese é a de que essa possibilidade de articulação do ensino médio com a educação profissional representaria uma otimização de tempo destinado à formação nesse nível da educação básica. Isso poderia ser um fator motivacional para a procura dos estudantes por essa escola. Outros motivos também indicados pelos estudantes foram: a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho ao término do curso, a propaganda da EEEP pelos estudantes que já concluíram algum dos cursos ofertados, e até mesmo a própria iniciativa dos pais, conforme indicaram 8% dos estudantes das turmas de 1º ano.

A possibilidade de fazer um curso técnico integrado ao ensino médio constitui-se no direito dos jovens de terem acesso a uma formação que, para além do imediatismo baseado numa concepção tecnicista e produtivista de acesso rápido ao mercado de trabalho, lhe dê um suporte seguro para uma formação mais ampla e qualificada, em consonância com as necessidades do nosso tempo. Nesse sentido, Frigotto (2005) nos coloca que:

Considerando-se a contingência de milhares de jovens que necessitam, o mais cedo possível, buscar um emprego ou atuar em diferentes formas de atividades econômicas que gerem sua subsistência, parece pertinente que se faculte aos mesmos a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica. (FRIGOTTO, 2005, p.77).

Na busca de saber se o objetivo dos estudantes ao procurar a EEEP permanece o mesmo após seu ingresso nesta, simplesmente fazer um curso técnico integrado ao ensino médio, ou se demonstram outras pretensões para além da conclusão do curso, indagamos aos estudantes qual seria seu objetivo atualmente (o que procuram mais fortemente). Os dados coletados revelam que após o ingresso na EEEP os estudantes pesquisados passam a ampliar

seus objetivos. De um modo geral, 40% dos estudantes pesquisados afirmam que o desejo perseguido no decorrer do percurso na EEEP é ingressar na Universidade, enquanto 54% têm como desejo principal ingressar no mercado de trabalho. Na tabela a seguir indicamos, de acordo com a série, os objetivos mais citados pelos estudantes.

TABELA 6 - Objetivos dos estudantes após ingressarem na EEEP

Objetivo dos estudantes	1ºs anos	3ºs anos
Ingressar na universidade	52%	21%
Ingressar no mercado de trabalho	42%	71%
Considerando o total geral dos estudantes pesquisados, 40% têm como objetivo ingressar na universidade e 54% deseja ingressar no mercado de trabalho.		

Fonte: construção própria

Percebe-se que, no geral, o desejo de ingressar no mercado de trabalho se mostrou bem mais contundente entre os estudantes das turmas de 3º ano, que estão bem mais próximos de concluir o curso. Esse objetivo é perseguido por 71% dos estudantes dessa série. Já em relação aos estudantes do 1º ano, observamos que o objetivo mais fortemente assinalado por 52% destes é a possibilidade de ingresso na Universidade, o que representa uma mudança de pensamento entre os alunos que estão iniciando os estudos na EEEP agora, em relação àqueles que estão saindo desta.

De acordo com um boletim do Centro Internacional da UNESCO para Educação Profissional e Treinamento (UNESCO-UNEVOC, 2003), “é comum que especialistas em educação prescrevam o ensino profissional como uma receita de emprego para os jovens.” No entanto o que percebemos, com base na pesquisa realizada, é que os estudantes do 1º ano das turmas pesquisadas parecem estar buscando não uma receita de emprego, mas de ingresso na Universidade.

2.2.2 O enfoque dado à proposta pedagógica

Indagados sobre sua percepção acerca de qual seria a vertente mais estimulada pela EEEP - a formação geral, formação profissional, ou ambas - presente nas práticas pedagógicas adotadas, 53% do total de estudantes pesquisados indicam que a escola enfatiza as duas vertentes. O enfoque dado à formação profissional foi percebido por 33% dos estudantes, enquanto que apenas 10% dos estudantes dizem perceber, por parte da EEEP, um foco na formação geral. É curioso o fato de um quantitativo crescente de estudantes que estão adentrando à EEEP objetivarem mais o ingresso na Universidade, embora apenas 10% destes percebam o enfoque da escola nessa direção.

Existe um alto percentual de estudantes das turmas de 1º ano (52%), em especial, que têm como objetivo principal após entrar na EEEP, o ingresso na universidade, quando apenas 10% destes percebem o foco da EEEP nessa direção. O que estaria conduzindo o desejo dos estudantes para essa direção?

Tentando responder a essa questão, uma hipótese seria a própria postura da gestora que, apesar de reconhecer que o foco da escola é a vertente profissional, valoriza a formação geral dos estudantes. Outra hipótese seria o forte incentivo que o Estado, através da Seduc, tem dado às escolas para que estas inscrevam seus alunos no ENEM, já a partir do 1º ano do ensino médio. Nesse sentido, a Seduc tem dado todo o apoio logístico para que estes realizem as provas, apoiando com distribuição de material didático, palestras de motivação, visita dos técnicos das CREDE/SEFOR às escolas, etc. Da parte das escolas, a mobilização de aulões é uma constante. Como resultado, muitos estudantes do 3º ano, e alguns do 2º ano, têm conseguido obter um bom rendimento no ENEM e assim conseguem ingressar na universidade. É possível que todo esse movimento, aliado à própria proposta pedagógica que visa à elevação do desempenho acadêmico dos estudantes, esteja alimentando o imaginário destes na direção do desejo de ingressar na universidade.

A compreensão da gestora acerca da proposta pedagógica da EEEP é que esta tem como foco a formação profissional. Ao mesmo tempo, ela entende que “A formação de um bom técnico, seja em qual for a área de

atuação, demanda saberes indispensáveis, tanto na leitura quanto na linguagem matemática e raciocínio lógico.” Seu pensamento é de que o ensino médio integrado à educação profissional contribua para a elevação do desempenho acadêmico dos estudantes, possibilitando a estes o acesso ao ensino superior.

A gestora entende que o foco na profissionalização é mais visível para os estudantes, o que pode ser constatado na seguinte fala: “fica mais perceptível o foco na profissionalização, embora estejamos sempre enfatizando a importância do ingresso deles nos cursos de nível superior.” Esta fala da gestora corresponde ao que os estudantes colocaram.

O pensamento da gestora vai ao encontro do que está posto no documento “Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil”. O mesmo coloca que:

[...] formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (BRASIL, 2008).

Essa autonomia profissional como proposto no documento oficial, sem dúvida perpassa uma formação geral qualificada que proporcione ao estudante a condição de compreender, por exemplo, o campo profissional aonde este irá se inserir.

Pelo depoimento da gestora infere-se que a prática cotidiana é focada na formação profissional, e no discurso reforça-se a importância da continuidade dos estudos, o que nos leva a entender as falas dos estudantes sobre o posicionamento da EEEP. Um exemplo é a fala dos estudantes citando aspectos negativos da proposta pedagógica da EEEP Alfa “a escola prepara para o técnico, mas não para a universidade”, “preocupação excessiva com o profissional”. Isso pode revelar o posicionamento da escola por uma das partes do currículo, no caso a formação profissional, Essa atitude pode levar a uma percepção equivocada por parte dos estudantes de que a formação profissional é mais relevante que a formação geral, reforçando uma visão dualista. Dessa

forma, os estudantes podem ser levados a pensar que deve dedicar mais esforço à formação profissional, em detrimento dos conteúdos curriculares que compõem a formação geral.

2.2.3 A satisfação dos estudantes em relação à proposta pedagógica

A satisfação dos estudantes quanto à forma como é ofertada a educação profissional na EEEP pode ser observada através dos dados obtidos, e expostos na tabela 6, a seguir.

TABELA 7 – Percepção dos estudantes quanto à oferta de educação profissional na EEEP

Série	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
1ºs anos	54%	44%	2%
3ºs anos	31%	63%	4%
Total Geral	44%	51%	3%

Fonte: construção própria

Percebe-se que os estudantes do 1º ano demonstram estar bem mais satisfeitos com a proposta que aqueles que estão concluindo o curso. Talvez os estudantes do 3º ano, por já terem percorrido uma trajetória mais extensa no curso, possuam um pouco mais de clareza para perceber a dinâmica adotada na escola, enquanto os estudantes do 1º ano têm ainda pouco tempo para perceber as fragilidades que porventura existam. A resposta a este item do questionário, por si só, não nos permite identificar os motivos que levaram aos posicionamentos dos estudantes. No decorrer da apresentação e análise dos dados obtidos, no entanto, são apontadas algumas questões que geram insatisfação dos estudantes.

2.2.4 Identificação dos estudantes com o curso

Quanto ao que teria motivado os estudantes a escolherem o curso, 64% respondeu que se identifica com o curso, tendo escolhido este como sua primeira opção, enquanto 21% afirma ter identificação com o curso, embora este não tenha sido sua primeira opção. Apesar da maioria dos estudantes

afirmarem ter certa identificação com o curso em que estão matriculados, o conhecimento sobre este antes de sua iniciação não é indicado na mesma proporção pelos estudantes.

O percentual de estudantes que afirmam ter conhecimento sobre o curso e o percentual que demonstra desconhecimento sobre o mesmo, aparece indicado com a mesma frequência entre os estudantes: 31%. Ou seja, 31% afirmam ter conhecimento prévio do curso e 31% afirmam não ter tido nenhum conhecimento prévio sobre o curso escolhido.

Quando olhamos separadamente os dois grupos de estudantes quanto a conhecer o curso ao inicia-lo, percebemos que aqueles que estão ingressando na escola agora (1ºs anos) afirmam possuir uma melhor percepção inicial do curso que aqueles estudantes que já estão concluindo sua trajetória na EEEP (3ºs anos) – são 40% contra 17%. Isso talvez seja o reflexo do trabalho da escola no sentido de promover a divulgação dos cursos ofertados aos estudantes que desejam ingressar na EEEP.

Na tabela a seguir elencamos as motivações citadas pelos estudantes para a escolha do curso, assim como o conhecimento prévio destes sobre o curso escolhido. O intuito é facilitar a compreensão do leitor acerca do que abordamos anteriormente.

TABELA 8 – Motivações dos estudantes para a escolha do curso

Motivações para escolha do curso e o conhecimento sobre este	1ºs anos	3ºs anos	Geral
Identificação com o curso (1ª. Opção).	66%	61%	64%
Identificação com o curso, mas não 1ª. Opção.	20%	24%	21%
Interesse na EEEP, e não no curso.	5%	9%	6%
Já tinha conhecimento prévio do curso.	40%	17%	31%
Não tinha conhecimento prévio do curso.	27%	37%	31%
Tinha vaga impressão sobre o curso e esta se confirmou.	32%	43%	37%

Fonte: construção própria.

Como a própria diretora da EEEP coloca em sua fala: “Na EEEP Alfa eu faço um seminário para os candidatos antes que eles escolham o curso. Os técnicos fazem uma palestra apresentando cada curso e também temos um ex-aluno convidado, de cada curso, para dar seu depoimento.” Essa atitude da gestora escolar nos leva a crer que esse trabalho tem sido feito de forma mais

efetiva que nos anos anteriores, e tem apresentado resultados positivos, pois boa parte dos estudantes que estão entrando na EEEP hoje conhece o curso (ainda que superficialmente) para o qual se candidata a uma vaga. Diferentemente dos estudantes que ingressaram na EEEP há três anos (hoje no 3º ano).

De fato, esse é o procedimento recomendado pela SEDUC – fazer uma apresentação dos cursos aos estudantes, antes do ingresso destes na EEEP. A fala da gestora está em sintonia com a resposta dada pelos estudantes, quando indagados se a escola promoveu a apresentação dos cursos e da proposta de trabalho da EEEP. 78% do total de estudantes pesquisados afirmaram que a escola apresentou os cursos e a proposta de trabalho.

Apesar dos estudantes afirmarem, de forma majoritária (64%), que se identificam com o curso escolhido, contraditoriamente, a maioria destes (61%) afirma já ter pensado em desistir, ao longo de sua trajetória na EEEP. Dizemos assim, pois partimos da hipótese de que quando o estudante se identifica com o curso, a desistência do mesmo não seria cogitada, pelo menos não por uma parcela tão expressiva de estudantes. Quando analisamos os dados separadamente, o posicionamento dos estudantes de 1º e 3º anos vimos que, nestes últimos, o pensamento de desistir do curso foi bem mais presente (80%), enquanto que entre os estudantes do 1º ano essa hipótese foi cogitada por 49% destes.

Consideramos esse um dado importante e que só poderia ser obtido através dos próprios estudantes. Esse pode representar um aspecto relevante de monitoramento da política.

Indagados os prováveis motivos para a possibilidade de desistir do curso, as respostas mais recorrentes entre os estudantes foram os dispostos na tabela a seguir.

TABELA 9 – Principais motivos para a possibilidade de desistência dos estudantes, de acordo com a série.

Motivos	Estudantes 1ºs anos	Estudantes 3ºs anos	Total geral
Dificuldade de adaptação ao tempo integral.	27%	21%	25%
Grande quantidade de disciplinas no curso.	13%	29%	19%
A rígida disciplina da escola.	6%	1%	4%

Estes percentuais se referem apenas ao universo de estudantes que pensaram em desistir do curso/escola. Assim, dos 61% que pensaram assim, 48% apontaram esses motivos e os demais (13%) apontaram outros motivos, ou não assinalaram nenhum motivo.

Fonte: Autoria própria

Pode-se perceber que a dificuldade de adaptação ao regime de tempo integral é o que predomina, inicialmente, entre as respostas dos estudantes das turmas de 1º ano. A grande quantidade de disciplinas nos cursos é outra indicação relevante citada pelos estudantes, especialmente aqueles do 3º ano. É compreensível que a predominância deste aspecto recaia mais fortemente sobre esse grupo (3º ano), pois nesta série os estudantes já viram praticamente todas as disciplinas constantes na matriz curricular do curso. Já os estudantes do 1º ano, que estão iniciando o curso, não têm ainda as disciplinas da formação profissional (a depender do curso), pois estas, em geral, só começam a partir do segundo semestre do 1º ano.

Na tabela a seguir elencamos o quantitativo de disciplinas presentes em cada curso, de acordo com a série.

TABELA 10 – Quantitativo de disciplinas nos cursos, por série.

Curso	Quantidade de disciplinas ¹¹			
	1º ano	2º ano	3º ano	Total
Técnico em enfermagem	28	28	20	76
Técnico em Eventos	23	28	19	70
Técnico em Redes de Computadores	25	27	19	71
Média disciplinas/ano	25	28	19	72

No 3º ano, além do quantitativo de disciplinas citado, os estudantes cumprem ainda a carga horária de estágio – 600h no curso de Enfermagem e 400h nos demais cursos. A carga horária total de cada curso é de 5.400h.

Fonte: Autoria própria

¹¹ As disciplinas são distribuídas da seguinte forma: formação geral – 13 fixas; Parte diversificada – 6 fixas + outras (a depender do curso); Formação geral – variável.

Refletindo sobre as motivações dos estudantes para uma provável desistência do curso/escola, sabemos que a grande quantidade de carga horária pressupõe um quantitativo de atividades correspondentes às horas disponíveis ao curso. Nesse sentido, pensamos que não seria surpresa para os estudantes essa relação quantitativa. Será que o que se faz com essa extensa carga horária corresponde aos anseios/necessidades dos estudantes? Essa é uma outra questão que poderia ser investigada mais detalhadamente em um estudo posterior.

Quanto à “rígida disciplina da escola”, outra motivação para a desistência, se faz mais presente na fala dos estudantes do 1º ano, justamente aqueles que estão iniciando os estudos na EEEP, talvez porque trazem consigo, numa memória mais recente, a forma de trabalho da escola de origem. A rígida disciplina diz respeito à exigência do cumprimento às regras da escola, como os horários de entrada e saída, o uso do uniforme escolar, a postura em sala de aula, dentre outros. Para os estudantes do 3º ano, essa “rígida disciplina da escola” já não causa mais estranheza, talvez pelo fato de já terem se habituado ao ritmo impresso pela EEEP Alfa.

Além das respostas fechadas que foram postas no instrumental da pesquisa, pedimos que os estudantes apontassem outros aspectos que melhor explicassem as suas motivações para a possibilidade de desistência do curso, caso assim o desejassem. Dentre as motivações postas pelos próprios estudantes, destacamos algumas mais recorrentes, expressas no espaço do questionário reservado para indicar outros motivos: “Ter mais tempo livre para estudar para ENEM/UECE (Universidade Estadual do Ceará).”

“Chegava em casa cansada e não tinha tempo para outras atividades.”

“Lá fora tem muitas oportunidades que não são oferecidas na EEEP, por ser de tempo integral.”

“O foco na EEEP é profissional e eu quero o foco para vestibular, ENEM.”

A resposta dos estudantes, nesses espaços reservados a respostas livres, sugere que o tempo integral na escola limitaria o acesso a outras possibilidades. De fato, a rotina da EEEP é extensa, são dez horas diárias, com

nove tempos de aula, sem espaço para tempo livre que possibilite ao estudante fazer escolhas sobre como preenchê-lo conforme as suas necessidades.

No que diz respeito à questão da grande quantidade de disciplinas, tão presente na fala dos estudantes pesquisados, percebemos tratar-se de um fardo para estes, mais que um prazer. Entendemos que a extensa carga horária, que contempla a formação geral, formação técnica e parte diversificada, não necessariamente indica um currículo integrado, podendo tratar-se talvez de uma sobreposição de currículos. A preocupação com os aspectos teóricos, expressos no rol de disciplinas de cada curso, se não mantiver um estreito diálogo com a prática, pode mesmo cansar os estudantes que passam nove horas em sala de aula. A escolha dos conteúdos, assim como da metodologia, pode fazer toda a diferença no cotidiano da sala de aula. Um olhar atento para essa questão pode evitar o desperdício de se oferecer mais do mesmo, levando ao desestímulo por parte dos estudantes.

Refletindo um pouco sobre a questão de o quê ensinar (muitas vezes ligado ao quantitativo), que às vezes se sobrepõe à questão do como ensinar, Ramos (2005) nos diz que:

Além da redefinição do marco curricular, as opções pedagógicas implicam também a redefinição dos processos de ensino. Esses devem se identificar com ações ou processos de trabalho do sujeito que aprende, pela proposição de desafios, problemas e/ou projetos, desencadeando, por parte do aluno, ações resolutivas, incluídas as de pesquisa e estudo de situações, a elaboração de projetos de intervenção, entre outros. Isto não se confunde com conferir preeminência às atividades práticas em detrimento da construção de conceitos. Mas os conceitos não existem independentemente da realidade objetiva. O trabalho do pensamento pela mediação dos conceitos possibilita a superação do senso comum pelo conhecimento científico, permitindo a apreensão dos fenômenos na sua forma pensada. (RAMOS, 2005, apud REGATTIERI, 2013, p. 69).

A questão metodológica é fator preponderante, sem fugir do valor que deve ser dado aos conceitos intrínsecos em cada componente curricular estudado pelos alunos. Num formato de escola em tempo integral, que tem a complexa missão de integrar o ensino médio à educação profissional, o como fazer é fator que não pode ser menos valorizado. Contribuindo com essa reflexão, Barato (2002), coloca:

A meu ver, é preciso repensar a didática quando se quer fazer educação profissional, considerando, entre outros, os seguintes pontos: A organização do ensino fundada na escola acadêmica é incapaz de gerar uma didática adequada à elaboração do saber técnico. (BARATO, 2002 apud REGATTIERI, 2013, p. 70).

Na oferta de ensino médio integrado à educação profissional, a didática é um ponto importante para reflexão, tendo em vista a necessidade do equilíbrio entre a teoria e a prática. O excesso de teoria pode tornar o curso desinteressante e distante da realidade dos estudantes, ao passo que o excesso de prática, sem o apoio dos conceitos teóricos, seria empobrecedor para o curso. Na busca da educação integral, como dito na proposta pedagógica, não basta, portanto, somente juntar as bases técnica e de formação geral. Nesse aspecto, a organização dos conteúdos e o cuidado com a metodologia utilizada são essenciais para o alcance de uma educação integral. Associado a esses dois fatores, o uso adequado do tempo é fundamental, para não se correr o risco de apenas ampliar o tempo de permanência na escola sem dar o devido significado a este. Pela fala dos estudantes inferimos que esse equilíbrio entre teoria e prática ainda representa uma fragilidade na proposta implementada na escola. Isso se revela nos apelos emitidos por estes, por mais prática e menos teoria.

2.2.5 Percepções dos sujeitos sobre os pontos principais da proposta

Com o intuito de proceder a uma análise acerca dos principais pontos constituintes da proposta pedagógica da EEEP, quais sejam - o projeto de vida, o protagonismo juvenil, o projeto professor diretor de turma, a integração curricular, a formação para a cidadania - indagamos aos estudantes e à gestora acerca de sua percepção sobre cada um desses pontos, os quais dispomos a seguir.

2.2.5.1 O projeto de vida¹²

A construção do projeto de vida é considerada uma ação importante, na visão da maioria dos estudantes pesquisados. 73% destes assim responderam, e afirmaram que já construíram o seu projeto. Outra parte dos estudantes (16,4%) também disse que não consideram essa ação importante, mas já construíram o seu projeto. Se considerarmos o percentual total de estudantes que construíram seu projeto de vida, independente de considerá-lo importante ou não (89,3%), pode ser um indicativo de que a EEEP Alfa empreende esforço relevante nessa ação.

De fato, a gestora considera o projeto de vida um diferencial na proposta pedagógica da EEEP, embora destaque aspectos que, em sua opinião, precisariam ser melhorados, como: a internalização da importância do projeto pelos estudantes; a necessidade de uma metodologia de acompanhamento do projeto de vida dos estudantes, por parte dos professores. Ela conclui destacando que, na sua visão “o maior problema é o número elevado de estudantes para cada professor diretor de turma acompanhar”.

Talvez a não adesão total dos estudantes resida na necessidade de uma melhora na metodologia de acompanhamento dessa ação junto aos estudantes, como fala a gestora, dentre outros fatores citados por esta.

2.2.5.2 Protagonismo Juvenil

Sobre o trabalho da EEEP Alfa com relação ao protagonismo juvenil, outra importante ação presente no projeto pedagógico, de um modo geral (69%) dos estudantes diz perceber na rotina da EEEP ações e projetos que possibilitam a estes o desenvolvimento desse protagonismo. Analisando os dois grupos de estudantes (1º e 3º anos), notamos que as respostas destes indicam que essa percepção é comum às turmas que estão entrando na EEEP

¹² A construção do projeto de vida é uma ação realizada nas EEEPs que consiste na elaboração, por parte dos alunos, de uma formatação dos projetos que estes pretendem realizar em suas vidas, em um curto, médio e longo prazos. Os alunos, sob a orientação de um professor diretor de turma, são levados a refletir sobre sua vida atual, como se veem num futuro próximo, e num futuro mais distante. Que metas desejam estabelecer para suas vidas e como pretendem alcançá-las. Os alunos são acompanhados por esse professor e são incentivados a desenvolverem estratégias adequadas visando o alcance das metas.

(1º ano) e as turmas que estão concluindo o curso (3º ano), indicando possivelmente que a escola dedica esforços nas ações voltadas para esse aspecto da proposta pedagógica, desde o início até o final do curso. Para melhor visualização, apresentamos esses dados na tabela a seguir.

TABELA 11 - Percepção dos estudantes sobre o trabalho da EEEP com o Protagonismo Juvenil

Percepção dos estudantes	1º ano	3º ano	Geral
Percebem ações da EEEP nessa direção.	68%	70%	69%
Não percebem ações da EEEP nessa direção.	32%	29%	31%

Fonte: autoria própria

A posição da gestora a respeito do trabalho com o protagonismo juvenil, a mesma destaca que a escola proporciona aos estudantes as condições para o desenvolvimento desse protagonismo de diversas formas, como a participação no Grêmio Escolar, na representação das turmas em reuniões intercalares¹³, e também na avaliação dos professores.

2.2.5.3 Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT)

Outro projeto implementado nas EEEPs é o Projeto Professor Diretor de Turma – PPDT, e sobre este, de acordo com os dados colhidos na pesquisa, identificamos que, na percepção de 52,5% dos estudantes, o PPDT os ajuda a superar suas dificuldades na escola. Outros 22% dos estudantes disseram não sentir os efeitos desse projeto em suas vidas. Olhando os grupos separadamente vimos que as visões dos estudantes do 3º ano acerca desse projeto não são consensuais, beirando à polarização: 39% dizem que o PPDT os ajuda a superar as dificuldades, enquanto 36% dizem não sentir os efeitos do projeto em suas vidas. Levando em conta que para cada turma há um

¹³ As reuniões intercalares por turma devem acontecer uma vez por ano, a partir da sexta semana de aulas. Elas duram, em média, duas horas e são presididas pelos respectivos diretores de turma. Cada professor presente na reunião receberá os instrumentais: 1. Mapa de Turma, 2. Fotografia da Turma, 2. Ficha de Caracterização da Turma e 3. Caracterização da Turma / Dados Estatísticos. Estes registros caracterizam-se como essenciais para a realização e o bom andamento das reuniões intercalares. Os participantes da Reunião Intercalar são os membros do conselho de turma, isto é: o diretor da turma, o coordenador dos diretores de turma da escola, todos os professores daquela turma, o representante de pais e o representante de alunos.

professor diretor de turma, supõe-se que a ação dos professores provavelmente segue padrões diferentes no trato com os alunos, o que gera percepções distintas. Na tabela a seguir elencamos as opiniões mais frequentes emitidas pelos estudantes.

TABELA 12 – Percepções dos estudantes acerca do PPDT

Percepção dos estudantes	1º ano	3º ano	Geral
O PPDT ajuda os estudantes a superarem as suas dificuldades.	62%	39%	52,5%
O PPDT aproxima os estudantes dos professores.	22%	14%	19%
Os efeitos do PPDT não são percebidos pelos estudantes	13%	36%	22%

Fonte: autoria própria

A hipótese é que, além da possibilidade do trato com os estudantes serem distintas, a depender do professor diretor de cada turma, “o número elevado de alunos para cada diretor de turma acompanhar”, de acordo com a fala da gestora, podem ser a razão da não aprovação total do projeto pelos estudantes. Notamos, por exemplo, que os estudantes das turmas de 1º ano tendem a demonstrar uma visão mais positiva em relação à ação do professor diretor de turma. Enquanto que os estudantes das turmas de 3º ano tendem a apresentar uma visão menos positiva.

2.2.5.4 Currículo Integrado

Acerca do currículo integrado, a proposta pedagógica da EEEP é praticar um currículo que integre as dimensões na busca da formação integral do aluno: no que diz respeito à sua formação geral, assim como à formação profissional. Indagados sobre sua percepção acerca da relação entre os conteúdos da formação geral e da formação profissional, 73% dos estudantes dizem perceber que os conteúdos se complementam em sala de aula. Outros 25% dizem não perceber nenhuma relação entre as partes que compõem o currículo.

Sobre esse aspecto, Marise Ramos (2005) nos chama a atenção para a necessidade de não confundirmos integração com sobreposição de disciplinas de formação geral e formação específica:

É importante reiterar que a sobreposição de disciplinas consideradas de formação geral e de formação específica ao longo de um curso não é o mesmo que integração, assim como não o é a adição de um ano de estudos profissionais a três anos de ensino médio (a chamada estrutura 3 + 1). A integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura. (RAMOS, 2005, p. 122)

Complementando esse pensamento, Frigotto (2005) aponta um desafio para a concretização da formação integrada:

[...] a mudança no interior da organização escolar, que envolve formação dos educadores, suas condições de trabalho, seu efetivo engajamento e mudanças na concepção curricular e prática pedagógica. Se os educadores não constroem, eles mesmos, a concepção e prática educativa e de visão política das relações sociais, qualquer proposta perde sua viabilidade. (FRIGOTTO, 2005, p. 78).

A promoção do ensino médio integrado à educação profissional não se reduz à mera sobreposição de currículos, mas requer a construção coletiva de práticas educativas diferenciadas, o envolvimento dos atores construtores de um projeto educativo voltado para essa direção. Enfim, necessário se faz a materialidade das condições favoráveis a esse propósito.

Sobre a percepção da gestora acerca desse ponto da proposta, a mesma afirma que esta ainda é um “projeto em fase embrionária”, mas completa que a integração está sendo construída com a união dos esforços de todos os atores escolares. Ressalta a gestora que no início houve muita resistência dos professores, mas agora estes “estão começando a entender a proposta de educação integrada e já estão aceitando”. Notamos que na colocação da gestora em momento anterior, esta diz que trabalha a formação continuada com os professores a fim de consolidar o entendimento da proposta, e que praticamente não há resistência por parte destes. Percebe-se que quando partimos para as particularidades da proposta, o que foi dito para o geral, não necessariamente se aplica às partes.

Em relação ao trabalho da EEEP Alfa em cumprir seu papel de formar o estudante em todos os aspectos: como pessoa, profissional, e no aspecto

acadêmico, 89% do total de estudantes dizem perceber a preocupação da escola não somente com a formação técnica/acadêmica, mas com a formação como cidadão, o que representa um resultado bastante expressivo. Da mesma forma, 5% dizem perceber um enfoque mais acadêmico, enquanto 7% percebem um enfoque mais técnico.

Os estudantes foram instigados ainda a apontar aspectos que eles consideram positivos dentro da proposta de ensino médio integrado à educação profissional, particularmente olhando para o cotidiano vivenciado por estes na EEEP Alfa. Da mesma forma, foi proposto que eles apontassem os aspectos considerados negativos e ainda, que olhando para o seu curso, indicassem aspectos que estes, se pudessem, modificariam.

Percebemos que a voz dos estudantes, de um modo geral, se apresenta de forma consensual. A seguir elencamos alguns aspectos por estes destacados, de acordo com a frequência em que estes foram mencionados.

Aspectos positivos:

A preparação para a vida/cidadania.

Formação de pessoas melhores.

Professores qualificados.

A gestão da escola.

Melhor noção do mundo e do trabalho.

A união do ensino médio com a educação profissional.

Preparação para o mercado de trabalho.

Facilidade para o ingresso na universidade.

Incentivo à leitura.

O tempo integral.

Os projetos.

A disciplina da escola.

“Aqui querem formar cidadãos e grandes profissionais.”

Aspectos negativos:

A grande quantidade de disciplinas/carga horária.

Disciplinas desnecessárias.

Muito intenso e puxado/sobrecarga.

Muita responsabilidade/cobrança.

Não poder trocar de curso.

A comida.

A falta de tempo para descansar.

“O aluno se preocupa mais com o técnico, esquecendo outras matérias.”

A estrutura da escola.

“A escola prepara para o técnico, mas não prepara para a universidade.”

Preocupação excessiva com a formação profissional.

Atitudes rígidas.

“Constante cobrança do regular e do técnico, como se cada carga horária fosse independente e não integrada.”

“Muitos trabalhos das duas bases ao mesmo tempo.”

“Desorganização no objetivo de uma escola profissional. O foco, na teoria, era no mercado de trabalho, mas há desavença no eixo regular com o técnico.”

“A EEEP não prepara para vestibular. Não foca na universidade.”

Distanciamento professor x aluno.

“Às vezes perdemos a noção do que acontece fora da escola.”

“O Projeto Professor Diretor de Turma não funciona.”

Faltam atividades esportivas.

O que mudaria no curso:

“Ao invés de tantas aulas na Parte Diversificada, poderia haver aulas de Arte e Cultura.”

Mais aulas práticas que teóricas/Aulas de campo.

“Começaria logo a parte técnica.”

“Acrescentaria mais uma língua estrangeira.”

“Reduziria a quantidade de conteúdos e prepararia o aluno por parte do que quer estagiar.”

“A dinâmica das aulas – exploraria um pouco mais no 1º ano e deixaria 2º e 3º anos um pouco mais livres.”

Notamos nas falas dos estudantes a citação de alguns aspectos já mencionados antes como: a grande quantidade de disciplinas no currículo e o fato de não poder trocar de curso, como aspectos negativos. Um ponto

interessante é que, embora anteriormente os estudantes, em grande parte, tenham afirmado perceber a relação entre a formação geral e a parte profissional, é perceptível ainda em suas falas espontâneas, a dualidade existente no currículo. Isso pode ser percebido em falas como: “O aluno se preocupa mais com o técnico, esquecendo outras matérias”, “cobranças constante do regular e do técnico como se cada carga horária fosse independente e não integrada”, “muitos trabalhos das duas bases ao mesmo tempo.”

É também perceptível na voz dos estudantes o desejo de espaço para outras atividades que fujam um pouco à rigidez característica das disciplinas presentes no currículo. Expressa a necessidade de um tempo para descanso, maior conexão com o que acontece fora da escola, atividades de arte, cultura e esporte.

Brenner (2008) nos diz que

Uma dimensão inovadora constatada em várias pesquisas sobre as práticas no Brasil e em outros países se refere à importância da esfera cultural e do lazer como espaço produtor de sociabilidade. Nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação de sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social (BRENNER, 2008, p. 177).

A forma de organização curricular do ensino médio integrado à educação profissional, materializada na EEEP através da implementação da proposta pedagógica, aqui exposta pela voz dos estudantes, sugerem a formação de um sujeito mais centrado no cognitivo. Isso pode ser percebido igualmente quando se verifica o grande quantitativo de horas destinadas às disciplinas, no seu aspecto teórico, em detrimento de horas destinadas à arte e esporte, por exemplo, como bem reclamam os discentes. Essa necessidade assinalada por estes vai ao encontro do que diz Brenner (2008), sobre a importância da esfera cultural na construção da identidade, e individualidade, dos jovens. Sem dúvida, esse é um aspecto que precisa ser levado em conta nas práticas pedagógicas cotidianas da escola.

Arroyo (2007, p. 23), refletindo sobre o quanto a visão que se tem sobre os educandos influencia na organização dos currículos, sugere uma questão interessante, que vale a pena aprofundar, como um exercício de (re) pensar os currículos, e a meu ver, igualmente as práticas pedagógicas no cotidiano escolar: “Com que imagens aparecem os (as) educandos (as) nas propostas curriculares e nas tentativas de reorientação?” Vale pensar o quanto a escola enxerga o estudante, a ponto de valorizar tão mais fortemente os aspectos cognitivos.

Reforçando o que já foi dito antes, os estudantes anseiam por “tempo para descanso” e atividades esportivas. Foram recorrentes também as colocações sobre a necessidade de aulas práticas/aulas de campo, o que sugere uma realidade vivida onde a prática escolar está mais voltada para o aspecto teórico. Outro fator interessante foi a sugestão “não precisaria haver tarefa de casa”. Para o estudante, a tarefa de casa representa uma sobrecarga, já que este tem diariamente nove tempos de aula.

Enfim, a percepção dos estudantes, sem dúvida, sugere a necessidade de uma reflexão em muitos aspectos, para além do que se propõe esse trabalho de pesquisa.

Na busca de identificar simetria, ou não, entre a percepção da gestora e a percepção dos estudantes, pedimos que ela destacasse aspectos positivos e negativos na proposta pedagógica da EEEP, pensando em sua implantação no chão da escola. Na mesma direção indagamos sobre o que a gestora mudaria na proposta, caso houvesse essa possibilidade. Novamente veio à tona o fato da carga horária ser “muito pesada”, restando “pouco tempo para esporte, artes, e até mesmo o lazer e o descanso dos alunos fica comprometido.” Se pudesse modificar alguma coisa, a gestora assinala que mudaria a distribuição da carga horária e diminuiria o número de disciplinas.

Nota-se que a gestora tem uma percepção que está em sintonia com a percepção dos estudantes, pois nesse aspecto, estes emitiram a mesma opinião.

2.2.5.5 Formação para a cidadania

A formação cidadã é outro ponto importante na proposta pedagógica das EEEPs, por isso indagamos da gestora como se dá essa formação na EEEP Alfa. A percepção da mesma é que os alunos não valorizam muito a formação cidadã, inclusive solicitam que o horário destinado a essa formação seja substituída por mais aulas de língua estrangeira. A gestora salienta que algumas ações de fortalecimento para esse aspecto da formação dos estudantes são adotadas, tais como palestras de convidados externos à EEEP, projetos ligados à cultura de paz e à preservação do meio ambiente, assim como o “projeto Fonte de Luz que trata de valores como amor, respeito, cooperação, não racismo, não discriminação de qualquer natureza.”

A fala da gestora revela a necessidade de um maior investimento para este aspecto da proposta pedagógica, no sentido de alcançar o conjunto de estudantes, levando-os a compreender a importância da formação para a cidadania em suas vidas.

2.2.6 Itinerários Formativos

Sobre os itinerários formativos, nas EEEPs os estudantes ao matricular-se em quaisquer dos cursos, não podem, caso queiram, mudar de curso ao longo do percurso, já que cada um guarda em si suas especificidades. Indagados sobre suas percepções acerca disso, 63% dos estudantes disseram que isso é indiferente para eles, já que estão no curso em que gostariam de estar. Porém, 15% dos estudantes disseram que essa condição é ruim, pois ao longo do percurso já sentiram vontade de mudar de curso e não puderam fazê-lo. Outros 18% disseram que, embora não tenham pensado em mudar de curso, concordam que o itinerário formativo fechado é ruim.

Quando os estudantes expressam livremente seu pensamento sobre essa questão, pode-se inferir que estes estão convencidos, ou conformados, de que essa é a melhor forma de organização dos cursos. Sobre isso, alguns estudantes se expressaram da seguinte forma:

“Acho que quem fez a escolha tem que ir até o fim, e se quiser mudar volta para o 1º ano, ou sai da escola”(estudante do 3º ano).

Percebe-se certa rigidez na colocação desse estudante, revelando uma postura de concordância quanto à impossibilidade de trocar de curso.

O comentário de outro estudante ratifica essa mesma postura de rigidez como sendo necessária para a manutenção da ordem:

“Ótimo, se houvesse possibilidade de mudança não haveria uma formação profissional verdadeira” (estudante do 3º ano).

Seriam essas expressões dos sujeitos a evidência de suas limitações quanto a vislumbrar outras possibilidades de organização de percursos formativos, ou estão mesmo convencidos de que este é o melhor formato? Sem dúvida trata-se de um ponto importante para reflexão.

Os estudantes também foram indagados se mudariam de curso, caso tivessem essa oportunidade, e 25% destes disseram que sim, enquanto 75% disseram que não. Perguntamos ainda para que curso mudariam, caso tivessem essa condição, e obtivemos as seguintes respostas, expressas no quadro a seguir.

QUADRO 01 – Opções de cursos dos estudantes, caso pudessem fazer uma troca.

Curso de origem	Mudariam para
Enfermagem	Redes de Computadores, Eventos, Gestão Financeira, Design de Modas, Massoterapia, Nutrição e Dietética.
Eventos	Redes de Computadores, Enfermagem, Contabilidade, Estética, Edificações, Enfermagem, Comunicação Social, Transações Imobiliárias.
Redes de Computadores	Eventos, Enfermagem, Edificações, Mecatrônica,

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que os estudantes apontam muitos cursos que nem sequer são ofertados pela EEEP Alfa. Por outro lado, em muitos casos os cursos mencionados pelos estudantes como desejo de troca, são ofertados pela EEEP.

Indagamos à gestora sobre sua percepção acerca do percurso formativo fechado adotado nessa proposta de educação profissional praticada no Estado, através das EEEPs. Se esse modelo representaria um problema para os estudantes (o fato de não poderem mudar de curso, por exemplo), ou se isso seria indiferente. O depoimento que ela nos deu eu reproduzo aqui na íntegra: “Isso representa um problema sim, mas pode ser resolvido se houver uma pré-formação no início do ano, um esclarecimento e algumas vivências sobre o curso, com um tempo para ajustes (mudança de curso). Talvez essa medida não solucionasse totalmente o problema, mas minimizaria bastante. Na EEEP Alfa eu faço um seminário para os candidatos antes que eles escolham os cursos. Mas como é um seminário rápido, são três palestras em uma manhã, não ajuda muito. Mas já conseguimos minimizar um pouco o problema.”

Indagamos sobre a sua percepção acerca das escolhas dos estudantes, se estes fazem uma escolha consciente do curso ou se adequam-se a este para garantir a vaga na EEEP, ela nos diz que, na sua visão, “nem todos escolhem o curso de forma consciente, mas alguns que escolhem só por conveniência acabam se identificando com o curso.” Esse depoimento da gestora é compatível com o que os estudantes disseram inicialmente, embora 25% destes tenham afirmado posteriormente que, se tivessem a oportunidade mudariam de curso.

2.3 Principais questões percebidas nas falas dos atores pesquisados

Baseado nas informações coletadas, podemos concluir que a motivação inicial dos estudantes ao ingressarem na EEEP relaciona-se à possibilidade de fazer um curso técnico ao mesmo tempo em que cursa o ensino médio. Esse sentimento é compartilhado tanto pelos estudantes oriundos de escolas da rede pública como da rede particular de ensino. Outros motivos assinalados pelos estudantes dizem respeito à possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. A propaganda da EEEP, sem dúvida, constitui-se um forte atrativo para os estudantes, como muitos deles assinalaram. De fato, estudar numa escola que goza de um bom conceito junto à comunidade, por si só, já seria um motivo. Souza (2012) diz que,

[...] a depender de suas aspirações e das expectativas que constroem com relação à escolarização (e é importante dizer que estas não são naturais e tampouco estão vinculadas a aptidões), muitos jovens tentam se vincular a instituições de ensino que desfrutam de uma boa reputação, porque são “legais”, “exigentes”, “organizadas”, “com projetos” etc. (Souza, 2012, p.11).

Foi possível perceber também que essa motivação inicial, aparentemente despretensiosa, adquire outros contornos com o passar do tempo, fazendo com que os estudantes alterem seus objetivos iniciais. O desejo de ingressar no mercado de trabalho após o término do curso amplia-se, especialmente para os estudantes do 3º ano, cuja expressão nesse sentido é manifestada por 71% dos pesquisados. Talvez por estes já terem feito quase todo o percurso formativo e estarem bem mais próximos de deixar a escola. Olhando para outra vertente – o ingresso na universidade – esse parece ser o desejo mais latente entre os estudantes do 1º ano, que estão começando sua trajetória na EEEP agora.

A visão da gestão da EEEP sobre o enfoque a ser dado na proposta pedagógica aponta para a formação profissional, reconhecendo que para se formar um bom técnico é imprescindível uma boa formação geral, especialmente nas áreas básicas como leitura, escrita, matemática, raciocínio lógico. Embora foque na questão profissional, reforça que há também um incentivo para que os estudantes busquem a continuidade dos estudos através do ingresso em um curso de nível superior. Essa visão da gestão está coerente com a percepção dos estudantes. Cerca de metade destes dizem perceber o trabalho da escola incentivando as duas vertentes, embora um quantitativo considerável afirme perceber um investimento maior da escola no enfoque profissional. Em função disso muitos estudantes registraram o desejo de que a escola estimulasse, num sentido mais prático, na preparação para o ingresso na universidade.

Os estudantes que estão concluindo o curso agora disseram estar parcialmente satisfeitos com a proposta de oferta de ensino médio integrado à educação profissional vivenciado na EEEP. Entre aqueles que estão iniciando o curso agora registra-se um quantitativo maior de estudantes que dizem estar

satisfeitos com a proposta, na medida em que esta atende totalmente as suas expectativas. Notamos visões um pouco diferente entre os que estão iniciando o curso e os que estão na fase de conclusão.

De acordo com os dados, a maioria dos estudantes diz se identificar com o curso. Essa percepção é compartilhada com a gestora da escola, quando afirma que mesmo quando os estudantes estão no curso que não foi sua primeira opção, estes acabam se adaptando ao curso, descobrindo uma identificação com este.

Outro ponto convergente entre a fala dos estudantes e da gestora foi no tocante ao trabalho da escola em apresentar aos alunos, logo no início, os cursos ofertados e a proposta de trabalho da escola – 78% dos estudantes afirmaram que a escola desenvolveu essa ação.

Curioso foi o fato de que apesar de 64% dos estudantes afirmarem ter identificação com o curso, 61% destes já pensaram em desistir do mesmo. Na verdade, pelos motivos apresentados pelos estudantes para essa hipótese, estes estão mais relacionados às questões gerais da proposta do que aos cursos propriamente ditos. Essa hipótese foi mais fortemente cogitada entre os estudantes que hoje estão concluindo o curso – 80% destes. Dentre as possíveis razões citadas, duas se mostraram presentes de forma mais contundente: a dificuldade de adaptação ao tempo integral e a grande quantidade de disciplinas presentes no currículo.

Considerando a percepção dos estudantes acerca dos pontos mais característicos da proposta pedagógica trabalhada na EEEP, é possível notar que estes consideram importante a construção do projeto de vida, embora nem todos tenham construído o seu projeto. A gestora considera o projeto de vida um diferencial na proposta pedagógica das EEEPs, mas admite que existam aspectos que precisam ser melhorados, como a metodologia de acompanhamento por parte do professor diretor de turma, assim como a internalização da importância do projeto por parte dos estudantes. Admite a gestora que o número elevado de estudantes a serem acompanhados por cada professor representa uma dificuldade a ser enfrentada.

Quanto ao incentivo ao protagonismo juvenil, 69% dos estudantes disseram perceber ações da escola nesse sentido. Já em relação ao Projeto

Professor Diretor de Turma, especialmente entre os estudantes do 3º ano, percebe-se divergência de opiniões: 39% destes aprovam os efeitos do projeto, refletidos na ação do professor diretor de turma, enquanto 36% emitem opinião contrária, afirmando não sentir os efeitos do projeto em sua vida. Como cada turma tem um professor diretor de turma, infere-se que a aprovação ou desaprovação do projeto mantém estreita relação com a atitude do professor que assume esse papel, em cada uma das turmas. Essa inferência pode suscitar algumas reflexões: seria a ação do professor diretor de turma prejudicada pela grande quantidade de alunos a atender, e assim sendo, haveria dificuldade de se ofertar um atendimento personalizado, como requer o projeto? Ou será que, por outro lado, o professor não se identifica com esse papel, mas precisa assumi-lo assim mesmo?

Quanto à integração do currículo, 73% dos estudantes dizem perceber alguma relação entre as partes do currículo, e 89% destes afirmam notar a preocupação da escola em formá-los integralmente. Neste aspecto, notamos que a opinião da gestora difere um pouco no que diz respeito à integração curricular, pois esta afirma que este é ainda um “projeto embrionário”. Afirma a gestora também que os alunos não valorizam muito a formação cidadã.

Outro ponto importante da pesquisa diz respeito às pretensões dos estudantes ao concluírem o curso, que parecem ganhar corpo na medida em que estes progridem em seu percurso formativo. Nota-se que seus objetivos são ampliados. Dentre estes, o ingresso no mercado de trabalho e na universidade, simultaneamente, é que é mais lembrado pelos estudantes. Encaramos esse objetivo dos estudantes como positivo, pois mostra que estes estão pensando não somente em seu futuro imediato, como a garantia de sua subsistência através de um emprego, mas um olhar mais adiante, com uma formação de nível superior.

Finalmente, consideramos importante destacar, como forma de reflexão sobre o que está sendo ofertado aos estudantes, e, sobretudo como se dá essa oferta, os aspectos positivos e negativos apontados por estes em relação à proposta pedagógica, assim como suas sugestões para o aprimoramento desta. Destaco como ponto positivo apontado pelos estudantes a preparação para a vida. Como aspecto negativo, a carga horária excessiva, materializado

na grande quantidade de disciplinas ofertadas, fato também apontado pela gestora da EEEP. Dessa carga horária excessiva, de acordo com os estudantes, falta tempo para descansar. Como aprimoramento da proposta, os estudantes sugerem, assim como a gestora, uma melhor distribuição da carga horária, de modo a haver espaço para o investimento em arte, cultura e esporte.

Notamos que essa ênfase no aspecto cognitivo, em detrimento de tempo e espaço para um olhar para o próprio corpo, através da arte e do esporte, faz muita falta aos estudantes, especialmente por estes estarem em fase de desenvolvimento e naturalmente precisarem de atenção nesse aspecto. É um ponto para se refletir, muito cuidadosamente, equipes escolares, juntamente com a equipe da Secretaria, através da COEDP.

A combinação das percepções desses dois segmentos escolares: gestora e estudantes revelaram fatores que merecem uma reflexão mais profunda por parte da Secretaria, através da COEDP, no intuito de pensar estratégias para corrigir os pontos críticos da proposta. Estamos cientes que a visão sobre uma única EEEP não significa dizer que seja seguramente extensiva às demais, pois sabemos que, embora a proposta seja a mesma para todas as EEEPs, os contextos em que estas se situam particularizam cada uma delas. No entanto, acreditamos que as percepções colhidas nessa pesquisa podem trazer importantes elementos à COEDP para suscitar uma reflexão sobre fatores que influenciam a implementação da proposta pedagógica das EEEPs. Entendemos que a qualidade social dessa proposta se revela na medida e no grau em que as expectativas dos atores são atendidas.

3. O PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS PARA O APRIMORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA EEEP

Nesse capítulo destacaremos as principais descobertas sobre o processo de implementação da proposta pedagógica na EEEP pesquisada, obtidas através das percepções dos atores entrevistados, nos detendo mais especificamente nos pontos que apresentam problemas, sob a ótica dos estudantes e da gestora. Ponderaremos acerca de fatores internos e externos que podem influenciar a implementação da proposta, contribuindo para o seu sucesso, ou não.

Em seguida apresentaremos as propostas de intervenção direcionando-as para as duas dimensões possíveis: a Secretaria da Educação e a própria EEEP. Detalharemos, para cada problema detectado, as ações que precisam ser implementadas, tanto pela Secretaria quanto pela escola, visando solucioná-lo. Para cada ação proposta indicaremos a viabilidade de sua aplicação. Ao final da apresentação das ações que compõem o Plano de Ação Educacional esboçaremos um quadro resumo do mesmo, no intuito de proporcionar um melhor entendimento para o leitor. E como monitoramento dessa política de ensino médio integrado à educação profissional, em pauta nas EEEPs, propomos a escuta sistemática dos estudantes, seja pela própria escola, seja pela Secretaria de Educação, tendo aquela como canal que viabilize essa ação. Entendemos que a percepção dos estudantes é de grande relevância para entendermos como acontece a implementação dessa política, e ao mesmo tempo detectarmos as possíveis falhas e assim corrigi-las de acordo com as reais necessidades das escolas.

Fechando o capítulo, e esse trabalho, traçamos as considerações finais que, apesar de serem “finais”, não encerram em si um desfecho imutável ou definitivo. Compreendemos que no fazer cotidiano na escola nada é definitivo, pois vivemos numa sociedade onde as mudanças são constantes, retratando a própria vida, que reflete um ciclo sempre em movimento, por isso necessita de um olhar novo a cada dia. No entanto, algumas ações precisam ser organizadas para que se possa enfrentar os desafios do cotidiano encontrados

na implementação da proposta pedagógica, de forma mais tranquila, beneficiando aquele para quem a escola se destina – o estudante.

3.1 Principais descobertas no processo de implementação da proposta pedagógica na EEEP

A partir do caso antes exposto, da coleta de dados e sua consequente análise, foi possível evidenciar aspectos positivos na implementação da proposta pedagógica, assim como alguns problemas enfrentados na EEEP. Para entendermos os problemas detectados, e assim viabilizar proposições adequadas à realidade vivida, precisamos olhar para as duas dimensões em que estes estão inseridos: o contexto intraescolar e o contexto extraescolar. Há problemas que fogem ao poder da gestão resolvê-los por si só, pois estes precisariam de uma intervenção por parte da Seduc. Por outro lado, há situações cujas intervenções podem se efetivar no âmbito da própria escola.

É necessário um olhar atento para percebermos o que os próprios sujeitos pesquisados podem nos oferecer como pistas para a resolução dos problemas detectados. É com base nisso que construímos este Plano de Ação Educacional, no intuito de contribuir para a melhora das práticas pedagógicas implementadas na EEEP, atendendo assim às necessidades de seu público – os estudantes.

Olhando para o que nos foi dado como resposta aos questionamentos que fizemos aos atores escolares, vimos que a proposta pedagógica da EEEP, que pretende formar os estudantes não somente para o mercado de trabalho, mas também para a continuidade dos estudos, tem logrado êxito na medida em que cada vez mais estes almejam inserir-se no mercado de trabalho e no ensino superior, após o término do curso. Esse é um aspecto positivo no trabalho desenvolvido pela escola, em sintonia com a proposta emanada da Seduc.

O reconhecimento da gestora de que, para se formar um bom técnico, em qualquer área, é imprescindível fortalecer o conhecimento em leitura, matemática, raciocínio lógico, enfim as diversas áreas do saber, é um aspecto positivo e pelo que pode ser percebido reflete no seu fazer cotidiano. Nesse sentido, o ensino médio integrado à educação profissional contribui para a

elevação do desempenho acadêmico dos estudantes, alargando as chances de acesso ao ensino superior. Isso estimula os estudantes a não se contentarem apenas com a possibilidade de inserção no campo de trabalho de forma mais imediata, mas a buscarem ir além no que diz respeito à sua formação.

A preocupação da EEEP em formar os estudantes na sua inteireza: como pessoa e nos aspectos acadêmico e profissional, enfim como cidadão, ainda que nem sempre o consiga, é percebido pelos estudantes e destacada por estes em suas falas livres, quando repetidas menções são feitas quanto ao “preparar para a vida/cidadania”. Este aspecto marca a consonância da EEEP com a proposta pedagógica em pauta nessa rede de escolas.

Embora muitos aspectos possam ser percebidos em relação à implementação da proposta pedagógica, merecem destaque também alguns pontos que necessitam de um olhar mais específico, visando aprimorar os trabalhos na EEEP, os quais destacamos aqui. A percepção dos estudantes acerca da implementação da proposta pedagógica na EEEP, nos mostrou a relevância de darmos voz àqueles para quem essa política educacional se destina. Assim propomos a escuta permanente destes atores como instrumento de monitoramento da implementação dessa política de ensino médio integrado à educação profissional, em pauta nas EEEPs. Entendemos que o olhar de quem vivencia a política cotidianamente, como beneficiário desta, pode nos apresentar detalhes que talvez de outra forma não perceberíamos. Estes atores nos apontam as possíveis falhas, ao mesmo tempo em que nos sugerem caminhos a percorrer na busca de solucioná-las, aprimorando assim a política.

Apesar de todos os esforços da gestão da EEEP no sentido de melhor atender aos estudantes, percebemos pelos dados coletados que a proposta pedagógica atende parcialmente os estudantes pesquisados (51%), o que aponta para a necessidade de entender as possíveis falhas ou carências que contribuem para esse modo de pensar dos estudantes. Na medida em que sabemos os pontos fracos na implementação da proposta, mais chances temos de promover ações que tornem a EEEP e sua proposta pedagógica mais atrativa para os jovens, dialogando, portanto, com as necessidades destes.

O percentual de estudantes que afirmam não ter tido conhecimento algum sobre o curso antes de iniciá-lo (31%), ou apenas uma vaga impressão sobre o mesmo (37%), revela um ponto fraco da EEEP, embora a gestora tenha empreendido esforços para promover a divulgação dos cursos para os candidatos a uma vaga na EEEP. Este é um aspecto que merece atenção para evitar a possibilidade de desistência dos estudantes pela não identificação com o curso, já que não é permitido mudanças ao longo do percurso.

Outro importante aspecto é o percentual de estudantes que já cogitaram a possibilidade de desistir do curso - quase metade dos estudantes que ainda estão no 1º ano. Levando em conta que estes terão mais dois anos na EEEP, até concluir o curso, é preciso um esforço da escola em fortalecer os motivos para que os estudantes concluam o curso, com êxito. A desistência de estudantes ao longo do percurso representa prejuízo não somente para eles próprios, mas também para o Estado que investe financeiramente nestes e para a escola que fica com vaga ociosa sem poder preenchê-la, já que não há possibilidade de ingresso após o início do curso. Além da dificuldade de adaptação à escola de tempo integral, boa parte dos estudantes (cerca de 19%) apontaram a extensiva quantidade de disciplinas elencadas nos cursos como motivo para uma possível desistência. A percepção de que o número de disciplinas nos cursos é extenso, reflete igualmente a opinião da diretora. Isso requer uma reflexão por parte da Secretaria de Educação, através de sua Coordenadoria de Educação Profissional. A questão está no âmbito de atuação da Secretaria, uma vez que as escolas não possuem autonomia para alterar os currículos dos cursos que ofertam.

O grande número de disciplinas presentes nos cursos é um ponto que apareceu com frequência entre os aspectos negativos apontados pelos estudantes. Entendemos que a escola de tempo integral, em especial a que oferta ensino médio integrado à educação profissional – como a que estudamos nessa pesquisa – requer mais esforço dos estudantes em virtude de praticar um currículo mais extenso. Porém, convém refletir até que ponto uma extensa carga horária, materializada no grande quantitativo de disciplinas, contribui para desestimular os estudantes, na medida em que os sobrecarrega.

Outro ponto que merece atenção é a construção e acompanhamento do projeto de vida dos estudantes. A própria gestora reconhece que faltam mecanismos de acompanhamento que garantam o envolvimento dos estudantes nesse trabalho. É preciso, portanto, organizar melhor o trabalho dos professores diretores de turma, que são as pessoas que acompanham mais de perto a construção do projeto de vida dos estudantes.

As ações voltadas para o protagonismo juvenil, outro item importante da proposta pedagógica da EEEP, ainda passa despercebida por cerca de 1/3 dos estudantes. Isso revela um ponto fraco da EEEP e sinaliza para a necessidade de um maior empenho nesta direção. Embora a gestora afirme proporcionar condições para que a atitude protagonista dos estudantes apareça, elas ainda não são suficientes para alcançar a todos na escola.

O projeto professor diretor de turma é outro aspecto importante da proposta pedagógica da EEEP que apresenta problemas, necessitando ser aprimorado. Relativo percentual de estudantes entrevistados diz não perceber os efeitos do projeto, especialmente aqueles das turmas de 3º ano, que já vivenciaram praticamente todas as etapas do curso. A gestora aponta como problema enfrentado, o grande número de estudantes a ser atendido por cada professor diretor de turma, o que impossibilita um acompanhamento detalhado de cada estudante. Inferimos que, além disso, cabe refletir sobre a identificação dos professores com esse papel que lhes é atribuído. Essa pesquisa não nos dá elementos suficientes para adentrarmos na questão da identificação do professor com esse papel, visto não ser esse o nosso foco. Contudo, trata-se de uma questão que mereceria aprofundamento posteriormente, em outro trabalho.

Outro aspecto da proposta que merece atenção é a integração curricular. A gestora reconhece que essa integração ainda está em fase embrionária, e que já enfrentou resistência por parte dos professores logo no início. Reconhecemos que se trata de uma ação complexa, que necessita do envolvimento e compromisso de todos para que funcione, daí a importância de se aprimorar os esforços nessa direção.

O percurso formativo fechado ainda representa uma limitação para a mobilidade dos estudantes, quando impossibilita os mesmos alterarem seu

itinerário, caso desejem. Isso representa um problema, na visão da gestora e dos próprios estudantes, já que pelo menos $\frac{1}{4}$ destes expressaram o desejo de mudar de curso. Esse é um ponto sobre o qual a Secretaria de Educação precisa se debruçar a fim de encontrar soluções viáveis para essa questão.

Finalmente, outras queixas dos estudantes dizem respeito à carência de incentivo às atividades esportivas, à arte e cultura, de mais aulas práticas, e de uma maior conexão entre a escola e a realidade externa. A escassez de tempo para o trabalho com essas questões representa um problema, na medida em que desestimula os estudantes e compromete a sua formação mais ampla. A percepção da gestora vai ao encontro do que pensam os estudantes no que diz respeito às lacunas existentes em relação a esses aspectos, assim como o comprometimento do tempo para lazer e descanso.

Na próxima seção nos deteremos na discussão dos problemas aqui citados e as possíveis soluções para estes, cientes das limitações da escola, e da própria pesquisadora em apontar caminhos para todos estes.

3.2 Um novo olhar para a implementação da proposta pedagógica: intervenções necessárias

Após analisar os resultados da pesquisa, verificamos que há um esforço por parte da gestão da EEEP em seguir as determinações oriundas da Seduc para a implementação da proposta pedagógica. No entanto, faz-se necessário equacionar algumas dificuldades encontradas nesse processo de implementação, quer seja de domínio da Seduc, ou da própria EEEP. O direcionamento para as ações necessárias ao enfrentamento dos problemas detectados é o que pretendemos com o presente Plano de Ação Educacional – PAE.

Embora esse Plano de Ação Educacional se fundamente em uma realidade específica, referente à análise de uma EEEP, as propostas aqui sugeridas poderão ser adotadas por outras escolas. As ações que serão apresentadas não demandam grandes investimentos financeiros, mas uma nova forma de gerir e tratar a implementação da proposta pedagógica.

Esse PAE tem como foco uma proposta para a Secretaria de Educação e outra para a EEEP objeto desse estudo.

3.2.1 Proposta para a Secretaria de Educação/Coordenadoria de Educação Profissional

Algumas questões levantadas em relação às dificuldades encontradas pela EEEP na implementação da proposta estão diretamente relacionadas ao papel da Seduc, através de sua coordenadoria de educação profissional.

Como primeira ação propomos o estudo dessa pesquisa pela equipe da Célula de Currículo e Desenvolvimento do Ensino Técnico – CEDET, visto ser essa a equipe que lida mais diretamente com as questões referentes à proposta pedagógica da EEEP. Esse estudo visa compreender a realidade da EEEP pesquisada, a partir do olhar dos estudantes, na busca de pensar outras ações, além das aqui propostas, que possam ser extensivas às demais EEEPs, nos aspectos aqui abordados. Essa ação deverá ser implementada no mês de fevereiro/2015, na própria Seduc, contando com a participação de toda a equipe da CEDET. Finalmente, espera-se com essa ação sensibilizar a equipe para a necessidade de um olhar mais atento para as necessidades das EEEPs, a partir do estudo da realidade de uma escola. Indo mais além, espera-se poder preparar a equipe para estender a pesquisa para as outras EEEPs. A seguir apresentamos um quadro síntese dessa ação.

QUADRO 02 - Síntese da ação 1 – Seduc

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custos
Estudo dessa pesquisa pelos técnicos da CEDET.	Compreender a realidade vivenciada pela EEEP pesquisada, desenvolvendo um olhar mais atento para com as demais EEEPs.	CEDET/ SEDUC.	No mês de fevereiro de 2015.	Um técnico da equipe.	Sem custos.

Fonte: Elaboração própria.

Uma segunda ação que propomos é a extensão dessa pesquisa às demais EEEPs, focando especificamente nos aspectos aqui identificados como

problemáticos na implementação da proposta pedagógica. Essa ação possibilitaria validar, ou não, com maior segurança, o que os estudantes apontaram como pontos problemáticos. Para a realização dessa ação seria necessário reestruturar o questionário a ser utilizado na pesquisa, o que poderia ser feito pela própria pesquisadora desse trabalho, e acionar um técnico da equipe de informática para disponibilizar o questionário por meio eletrônico, onde estudantes e gestores teriam acesso em suas próprias escolas. Após a aplicação, a estatística, que também pertence à equipe da CEDET, tabularia os dados e a equipe como um todo faria as análises. Essa pesquisa nos indicaria não somente os problemas enfrentados pelas EEEPs na implementação da proposta, mas também colheria as sugestões para a solução dos problemas apontados. Essa ação deverá se implementada a partir do mês de março/2015 estendendo-se até o mês de maio do mesmo ano, nas EEEPs, por meio eletrônico. Para tanto contará com os esforços da própria equipe da CEDET, um técnico de Informática, uma estatística, e o público pesquisado nas EEEPs (estudantes e gestores). Partirá, portanto, da Seduc para as EEEPs. Como resultado espera-se conhecer a realidade quanto à implementação da proposta pedagógica, vivenciada pelas EEEPs, visando direcionar ações gerais que atendam a todas elas, e ações específicas, conforme as realidades apresentadas. Essa ação desencadeia um processo de monitoramento da política de ensino médio integrado à educação profissional, em pauta nas EEEPs, tendo como canal a percepção do estudante, principal ator beneficiário dessa política. Apresentamos a seguir o quadro síntese dessa ação.

QUADRO 03 - Síntese da ação 2 – Seduc

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custos
Extensão da pesquisa às demais EEEPs.	Conhecer a realidade vivenciada pelas EEEPs na implementação da proposta pedagógica.	SEDUC/EEEPs	Março a Maio de 2015.	Técnicos da CEDET.	Sem custos.

Fonte: Elaboração própria.

A terceira ação que propomos é a realização de uma ampla discussão, extensiva às EEEPs, a partir dos resultados da ação dois. Essa discussão poderia ser feita por ocasião dos encontros com os gestores, que a Seduc realiza a cada dois meses. Após as discussões seriam retiradas as propostas, exequíveis, para as questões levantadas, especialmente em relação ao quantitativo de disciplinas por curso e a possibilidade de mudança de curso ao longo do percurso. O encontro com os gestores não representaria custo adicional, apenas inclusão na pauta de discussão. Essa ação deverá ser implementada a partir do envio dos resultados preliminares aos gestores, por meio eletrônico, para que estes possam realizar uma leitura prévia do material e posteriormente – mês de junho/2015 – ser discutida no encontro de gestores. O tema deverá tomar dois dias da pauta, envolvendo a equipe da COEDP e os gestores das EEEPs, em local a ser determinado pela Seduc. O que se espera ao final dessa reflexão conjunta – Seduc e EEEPs - é que sejam colhidas propostas exequíveis que atendam às dificuldades enfrentadas pelas EEEPs na implementação de sua proposta pedagógica. Apresentamos a seguir o quadro síntese dessa proposta.

QUADRO 04 - Síntese da ação 3 – Seduc

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custos
Promover a discussão entre Seduc e EEEPs acerca dos resultados obtidos na ação 2.	Gerar uma reflexão sobre a pesquisa realizada pela ação 2 e colher as propostas exequíveis para os problemas apresentados pelas EEEPs.	A ser definido pela SEDUC.	Junho de 2015.	Técnicos da CEDET.	Sem custos adicionais, além do já previsto para os encontros com gestores das EEEPs.

Fonte: Elaboração própria.

Basicamente a proposta para a Secretaria implicaria nas seguintes ações:

1ª.Ação: estudo desse trabalho de pesquisa pela equipe da CEDET/COEDP;

2ª. Ação: extensão dessa pesquisa às demais EEEPs, com foco nos problemas detectados;

3ª. Ação: a partir dos resultados da ação 2, promover ampla discussão com as EEEPs, visando os encaminhamentos necessários.

Acreditamos que essas ações poderão conduzir à solução dos problemas no âmbito da Seduc, na medida em que se inicia um ciclo de reflexão envolvendo todos os atores – os que pensam a proposta pedagógica e aqueles que a implementam no chão da escola. A discussão dos problemas a partir do olhar de quem lidera a implementação da proposta e daqueles que dela se beneficiam (os estudantes), somado à visão da Seduc, responsável maior pela política do ensino médio articulado à educação profissional, resultará em soluções mais viáveis, sob todos os aspectos, para os problemas enfrentados. Ademais, será uma oportunidade de revisão do que está dando certo e do que não está indo tão bem, levando a uma atualização da proposta pedagógica calcada na experiência vivenciada nas EEEPs ao longo dos seis anos de implementação dessa proposta pedagógica.

Sabemos que novos problemas sempre surgem na medida em que a proposta se materializa na escola, de acordo com os contextos em que cada uma está inserida. E para enfrentá-los, caminhos diferentes terão que ser trilhados. Nessa perspectiva, ressaltamos que a abertura para a discussão desses problemas deve ser permanente. Portanto, a partir dessa experiência, deve-se manter sempre na pauta dos encontros dos gestores a discussão sobre como está acontecendo a implementação da proposta pedagógica nas EEEPs, mostrando-se as experiências exitosas para que estas sejam replicadas, fazendo-se as devidas adaptações ao contexto de cada EEEP.

3.2.2 Proposta para a EEEP pesquisada

O olhar dos estudantes, combinado com o olhar da gestora da EEEP, nos levou a perceber diversas questões relativas à materialização da proposta pedagógica na escola que apontam para a necessidade de uma intervenção. O que pretendemos elencar aqui, para cada questão levantada, são sugestões de ações que poderão fortalecer a implementação da proposta pedagógica praticada na EEEP. Para um melhor aproveitamento das intervenções

sugeridas voltaremos nosso olhar para alguns aspectos que consideramos mais relevantes na proposta pedagógica como um todo.

3.2.2.1 A necessidade de investir no conhecimento prévio dos estudantes quanto ao curso pretendido e a proposta pedagógica

Para resolver essa questão propomos o aperfeiçoamento do seminário já realizado pela EEEP no início do ano. Nesse seminário deverá ser explicitada a realidade de cada curso ofertado, assim como a proposta pedagógica da EEEP, deixando claro as intencionalidades educativas presentes nesta. Deve-se organizar uma pauta focando nos seguintes tópicos:

- ✓ O que se estuda em cada curso;
- ✓ Qual o grau de dificuldade encontrado em cada curso;
- ✓ Quais disciplinas da base nacional comum mais se associam a cada curso;
- ✓ Quais os possíveis campos de atuação ao término de cada curso;
- ✓ Como funciona a Escola Estadual de Educação Profissional;
- ✓ Qual a proposta pedagógica praticada;
- ✓ Momento destinado a relato de experiência de profissionais que atuam na área;
- ✓ Relatos de ex-alunos sobre sua experiência na EEEP e após o término do curso.

O seminário deverá ser organizado pelo Núcleo Gestor da EEEP e professores e acontecerá na própria escola, no início de cada ano letivo. Deverá contar também com o apoio e envolvimento dos estudantes do curso Técnico em Eventos, como forma de praticar o que está sendo estudado no curso. Durante um dia inteiro, ou em dividido em dois dias, os professores e os membros do Núcleo Gestor deverão alternar-se na apresentação dos tópicos estabelecidos na pauta. A escola poderá utilizar o pátio, ou a quadra por serem espaços mais amplos e com condições de receber cerca de 150 pessoas. Caso o seminário seja realizado durante um dia inteiro, será necessário providenciar lanche e almoço para os participantes. Se realizado em dois momentos deverá ser providenciado apenas o lanche. No primeiro caso a despesa com almoço e

lanche seria em torno de R\$ 3.000,00 (R\$ 20,00 por participante). No segundo caso a despesa diária sairia em torno de R\$ 750,00 (R\$ 5,00 por participante/dia), totalizando R\$ 1.500,00 nos dois dias. A escola deverá se organizar previamente, para a primeira ou a segunda situação, e reservar o valor para essa despesa dos recursos destinados a serviços. O público para esse seminário são os estudantes inscritos concorrentes a uma vaga na EEEP.

Para o sucesso desse seminário é necessário que os estudantes sejam convocados no ato da inscrição, além do reforço dessa convocação via e-mail, msn ou outro meio que melhor alcance o público interessado. Como resultado dessa ação espera-se suprir a falta de conhecimento prévio sobre os cursos ofertados, assim como sobre a proposta da EEEP e seu funcionamento, por parte dos estudantes que ingressarão na escola. Com a apropriação desses conhecimentos os estudantes poderão fazer suas escolhas de forma mais segura, minimizando as intenções de troca ou desistência do curso escolhido, ao longo do percurso. A seguir apresentamos um quadro síntese dessa ação.

QUADRO 05 - Síntese da ação 1 - EEEP

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custos
Realização de um seminário no início do ano letivo.	Dar conhecimento prévio aos estudantes sobre os cursos e a EEEP, contribuindo para o declínio das intenções de troca/desistência de curso.	EEEP	No início do ano letivo.	Núcleo Gestor.	De R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00

Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.2 O problema da atuação dos Professores Diretores de Turma x Projeto de Vida dos estudantes

O fortalecimento da atuação dos professores diretores de turma, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos projetos de vida dos estudantes, é uma ação que se faz necessária. Levando em conta que esses professores têm 5h para dedicação a esse projeto (1h regência + 4h outras atividades do projeto), e, além disso, todos eles (além dos demais professores) têm entre 3h e 4h livres de sala de aula, é preciso uma melhor organização desses horários visando otimizar o tempo de cada um deles.

Para fortalecer a atuação desses profissionais, aproveitando melhor toda a carga horária disponível para o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT), além de outros horários disponíveis destes, propomos que a distribuição dessa carga horária seja feita de forma a atender as turmas que estes estão responsáveis. As 5h destinadas ao PPDT já são previamente distribuídas: 1h para Formação para a Cidadania, 1h de acompanhamento de Estudo Orientado; 1h para atendimento aos pais, professores e núcleo gestor, 2h para organização do Dossiê e análise das características de cada estudante através das informações contidas nas fichas que compõem o dossiê da turma. Para as demais horas que esses professores dispõem fora de sala de aula, pelo menos duas delas deverão ser dedicadas ao acompanhamento dos projetos de vida dos estudantes. Para isso a coordenação deverá incluir no quadro de horário, disponível na sala dos professores, essas horas vinculadas a cada turma em que o professor atua como diretor. A coordenação deverá também elaborar, junto com o professor responsável por cada turma, um cronograma de acompanhamento dos projetos de vida dos estudantes. É importante que o professor sente pelo menos 15 minutos com cada aluno individualmente, ou em duplas, ao longo de cada mês, para falar sobre o projeto de vida de cada um. Se o professor dedicar 15 minutos semanais para cada dupla de estudante, em uma semana conseguirá atender a oito duplas (16 estudantes), e ao longo do mês (quatro semanas) terá tendido a 32 duplas (64 estudantes). Ou seja, atenderá a cada estudante da sua turma pelo menos uma vez por mês. Fechando o atendimento a todos da turma, começa o ciclo novamente, atendendo às primeiras duplas até fechar toda a turma novamente. Para isso ele precisará dedicar duas horas semanais/oito horas mensais. Esboçamos a seguir um quadro com a distribuição das horas do professor diretor de turma.

QUADRO 06 – Distribuição de horas do professor diretor de turma

Atividade	C/h semanal	C/h mensal
Regência (Formação para a Cidadania)	1h semanal	4h mensais
Acompanhamento de Estudo Orientado	1h semanal	4h mensais
Atendimento aos pais/professores/núcleo gestor	1h semanal	4h mensais
Organização do Dossiê do aluno	2h semanais	8h mensais
Total de horas PPDT	5h semanais	20h mensais
Distribuição da c/h fora de sala de aula (excluídas as horas do PPDT e Planejamento)		
Acompanhamento do Projeto de Vida dos estudantes	15min, por dupla = 2h semanais.	8h mensais
Atendimento semanal: 8 duplas (16 estudantes), sendo 15 min. para cada dupla = 2h (que pode ser em um único dia da semana ou em dois dias, conforme a distribuição das horas do professor). Atendimento mensal (quatro semanas): 32 duplas (64 estudantes). Completando o atendimento de toda a turma (cerca de 40 estudantes), retorna-se para as primeiras duplas atendidas, e assim sucessivamente. As 40h semanais do professor ficam assim distribuídas: 5h PPDT + 2h Acompanhamento Projeto de Vida + 13h Planejamento + 20h de regência de sua disciplina.		

Fonte: Elaboração própria

Para a efetivação desse trabalho, é importante que a direção e a coordenação reservem pelo menos uma hora por quinzena para acompanhar o trabalho desenvolvido por esses professores. Nesse momento seria feita uma discussão sobre as dificuldades encontradas, o que está dando certo, tira dúvidas, reformulação de estratégias, enfim, aprimoramento da atuação de cada um deles. Aliado a isso, a escola poderia organizar bimestralmente, ou semestralmente, uma consulta aos estudantes sobre a atuação desses professores junto às turmas que estão desempenhando o papel de professor diretor de turma. Dessa consulta periódica poderiam ser vistos os pontos fortes e as fragilidades que precisariam ser corrigidas.

Essa ação conjunta fortalecerá o papel dos professores diretores de turma junto aos estudantes e possibilitará um melhor acompanhamento dos projetos de vida dos estudantes. Como resultado final, espera-se que os estudantes melhorem seu desempenho, não só acadêmico, mas em termos de relacionamento com seus pares, seus professores, a gestão da escola, e com suas próprias famílias. Para o desenvolvimento dessa ação não haverá

despesas, apenas o envolvimento dos professores diretores de turma, o acompanhamento por parte do núcleo gestor. Trata-se de um trabalho desenvolvido na própria escola, de forma permanente, sem prejuízo para a carga horária do professor, sendo preservadas as 13 horas de planejamento/hora atividade de cada um. Ao final, espera-se como resultado dessa ação professores diretores de turma mais engajados e conscientes de seu papel, refletindo no melhor acompanhamento e apoio aos estudantes, especialmente no que diz respeito ao monitoramento do projeto de vida destes.

Apresentamos a seguir um quadro síntese dessa ação, e nos anexos esboçamos uma sugestão de roteiro básico para os encontros entre o professor diretor de turma e os estudantes, assim como um modelo de avaliação desse professor pelos estudantes.

QUADRO 07 - Síntese da ação 2 – EEPP

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custos
Fortalecimento da atuação do PDT através da otimização de seu tempo disponível.	Acompanhar o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, resultando na melhora geral do desempenho destes.	EEPP	Semanalmente, durante todo o ano letivo.	Núcleo Gestor	Sem custos

Fonte: Elaboração própria

3.2.2.3 As limitações do trabalho com o Protagonismo Juvenil

O fortalecimento das ações voltadas para o desenvolvimento do protagonismo juvenil entre os estudantes é outra decisão necessária. Além dos mecanismos já utilizados pela escola, como a participação no grêmio escolar, na representação das turmas em reuniões intercalares e na avaliação dos professores, como disse a gestora, é preciso pensar em ações que oportunizem a participação do maior número possível de estudantes.

Nesse sentido, propomos a organização de equipes (com adesão voluntária dos estudantes) para atuar junto com a gestão na organização da rotina da escola, tais como:

- ✓ Equipe de observação da limpeza e conservação do patrimônio;
- ✓ Equipe de organização do horário do almoço e dos lanches;
- ✓ Equipe de entretenimento no horário de intervalo das aulas;
- ✓ Equipe de monitoria;
- ✓ Equipe de organização de eventos.

Enfim, várias outras equipes poderiam ser formadas para ajudar no dia-a-dia da escola, nas reuniões de pais, na organização dos eventos da escola, e outras que os próprios estudantes sugerissem. Essa ação dará aos estudantes a oportunidade de contribuir com a gestão, visando uma escola mais organizada e mais próxima dos estudantes, onde estes poderiam ajudar nas tomadas de decisão, sendo partícipes das responsabilidades assumidas. Não há custos para o desenvolvimento dessa ação, apenas a disponibilidade da gestão em repartir responsabilidades com os estudantes, dando-lhes a oportunidade de pensar juntos em soluções para os problemas cotidianos da escola, numa analogia aos problemas cotidianos de suas próprias vidas. Essa ação deverá ser permanente, desenvolvida na própria EEEP, contando com o envolvimento do núcleo gestor e professores, assim como dos próprios estudantes. Os professores diretores de turma, juntamente com a coordenação escolar ficariam responsáveis pela organização e acompanhamento das equipes.

Como resultado dessa ação espera-se que os estudantes melhorem sua performance enquanto protagonistas, na medida em que desempenhem os papéis que lhes forem designados no cotidiano da escola. Apresentamos a seguir um quadro síntese do desenvolvimento dessa ação.

QUADRO 08 - Síntese da ação 3 – EEEP

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custos
Organização de equipes de estudantes para atuação junto à gestão escolar.	Fortalecer o desenvolvimento do protagonismo juvenil entre os estudantes.	EEEP	Durante o ano letivo	Professores diretores de turma e coordenação escolar.	Sem custos.

Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.4 A carência de espaços para a arte, cultura e esporte.

Para atender à queixa dos alunos quanto à carência de momentos dedicados à arte, cultura, atividades esportivas e também momentos de descanso, propomos que a escola repense a distribuição dos horários disponíveis na matriz curricular (como os horários de estudo e os horários dedicados a projetos interdisciplinares) para trabalhar essas outras dimensões tão necessárias à formação dos estudantes.

A carga horária destinada aos projetos interdisciplinares é livre para a escola utilizar de forma a atender às necessidades dos estudantes. Sabemos que a Arte pode funcionar como um exercício experimental da liberdade, oferecendo caminhos para a apreensão da realidade, ampliando a percepção e consciência do mundo natural e humano. Ela pode contribuir significativamente para a formação integral do cidadão (como pretende a proposta pedagógica da EEEP), tendo ainda um papel humanizador.

Nesse sentido, a escola poderia pensar, por exemplo, na organização de um “show de talentos” visando descobrir as aptidões dos estudantes e assim direcionar melhor cada um destes. A organização desse evento, que seria realizado uma vez por ano, ficaria a cargo dos professores, com o apoio dos estudantes de 3º ano do curso técnico em Eventos. Na carga horária destinada aos horários de estudos também poderiam ser incluídos momentos para o estudo da Arte. Da mesma forma a prática do esporte.

Em síntese, propomos:

- ✓ A organização de um “Show de Talentos”;

- ✓ Momentos para estudo das diversas manifestações de Arte, dentro dos horários de estudo, realizados pelos professores da área de Linguagens, lotados nesses horários;
- ✓ Inclusão da prática de esporte dentro dos horários de estudo e projetos;
- ✓ Realização de oficinas de Arte e Cultura;
- ✓ Organização de jogos interclasses.

Como as disciplinas de Artes e Educação Física estão na mesma área (Linguagens e Códigos), poderiam ser pensados projetos em conjunto. Para além disso, como a Arte perpassa todas as dimensões do conhecimento, todos os professores precisariam se envolver nesses projetos. Todos eles possuem alguma carga horária livre (constante na lotação como horário para elaboração de material), podendo utilizar parte desse tempo em ações como essas.

É importante destacar que o envolvimento nessas atividades propostas deve ser por adesão dos estudantes, e não como uma imposição. Deverá ser dado a estes a liberdade de escolher em qual/quais atividade(s) deseja participar. Esse é um exercício que ajudará o estudante a fazer suas escolhas, se descobrir, aliviar o peso causado por uma extensa carga horária que lhes exige muito esforço cognitivo. Dessa forma, acreditamos que essas práticas poderão contribuir igualmente para o melhor desempenho acadêmico dos estudantes, na medida em que lhes dá a possibilidade de relaxar um pouco mais, e de enxergar novas saídas para os velhos problemas.

Para os momentos de descanso dos estudantes, poderiam ser criados “cantinhos” para descanso, aproveitando os espaços livres da escola. Nas próprias aulas dos professores, estes poderiam promover alguns minutos diários para relaxamento/descontração, como forma de amenizar a longa jornada diária dos estudantes. Esses momentos aconteceriam no início ou final da primeira aula, na última aula da manhã, na aula após o intervalo da tarde, e em outros momentos que o professor julgar necessário. Seriam momentos em que se poderia recitar uma poesia, contar uma história, ouvir uma música, ler um trecho de um livro, ou outra atividade que promovesse o relaxamento. A iniciativa poderia ser do próprio professor, ou de qualquer aluno que queira contribuir com esse momento.

Essas são ações que não representam maiores dispêndios financeiros, mas sim outra forma de organizar os espaços e horários escolares. Precisam ser realizadas durante o ano inteiro, inserindo-se concretamente na proposta pedagógica da escola. Envolverá a participação de todos na escola – núcleo gestor, professores, estudantes. Acreditamos que essas ações atenderão às solicitações dos estudantes, feitas através das entrevistas realizadas nessa pesquisa, da presença da Arte, cultura e esporte no cotidiano da EEFP.

A seguir esboçamos a proposta de um calendário das atividades que compõem essa ação de inclusão da arte, cultura e esporte no cotidiano da escola.

QUADRO 09 – Proposta de calendário de atividades

Atividade	Quando realizar	Responsável
Prática de esporte nos horários livres.	Semanalmente	Professor de Educação Física.
Estudo das várias manifestações de Artes.	Quinzenalmente, nos Horários de Estudo.	Professores da área de Linguagens lotados nos Horários de Estudo.
Oficina de Arte e Cultura	Bimestralmente	Professores de Artes/Filosofia/Literatura
Jogos interclasses	2º bimestre	Professor de Educação Física
Show de Talentos	4º bimestre	Professores com apoio dos estudantes de 3º ano do curso de Eventos

Fonte: Elaboração própria.

3.2.2.5 A fragilidade do planejamento coletivo como enfraquecimento da integração curricular

Outra ação necessária na EEFP é o fortalecimento do planejamento coletivo entre os professores da base nacional comum e os da base técnica. Apesar dos horários de planejamento dos mesmos nem sempre coincidirem, assim como suas cargas horárias, é preciso fazer um esforço para tanto.

Propomos a organização de reunião, pelo menos uma vez por mês, com todos os professores de cada curso. Já que a escola tem apenas três cursos,

poderiam ser organizados três momentos de encontro. Os professores da formação geral são os mesmos, mas os da base técnica são específicos de cada curso, daí a necessidade de encontros com o grupo de cada curso. Essa ação fortalecerá a unidade dos professores na sua prática cotidiana, refletindo numa melhor compreensão, por parte dos alunos, em relação ao seu curso. Eles perceberão que não são partes distintas e sim complementares.

Para a realização dessa ação não são necessários recursos financeiros e sim uma reorganização das reuniões de planejamento, que hoje são por área de conhecimento (Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza). Como as disciplinas que compõem essas áreas apresentam comportamentos distintos conforme a realidade de cada curso técnico, a ideia é promover as reuniões de planejamento por curso. Além disso, como forma de aproximar todas as áreas, a escola deverá promover o encontro, pelo menos uma vez por bimestre, com todos os professores da escola, para discutir temas comuns a todas as áreas.

Como resultado dessa ação espera-se facilitar o caminho em direção à integração curricular, fortalecendo a identidade de cada curso ofertado, contribuindo para a melhora na aprendizagem dos estudantes. Esboçamos abaixo um quadro síntese dessa ação.

QUADRO 10 - Síntese da ação 5 – EEEP

Ação	Justificativa	Local	Cronograma	Responsável	Custo
Organização do planejamento de acordo com os cursos técnicos.	Fortalecer a integração curricular e o diálogo entre os professores da formação geral e profissional.	EEEEP	Durante todo o ano letivo.	Coordenador escolar.	Sem custo.

Fonte: Elaboração própria

A seguir apresentamos um quadro com a síntese geral de todas as ações propostas, com base na ferramenta 5W 2H¹⁴.

¹⁴O nome desta ferramenta foi assim estabelecido por juntar as primeiras letras dos nomes (em inglês) das diretrizes utilizadas neste processo – What (o que será feito), Why (por que será feito), Where (onde será feito), When (quando será feito); Who (por quem será feito), How (como será feito), How much (quanto custará fazer).

QUADRO 11 – Resumo do PAE

O quê?	Detalhamento					
	Onde?	Quem? (Responsável)	Por quê?	Quando? (Cronograma)	Quanto? (Custos)	Quanto? (Tempo)
1. Estudo dessa pesquisa pela equipe da CEDET/COEDP.	Secretaria da Educação COEDP/ CEDET	Orientadora da CEDET	Para reflexão sobre os problemas encontrados visando a busca de solução.	No primeiro semestre de 2015.	Sem custos financeiros.	Nos seis primeiros meses de 2015.
2. Extensão da pesquisa às demais EEEPs.	Seduc/EEEP	Equipe da CEDET/COEDP	Possibilitar uma visão geral de como estão às EEEPs em relação à implementação de sua proposta pedagógica.	Nos meses de março e abril/2015.	Sem custos financeiros.	Dois meses
3. Discussão dos resultados da pesquisa com os gestores das EEEPs.	Em local a ser definido pela Seduc.	Equipe CEDET/COEDP	Buscar um consenso entre as soluções mais viáveis para os problemas detectados.	No mês de maio/2015.	Dentro das despesas já previstas para o encontro de gestores das EEEPs.	Um mês.
4. Realização de seminário para apresentação dos cursos e da proposta pedagógica da EEEP.	Na EEEP	Núcleo Gestor e professores da EEEP	Proporcionar aos estudantes o conhecimento prévio dos cursos ofertados e a proposta pedagógica da EEEP.	No início de cada ano letivo.	R\$ 1.500,00 ou R\$ 3.000,00 a depender do formato do seminário.	Até dois dias, no início de cada ano letivo.
5. Redistribuição da carga horária dos professores diretores de turma.	EEEP	Núcleo Gestor da EEEP.	Facilitar o monitoramento da construção do projeto de vida dos estudantes e acompanhamento do trabalho dos professores diretores de turma.	Início do ano letivo de 2015.	Sem custos financeiros (horas já inclusas na c/h do professor).	Continuamente.

6. Formação de equipes de estudantes para atuação junto à gestão na organização da rotina escolar.	EEEP	Direção, Coordenação e professores.	Fortalecer o protagonismo juvenil.	No início do ano letivo de 2015.	Sem custos financeiros.	Continuamente.
7. Redistribuição dos horários disponíveis na matriz, para a inclusão de atividades de Artes, Cultura e Esporte.	EEEP	Núcleo Gestor da EEEP.	Ampliar as oportunidades de trabalhos voltados para a Arte, cultura e prática de esportes, atendendo assim aos anseios dos estudantes.	No início do ano letivo de 2015.	Sem custos financeiros adicionais.	Continuamente.
8. Organização dos planejamentos de acordo com os cursos.	EEEP	Direção, Coordenação e professores da EEEP.	Fortalecer a integração curricular e o diálogo entre os professores.	Durante todo o ano letivo.	Sem custos financeiros.	Continuamente.

Fonte: Elaboração própria.

As ações propostas nesse Plano de Ação Educacional visam à resolução dos problemas detectados na pesquisa, de forma a promover o aperfeiçoamento da implementação da proposta pedagógica da EEEP. O quadro aqui esboçado sintetizam essas ações, indicando o percurso de sua aplicação (quem será responsável pelas ações, quando fará, com que objetivo, quanto custará, quanto tempo levará para a implementação e com que frequência serão realizadas). O objetivo é deixar mais claro para o leitor o que se pretende com o Plano de Ação Educacional aqui apresentado.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu-nos compreender como o olhar dos estudantes e, também da gestora, é fundamental para a melhor implementação da proposta pedagógica na EEEP. Evidenciamos pontos fortes, assim como pontos fracos na implementação da proposta que necessitam de ações interventivas visando seu aprimoramento. Essa pesquisa nos servirá de suporte para buscarmos aprimorar a proposta pedagógica, e desenvolvermos um olhar e uma escuta mais sensível às demandas das EEEPs que chegam à Seduc, através da COEDP.

Um ponto que consideramos positivo é a relativa simetria entre as percepções dos estudantes e da gestora, assim como o esforço desta em implementar a proposta conforme as orientações da Secretaria, apesar das limitações. Esse esforço da gestora em oferecer o melhor no que diz respeito a formar integralmente os estudantes é percebido pelos mesmos.

Constatamos que há dificuldades a serem transpostas que nem sempre dependem inteiramente da escola, mas também da própria Secretaria. Exemplo disso são as menções constantes em relação ao grande número de disciplinas nos cursos, tornando a rotina um pouco pesada, além da impossibilidade de mudança de curso, caso os estudantes assim o desejem. Esses problemas fogem à competência da EEEP já que a proposta é gerada na Seduc, e as atualizações à mesma precisam ser realizadas por esse Órgão, embora a mesma ao fazê-lo deva consultar as escolas. Propomos à Secretaria um estudo reflexivo acerca dessa pesquisa com vistas a ampliar o olhar a outras EEEPs, caso considere importante fazê-lo.

Diante das evidências de algumas fragilidades trazidas pelos estudantes, em relação a alguns pontos da proposta, sugerimos algumas ações que acreditamos poder contribuir para o fortalecimento destes. Todas as ações propostas deverão se dar no âmbito da própria escola e não necessitam de investimentos financeiros além dos recursos já recebidos por esta.

Consideramos ainda que, apesar desse estudo evidenciar a realidade de uma EEEP, após a efetiva implementação das propostas aqui realizadas, caberia a Secretaria avaliar a pertinência da expansão para outras unidades,

tendo em vista que a proposta pedagógica é comum a todas elas, respeitando-se as peculiaridades inerentes a cada uma.

Enfim, não temos a pretensão de tomar esse estudo como definitivo, ou que a realidade aqui evidenciada a partir do olhar dos estudantes seja a mesma em todas as EEEPs. Mas estamos certos de que, a partir das reflexões que os resultados dessa pesquisa suscitam, poderemos apurar o nosso olhar para a materialização da proposta no chão da escola, sobretudo no que diz respeito a como os estudantes recebem o que foi pensado para eles. E é a partir disso que propomos a escuta aos estudantes, de forma sistemática, como forma de monitoramento dessa política em pauta nas EEEPs.

Ao longo do percurso de realização desse trabalho percebemos que muitas outras questões surgem, para além do que nos propomos estudar. Dessa forma, outros estudos, a partir deste, poderão ser desenvolvidos posteriormente, no intuito de responder às perguntas que ficaram sem resposta: O que motiva tão fortemente os estudantes do 1º ano, que estão iniciando sua trajetória na EEEP, a buscarem tão fortemente o ingresso na universidade? Os professores diretores de turma escolhem assumir esse papel, ou são escolhidos para desempenhá-lo? Isso faria diferença na forma destes conduzirem os trabalhos nas turmas em que estão incumbidos? Haveria viabilidade de se reformular o percurso formativo dos estudantes, de modo a possibilitar maior mobilidade destes, caso assim o desejem?

Finalmente cumpre dizer que acreditamos na viabilidade das propostas aqui colocadas, cujo *lócus* de exequibilidade é a própria EEEP, e que as perguntas que ficaram no ar nos movem a continuar buscando respostas para as mesmas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**– Documento Base, 2007. Disponível em:
: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf

_____. **Lei no. 9.394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

_____. **Decreto 5.154/2004.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

_____. **Resolução no. 1/2005.** Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf

_____. **A política de educação profissional no Brasil e no Ceará:** o desafio da articulação do ensino médio com a educação profissional. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/40.pdf>

_____. **Protótipos curriculares de ensino médio e ensino médio integrado:** resumo executivo. Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>

FERRETTI, Celso João. Jovens, trabalho e reformas educacionais. In: Fundação Carlos Chagas. Difusão de Ideias. Março/2007, p.1

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.) **Ensino Médio Integrado:** Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Educação profissional e desenvolvimento. Disponível em:
www.educacao.rs.gov.br/.../DownloadServlet?.../Palestra%20Gaudencio..

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade.** Disponível em:
<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384>

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? Disponível em:
www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Currículo:** debates contemporâneos. 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2011.

POLON, Thelma Lúcia Pinto; BONAMINO, Alícia Maria Catalano de. Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica em escolas eficazes. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0521.pdf>

REGATTIERI Marilza; CASTRO Jane Margareth. **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração**. 2.ed – Brasília : UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>

_____. Currículo integrado para o Ensino Médio: das normas à prática transformadora. Brasília: UNESCO, 2013.

ROHDEN, Huberto. **Educação do Homem Integral**. São Paulo: Martin Claret, 1998.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ed. Porto alegre: Artmed, 2000.

SEDUC. **Referenciais para a oferta do ensino médio integrado à educação profissional da rede estadual de ensino do Ceará, 2013**.

SILVÉRIO, Renata Abreu; ALBUQUERQUE, Fco. Carlos Araújo. **A Gestão na Escola de Educação Profissional Integrada no Ceará**: Análise do modelo gerencial de resultados. Campina Grande: Realize Editora, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Mônica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. In: Educ. Pesqui., São Paulo, v.39, n.2, p. 403-417, abr./jun.2013.

SOUZA, Raquel; NORONHA, Maria Izabel Azevedo. Jornada educativa e desigualdades juvenis. In: Desafios da conjuntura/Ação Educativa Assessoria Pesquisa e Informação v.1, n.30, dezembro de 2012.

Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE). Modelo de Gestão – Tecnologia empresarial Socioeducacional (TESE): Manual Operacional. Disponível em

LÜCK, HELOISA. Gestão Educacional: Uma questão paradigmática. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Série Cadernos de Gestão.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. Gestão escolar e qualidade da educação. Fortaleza: SEDUC, 2005.

_____. A gestão pedagógica e o desempenho escolar. Fortaleza: SEDUC, 2005. Coleção Gestão Escolar.

_____. Novos paradigmas da gestão escolar. Fortaleza: SEDUC, 2005. Coleção Gestão Escolar.

_____. Gestão para o sucesso escolar. Fortaleza: SEDUC, 2005. Coleção Gestão Escolar.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário aplicado aos estudantes

Prezado (a) Aluno (a),

Sou Maria Alves, aluna do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Meu trabalho de pesquisa de conclusão de curso (Dissertação) trata da proposta pedagógica praticada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, em pauta no Estado do Ceará. Como recorte do público alvo a ser estudado, escolhemos realizar a pesquisa junto aos estudantes de 1º e 3º anos da EEEP Mário Alencar.

Nesse sentido, solicitamos sua atenção no sentido de responder a esse instrumental. Não será necessário identificar-se com seu nome.

Desde já agradecemos sua colaboração para com esta pesquisa.

Maria Alves de Melo

Maio/2014

• IDENTIFICAÇÃO

Idade: _____ Série _____ Curso _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Oriundo de : Escola Pública () Escola Particular ()

• QUESTÕES DA PESQUISA –

Nas questões abaixo, marque a opção que mais se aproxima de sua resposta. Se nenhuma opção corresponder à sua resposta, marque “outros” e indique qual seria sua resposta.

1.O que o(a) motivou inicialmente a procurar uma EEEP para cursar o ensino médio?

() A possibilidade de fazer um curso técnico paralelo ao ensino médio.

() O fato da escola ser de Tempo Integral.

() A propaganda da EEEP, pela mídia em geral.

() A propaganda da EEEP pelos próprios colegas do bairro, que já estudaram na escola.

() A iniciativa não foi minha, e sim de meus pais.

() Outros: _____

2.Ao ingressar na EEEP, qual era o seu objetivo, ou, o que você mais fortemente procurava?

() A possibilidade de ingressar na Universidade, após concluir o curso.

() A possibilidade de ingresso no mercado de trabalho após o término do curso.

() Apenas concluir os estudos.

() Apenas estudar numa escola de educação profissional.

() Outros: _____

3.De acordo com sua percepção, as ações desenvolvidas pela escola têm incentivado os estudantes mais fortemente para:

- ☐ O ingresso na Universidade.
 - ☐ O ingresso no mercado de trabalho.
 - ☐ Penso que as ações são voltadas para as duas vertentes, igualmente.
 - ☐ Não percebo ações da escola para nenhuma dessas vertentes.
 - ☐ Nenhuma das anteriores. Penso que:_____
-

4.A educação profissional ofertada na EEEP na forma como é desenvolvida (integrada ao ensino médio e em tempo integral), satisfaz às suas expectativas de formação enquanto profissional em que medida?

- ☐ Atende totalmente às minhas expectativas.
- ☐ Atende parcialmente às minhas expectativas.
- ☐ Não atende às minhas expectativas.
- ☐ Outros:_____

5.O que o(a) motivou a escolher o curso em que está matriculado?

- ☐ Eu me identifico com o curso e foi minha primeira opção.
- ☐ Eu me identifico com o curso, mas não foi minha primeira opção.
- ☐ Era o único que tinha vaga, não me restando outra opção.
- ☐ Minha mãe/pai escolheu o curso, e não eu.
- ☐ Meu interesse não era no curso em si, mas na escola.
- ☐ Outros:_____

6.Ainda em relação ao curso em que estou matriculado(a):

- ☐ Quando iniciei, já tinha conhecimento sobre o que é o curso.
- ☐ Não tinha conhecimento sobre o que é o curso, mas com o tempo passei a conhecê-lo.
- ☐ Tinha uma vaga impressão sobre o que é o curso e com o passar do tempo minha impressão se confirmou.
- ☐ Tinha uma vaga impressão sobre o que é o curso e com o passar do tempo, vi que não era nada do que pensei.
- ☐ Não sabia nada sobre o curso e continuo sem entender do que realmente se trata.

7.A escola fez algum trabalho de apresentação dos cursos ofertados e da dinâmica de trabalho da escola?

- ☐ A escola fez uma apresentação dos cursos, mas não da dinâmica de trabalho de uma EEEP.
- ☐ A escola fez uma apresentação da dinâmica de trabalho da EEEP, mas não dos cursos.
- ☐ A escola fez um trabalho de apresentação dos cursos ofertados e da dinâmica de trabalho da EEEP.
- ☐ A escola não fez nenhum trabalho de apresentação dos cursos, nem da dinâmica de trabalho da EEEP.

8.Ao longo de sua trajetória na EEEP, já pensou em desistir?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

9.Caso tenha pensado em desistir da escola/curso, indique um dos prováveis motivos.

- ☐ Não me identifico com o curso.
- ☐ Não me identifico com a proposta da EEEP.
- ☐ Tenho/tive dificuldade de me adaptar ao período de tempo integral na EEEP.
- ☐ A quantidade de disciplinas na base comum/formação profissional e parte diversificada é muito grande.
- ☐ Não consigo entender os conteúdos.
- ☐ A disciplina na escola é muito rígida.
- ☐ Outros:_____

10.Faz parte das ações da EEEP orientar o estudante para a construção de seu projeto de vida. Indique a informação que mais corresponde à sua percepção sobre esse assunto:

- ☐ Considero importante e já construí meu projeto de vida.
- ☐ Não considero que isso seja importante, mas já construí meu projeto de vida.
- ☐ Não considero isso importante, por isso não construí meu projeto de vida.
- ☐ A escola ainda não desenvolveu essa ação na minha turma.
- ☐ Outros;_____

11.Outra importante ação da EEEP é incentivar a participação/envolvimento do estudante junto a comunidade. Você percebe na rotina da escola ações/projetos que possibilitem aos estudantes desenvolver esse protagonismo?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

12.O Projeto Professor Diretor de Turma, na sua percepção:

- ☐ Ajuda os estudantes a superarem suas dificuldades.
- ☐ Aproxima o estudantes dos professores.
- ☐ Não sei quem é o professor diretor de turma da minha sala.
- ☐ Não sinto os efeitos desse projeto em minha vida escolar.
- ☐ Outros:_____

13.Como você percebe o fato dos itinerários formativos serem fechados, não possibilitando a mudança de curso ao longo dos 3 anos?

- ☐ Indiferente, pois o curso em que estou é o que eu realmente queria.
- ☐ É ruim, pois já tive vontade de mudar de curso e isso não é possível.
- ☐ É ruim, pois eu nunca tenha pensado em mudar de curso, tenho colegas que, se pudessem, trocariam de curso.
- ☐ Outros:_____

14.Se você tivesse a possibilidade de mudar de curso, você o faria?

- ☐ Sim. Se pudesse eu mudaria para o curso _____
- ☐ Não.

15.Você conhece alguém que já tenha concluído o curso técnico na EEEP?

- ☐ Sim. ☐ Não.

16.Em caso afirmativo, em que situação ele/ela se encontra agora?

- ☐ Concluiu o curso técnico e ingressou na universidade, na mesma área.
- ☐ Concluiu o curso técnico e ingressou na universidade, em outra área.
- ☐ Conseguiu se inserir no mercado de trabalho, na área do curso que fez.
- ☐ Conseguiu se inserir no mercado de trabalho, mas em outra área.
- ☐ Não conseguiu ingressar na universidade, nem no mercado de trabalho.
- ☐ Conseguiu inserir-se no mercado de trabalho e na universidade.

17. Ao concluir o curso, imediatamente você pretende:

- ☐ Ingressar na universidade, na mesma área do curso técnico.
- ☐ Ingressar na universidade, mas em outra área.
- ☐ Ingressar no mercado de trabalho.
- ☐ Ingressar no mercado de trabalho e na universidade.
- ☐ Não tenho ideia do que vou fazer quando concluir o curso.

18. Percebo que meu desempenho é melhor:

- ☐ Nas disciplinas técnicas.
- ☐ Nas disciplinas da base nacional comum (português, matemática, etc.).
- ☐ Nas disciplinas da parte diversificada (projeto de vida, empreendedorismo, TPV, etc.).
- ☐ Para mim não há separação, consigo acompanhar todas elas.

19. No dia a dia da escola, especialmente na sala de aula, você percebe que há uma relação entre os conteúdos da base comum e os da base técnica?

- ☐ Percebo que os conteúdos se complementam em sala de aula.
- ☐ Não percebo nenhuma relação entre os conteúdos da base comum e os conteúdos da base técnica.

20. Você acredita que a EEEP cumpre o seu papel de formar o estudante em todos os aspectos: como pessoa, como profissional, no aspecto acadêmico, etc?

- ☐ Sim, percebo que a escola se preocupa não só com nossa formação técnica/acadêmica, mas como pessoa/cidadão.
- ☐ Percebo uma preocupação maior da escola com nossa formação acadêmica (preparação para ENEM/SPAECE, etc.).
- ☐ Percebo uma preocupação maior da escola com a formação técnica.
- ☐ Percebo uma maior preocupação da escola com nossa formação como pessoa, independente da formação acadêmica ou técnica.

21. Indique aspectos que você considera positivos e aspectos que você considera negativos na proposta de educação profissional ofertada na EEEP.

Positivos: _____

Negativos: _____

22. Se você pudesse mudar alguma coisa no seu curso, o que mudaria?

AS QUESTÕES SEGUINTE SE APLICAM SOMENTE AOS ESTUDANTES DO 3º ANO.

23. Agora que você se encontra no último ano do curso, lembrando o seu objetivo quando entrou na EEEP, você diria que:

() Meu objetivo inicial permanece o mesmo, e até se fortaleceu.

() Meu objetivo inicial mudou, agora penso em _____

24. Em relação ao estágio que acontecerá no próximo semestre:

() Me sinto preparado(a), pois tivemos aulas práticas no laboratório técnico, assim como aulas de campo/visitas técnicas.

() Me sinto preparado(a), mesmo não tendo assistido aulas práticas, pois não há laboratório técnico.

() Não me sinto preparado(a), apesar de termos tido aulas práticas no laboratório técnico, assim como aulas de campo/visitas técnicas.

() Não me sinto preparado pois não tivemos aulas práticas, apenas teoria.

() Outros: _____

MUITO OBRIGADA POR SUA PARTICIPAÇÃO!!!

Use esse espaço, caso deseje, para manifestar suas ideias, sugestões, críticas à proposta de educação profissional praticada na EEEP.

ANEXO II

Roteiro da entrevista com a gestora da EEEP pesquisada

1. Como você entende a proposta pedagógica pensada para implementação nas EEEPs?
2. Até que ponto, na sua concepção, os atores escolares compreendem essa proposta pedagógica?
3. Você diria que professores e alunos aceitam bem a proposta, ou há resistência da parte deles?
4. O que a escola tem feito a fim de tornar clara para todos os atores escolares a proposta pedagógica a ser implementada?
5. Fale um pouco sobre os principais pontos da proposta pedagógica, de forma sucinta, conforme a sua vivência cotidiana:
 - a) A Tese (é aceita e praticada pelos atores escolares/ pontos fortes e fracos...)
 - b) O Projeto de Vida (como esse tema tem sido trabalhado com os alunos/ como é a aceitação deles, e dos professores/ entraves/ pontos positivos...).
 - c) O Protagonismo Juvenil (as condições disponibilizadas pela escola para que isso de fato aconteça...).
 - d) A integração do currículo (suas percepções, vivências, entraves, aceitações.....).
6. O que você pensa do percurso formativo adotado nessa proposta de educação profissional em nosso Estado? (o fato de ser fechado, no sentido de não permitir alterações ao longo do percurso de um curso. Por exemplo: o fato dos alunos não poder mudar de curso, case quisessem. Isso representa um problema, ou é indiferente?....)
7. No início do ano letivo, ou antes dele, a escola apresenta cada um dos cursos aos alunos? Como isso é feito? Você acredita que os alunos fazem uma escolha consciente do curso, ou se adequam a este para garantir a vaga da EEEP?
8. Na prática cotidiana da escola, o que você acredita que fica mais perceptível para os alunos: o foco na formação profissional, na formação propedêutica, ou não há distinção entre ambos?
9. Como se dá a formação cidadã na escola? Que ações são implementadas para fortalecê-la?

10. Destaque aspectos positivos/negativos na proposta pedagógica da EEEP (de acordo com o que emana da Seduc), pensando na implementação desta no chão da escola.

11. Se você pudesse mudar alguma coisa nessa proposta, o que você mudaria?

APÊNDICE

APÊNDICE I – Sugestão de roteiro de conversa entre professor diretor de turma e estudantes, sobre o desenvolvimento do projeto de vida

- ✓ Abordagem sobre o que é um projeto de vida.
- ✓ Por que construir um projeto de vida.
- ✓ Passo a passo para a construção do projeto de vida.
- ✓ Reflexões sobre os sonhos, as metas, objetivos, ambições em relação ao futuro.
- ✓ O que fazer para alcançar essas metas.
- ✓ Definição de caminhos a serem trilhados visando concretizar os sonhos.
- ✓ Definição de prioridades em função da clareza de onde se quer chegar.
- ✓ Coerência entre os sonhos e o aquilo que se faz hoje para alcançá-los.
- ✓ Reflexão sobre a escolha profissional.
- ✓ Os objetivos para um ano, três anos, cinco anos.
- ✓ Como aproveitar o tempo, a escola, as oportunidades.
- ✓ O cuidado com a saúde.
- ✓ O cuidado com os relacionamentos, em todos os âmbitos.
- ✓ Tomada de decisões e estabelecimento de metas.
- ✓ Verificação se as ações propostas estão sendo postas em prática.
- ✓ Diálogo sobre o rendimento do estudante nas diversas disciplinas, sua atitude nas aulas.

Esses são alguns pontos que precisam ser abordados nas conversas dos professores diretores de turma com os estudantes, no tocante ao seu projeto de vida. O propósito é ajudar o estudante a definir seus objetivos e trabalhar para alcançá-los.

APÊNDICE II – Sugestão de modelo de avaliação dos professores diretores de turma pelos estudantes.

Numa escala de 0 a 4, indique como está sendo a atuação do seu professor diretor de turma. Onde a escala representa a frequência em que ações são desenvolvidas pelo professor: 0 = nunca; 1 = muito raramente, 2 = às vezes, 3 = quase sempre, 4 = sempre.

Ação	0	1	2	3	4
As aulas de Formação para a Cidadania acontecem nos horários estabelecidos.					
Os temas trabalhados nessas aulas são voltados para as necessidades da turma.					
O professor utiliza abordagens diversificadas de forma a levar o estudante entender o que está sendo discutido nessas aulas.					
O professor mantém constante diálogo com a turma, de forma a criar vínculo com a turma.					
O professor media a aproximação dos demais professores com a sua turma.					
O professor demonstra interesse na sua assiduidade, bem como no seu aprendizado.					
O professor atende os pais semanalmente, quando estes o procuram.					
O professor acompanha o desenvolvimento do seu projeto de vida.					
O professor realiza os encontros semanais com as duplas de estudantes, conforme cronograma.					
O professor dá sugestões de como elaborar estratégias para o estudante alcançar seus objetivos.					
Acrescente outras observações em relação ao					

seu professor diretor de turma, caso considere importante.					